

Luisa Andrade Gomes Godoy

**A REFLEXIVIZAÇÃO NO PB E
A DECOMPOSIÇÃO SEMÂNTICA DE PREDICADOS**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2012

Luisa Andrade Gomes Godoy

**A REFLEXIVIZAÇÃO NO PB E
A DECOMPOSIÇÃO SEMÂNTICA DE PREDICADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudos na interface sintaxe e semântica lexical

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Cançado (UFMG)

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2012

Godoy, Luisa Andrade Gomes.

G589r A reflexivização no PB e a decomposição semântica de predicados
[manuscrito] / Luisa Andrade Gomes Godoy. – 2012.

154 f.: il., enc.

Orientadora : Maria Beatriz Nascimento Decat.

Área de concentração : Lingüística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa : Estudos na Interface Sintaxe e Semântica

Lexical.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 139-144.

Apêndice: f. 145-154.

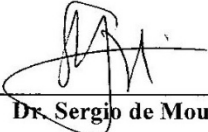
1. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 2. Língua portuguesa –
Verbos – Teses. 3. Língua portuguesa – Semântica – Teses. 4. Língua
portuguesa – Flexão verbal – Teses. 5. Língua portuguesa – Lexicologia.
6. Língua portuguesa – Voz verbal – Teses. I. Cançado, Márcia. II.
Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 469.5

Tese intitulada *A reflexivização no PB e a decomposição semântica de predicados*, defendida por LUISA ANDRADE GOMES GODOY em 03/02/2012 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:



Dra. **Marcia Maria Caçado Lima** - UFMG
Orientadora



Dr. **Sergio de Moura Menuzzi** - UFRGS



Dr. **Marcelo Barra Ferreira** - USP



Dra. **Maria Luiza Gonçalves Aragão da Cunha Lima** - UFMG



Dra. **Jânia Martins Ramos** - UFMG

Dedico este trabalho às crianças Anita e Max, a quem espero transmitir o amor pelo conhecimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha cara orientadora, a profa. Márcia Cançado, pela orientação e incentivo a esta pesquisa, especificamente e, principalmente, por me tomar como uma parceira de pesquisa, muito mais que uma orientanda, nesses anos de doutorado. Márcia me deu a oportunidade de acompanhá-la em uma guinada teórica em seus trabalhos, a partir da qual começamos a utilizar a decomposição semântica de predicados como metodologia e como teoria da semântica lexical. Essa nova perspectiva nos pareceu tão interessante que rendeu diversos trabalhos em parceria, sendo que a decomposição de predicados se tornou ela própria um dos temas centrais desta tese. Para além da parceria acadêmica, agradeço a Márcia pela amizade e pelo carinho, e pelo prazer da conversa regada a café nas tardes de reunião.

Agradeço aos professores que compuseram a banca de qualificação – em especial, ao prof. Marcelo Ferreira, e aos profs. Mário Perini e Maria Luiza Cunha Lima –, pelas valiosas sugestões, comentários e críticas que contribuíram imensamente para esta versão final da tese.

Agradeço aos colegas do NuPeS: ao Henrique, pela ajuda com o esboço das estruturas de cálculo lambda, e à Luana, pelo carinho, pelo respeito e, principalmente, por ter me ajudado no fechamento da tese, pela revisão cuidadosa de todo o texto, pela ajuda na normalização e pelas sugestões valiosas em cada capítulo.

Agradeço também aos meus professores na faculdade de Letras, especialmente aos profs. Lorenzo Vitral, Thais Cristóvão, Seung Hwa Lee, Jânia Ramos e Mário Perini, que deixaram sua marca em meu aprendizado. Agradeço à Capes, pelo apoio financeiro.

Saindo da academia, devo agradecer de maneira especial a duas pessoas. A minha mãe, por fazer tanto por mim, do apoio com a Anita ao orgulho e o carinho. E ao Bruno, pela parceria, amizade e companheirismo, pelo incentivo e apoio à minha escolha pela carreira acadêmica, e por me nutrir com o seu amor, por tantos anos.

Agradeço à Marta, por cuidar tão bem da Anita, me permitindo trabalhar confiante e segura, e ao Beethoven, que me ajudou muito em momentos importantes do doutorado, como nas viagens à Alemanha e aos EUA. Agradeço também a pessoas que me ajudaram com carinho e incentivo, me brindando com sua preciosa amizade: Samia, Paula, Rita, Larissa, Tiago, Rafa, Adriana, Rachel, Lili, Nalvinha, Claudinha, Marcelo, Arnaldo, Madá, a comunidade do sítio e minhas avós. Agradeço ao Submarino Cor-de-Rosa e à poesia, pela catarse. Ao Max, por existir. Ao meu pai, por ser meu querido, excêntrico e genial pai. E, finalmente, à Anita, minha pérola, minha luz, por mudar a minha vida, enchendo-a de importância.

“Todo signo pode ser traduzido em outro signo mais explícito.”

C. S. Pierce

RESUMO

Este trabalho tem por objetivos analisar o fenômeno da reflexivização, observando o português brasileiro (PB) como a língua que o instancia, e explorar a chamada “decomposição de predicados” como uma linguagem semântica que torna explícito o significado linguístico. A reflexivização é analisada do ponto de vista da semântica lexical, observando-se como os verbos do PB se comportam com relação à formação de sentenças reflexivas. Essa análise parte de uma descrição de classes verbais do PB por meio da decomposição de predicados. Propomos representações semânticas tanto das classes verbais quanto da forma reflexiva dos verbos de cada classe. A partir desse estudo empírico, propomos uma definição semântica para a reflexividade e apontamos as restrições para a reflexivização. A reflexividade ocorre quando, em uma estrutura de decomposição de predicados, há dois argumentos com o mesmo valor denotativo, quaisquer sejam os papéis temáticos desses argumentos (isto é, quaisquer sejam as relações entre os argumentos e os predicados que eles saturam). As restrições à reflexivização são de dois tipos. O primeiro tipo são exigências quanto ao número de argumentos que um verbo deve ter para ser reflexivizado (dois argumentos) e quanto à qualidade desses argumentos (devem denotar indivíduos animados). Todos os verbos descritos em nosso estudo empírico atendem a tais exigências, de modo que pudemos observar as restrições do segundo tipo. A impossibilidade de reflexivizar algumas classes verbais pode ser atribuída a questões semânticas. Propomos que essas restrições semânticas se devem, na verdade, a violações de princípios gerais de estruturação do significado, não sendo específicas à reflexivização. A reflexivização, então, parece ocorrer de modo produtivo em meio ao léxico verbal do PB, pois não se restringe a uma classe apenas. Também por meio desse estudo empírico investigamos a diferença entre “reflexivas *strictu sensu*” e o que se chama de “médias”. Propomos que em ambas as formas há reflexividade, porém elas diferem quanto à maneira como os dois subeventos que compõem o sentido do verbo estão relacionados. Enquanto a reflexiva *strictu sensu* apresenta uma relação de causa entre os dois subeventos contidos na semântica do verbo, a média apresenta uma relação de simultaneidade ou sobreposição temporal entre os dois subeventos do verbo. Além do estudo empírico, fazemos também neste trabalho um estudo da literatura acerca da relação entre a reflexivização e a gramática. Avaliando as propostas vigentes, entendemos que a análise mais adequada é encarar a reflexivização como uma composição na sintaxe, e não como uma operação lexical. Assim, propomos uma maneira de encaixar as representações propostas em um modelo mais tradicional de gramática. Enquanto a representação da classe verbal é uma representação lexical, a representação da forma reflexiva dessa classe verbal é a representação da interpretação de uma sentença. Além de contribuir para a compreensão da reflexivização, este trabalho contribui para a descrição do PB, por meio do estudo empírico das classes, e também para a linguagem da decomposição de predicados.

ABSTRACT

This work aims to analyze the phenomenon of reflexivization in Brazilian Portuguese (BP) and to use what is called “predicate decomposition”, as a more explicit representation of linguistic meaning. Reflexivization is analyzed from the standpoint of lexical semantics, that is, we observe how BP verbs behave when reflexivized. We offer a description of verbal classes in BP in terms of predicate decomposition, proposing semantic representations for both the verbal class and the reflexive form of that verbal class. This empirical analysis allows us to define reflexivity and to point out the restrictions for reflexivization. Reflexivity occurs when there are two arguments with identical denotative value in a predicate decomposition structure, regardless of which thematic role they bear (that is, regardless of the nature of the relation between the argument and the predicate it saturates). As for the restrictions for reflexivization, we divide them in two types. The first type of restrictions is some requirements for the arguments of a verb, so that verb can be reflexivized: there must be two arguments and they must denote animate individuals. In the empirical survey mentioned, we dealt only with verbs that fulfilled those requirements, so the impossibility of reflexivizing a verb class could be attributed to the lexical semantic features it bears. These lexical semantic restrictions are the restrictions of the second type. We propose that these restrictions are not specific to reflexivization, but are instead violations of some general semantic principles. So, reflexivization seems to occur in a productive way within the BP verbal lexicon, because it is not restricted to a single class. The empirical survey also allowed us to investigate the difference between “*strictu sensu* reflexives” and “middles”. We propose that both forms present the idea of reflexivity in their meaning, but they differ as to how the two subevents that compose the meaning of the verb are related. *Strictu sensu* reflexive presents a causality relation between the subevents of the verb, while middle presents a temporal overlapping relation between the verb’s subevents. Apart from the empirical survey, we develop a discussion about reflexivization regarding its relation to grammar. After evaluating proposals in the literature, we understand reflexivization is more adequately explained as a syntactic composition, not as a lexical operation. We then propose a means of adapting the representations given to a more traditional model of grammar. The structures representing verbal classes are lexical representations and the structures representing reflexive forms are representations of (the interpretation of) sentences. Apart contributing for the understanding of reflexivization, we can point out that this work also contributes for the description of BP, because of the empirical work with the verbal classes, and for the semantic language of predicate decomposition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	A pesquisa	11
1.2	Metodologia de pesquisa	21
1.3	Organização da tese	24
2	A LINGUAGEM DA DECOMPOSIÇÃO DE PREDICADOS	25
2.1	O que é a decomposição de predicados	25
2.2	Por que usar a decomposição de predicados	27
2.3	A decomposição de predicados na linguística e seus empregos	30
2.4	A decomposição de predicados nesta pesquisa	38
2.4.1	O emprego da linguagem	38
2.4.2	O vocabulário da linguagem	40
2.4.2.1	Metapredicados, argumentos e subestruturas	40
2.4.2.2	Conjunções	44
3	REFLEXIVIZAÇÃO E SEMÂNTICA LEXICAL DO PB	49
3.1	Verbos de mudança	50
3.1.1	Verbos de mudança de estado	50
3.1.1.1	Verbos de mudança de estado causativo/agentivos	53
3.1.1.2	Verbos de mudança de estado estritamente causativos	56
3.1.1.3	Verbos de mudança de estado com argumento locativo	59
3.1.2	Verbos de mudança de posse	67
3.1.3	Verbos de mudança de locação (ou verbos locativos)	71
3.2	Verbos de movimento	74
3.3	Verbos de modo de afetação	81
3.4	Verbos eventivos	85
3.5	Quadro sinóptico das classes descritas	92
3.6	Considerações e generalizações sobre a análise desenvolvida	94
3.6.1	Comentários finais sobre as restrições à reflexivização	94
3.6.2	A formação de médias (reflexivas não-causativas)	97
3.6.2.1	Definição de média	97
3.6.2.2	Determinante da decausativização na formação de médias	99

4	REFLEXIVIZAÇÃO E GRAMÁTICA	104
4.1	A perspectiva lexical da reflexivização	105
4.2	<i>Status</i> argumental do clítico <i>se</i> marcador de reflexivização	106
4.3	Evidências para uma versão sintática da reflexivização	108
4.4	A reflexivização em um modelo “tradicional” de gramática	120
4.4.1	Um problema para a proposta: características lexicais da média	127
4.4.2	Possível solução: lexicalização de médias	130
4.5	Notas sobre o sincretismo do <i>se</i>	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE (<i>Corpus</i> de sentenças com verbos das classes analisadas)	151

1 INTRODUÇÃO

Esta tese trata do fenômeno da reflexivização em PB, focado aqui principalmente do ponto de vista da semântica, mais especificamente, da semântica lexical, pois se observa a interação desse fenômeno com o léxico verbal do PB. A reflexivização é estudada por meio do que comumente se chama de “decomposição semântica de predicados”¹, que encaramos como uma linguagem que serve para traduzir o significado linguístico. Referimo-nos, assim, à ideia de Charles S. Peirce, que nos serve de epígrafe, de que um signo (no caso, a língua) pode ser traduzido em outro signo mais explícito (no caso, a decomposição de predicados).

Neste capítulo, apresentamos o objeto de estudo, os problemas, os objetivos, as hipóteses e a metodologia desta pesquisa. Por fim, apresentamos como esta tese se organiza.

1.1 A pesquisa

O objeto de estudo deste trabalho é o fenômeno da reflexivização, observando-se o Português Brasileiro (PB) como a língua que instancia esse fenômeno. A fim de delimitar esse objeto de estudo, assumimos, como ponto de partida, que a reflexivização é uma alternância morfossemântica em um verbo transitivo. A parte morfológica dessa alternância é a anexação do clítico *se* ao verbo, pronominalizando um de seus argumentos. A parte semântica da alternância é uma mudança no sentido do verbo, que adquire uma ideia de reflexividade (ainda sem conceituar o que é reflexividade). Trata-se de uma definição pré-teórica, ou seja, por “alternância” não estamos assumindo nada além de uma mudança na realização sintática normal de um verbo transitivo (na qual os seus dois argumentos se realizam como NPs que denotam indivíduos diferentes). Vejam-se abaixo exemplos de reflexivização:

- (1) a. João presenteou Maria.
- b. João se presenteou.
- (2) a. João ama Maria.

¹ O nome mais adequado seria “decomposição do significado em predicados primitivos”, mas vamos abreviá-lo para “decomposição de predicados”, em concordância com o nome que se usa na literatura.

- b. João se ama.
- (3) a. João viu Maria.
- b. João se viu.

Na literatura, casos como os das sentenças em (b) acima recebem tratamentos diferentes: a reflexiva é às vezes encarada como uma voz, às vezes como uma forma verbal e às vezes como uma composição na sintaxe (ou seja, uma sentença ou construção). Ainda sem entrar na questão gramatical da reflexivização, vamos tratar da parte semântica dessa alternância, que constitui a primeira questão que se levanta nesta pesquisa: a definição de reflexividade. Quer se entenda os exemplos em (b) acima como voz, forma verbal ou composição sintática, o que seria, de um ponto de vista semântico, a reflexividade? Na literatura tradicional, como nas gramáticas do português e na maioria dos trabalhos em linguística, a definição de reflexividade se baseia no conceito de papéis temáticos. Por exemplo, para Cegalla (1985) (para quem a reflexiva é uma voz), trata-se de uma situação na qual “o sujeito é ao mesmo tempo agente e paciente: faz uma ação cujos efeitos ele mesmo recebe” (p. 186). Já no âmbito dos trabalhos em linguística, temos o trabalho pioneiro de Faltz (1977), para quem a reflexiva é uma predicação de dois argumentos, na qual um é agente ou experienciador e o outro é paciente, e ambos se referem à mesma entidade.

Porém, a conceituação de reflexiva que faz referência ao conteúdo dos papéis temáticos é problemática. Basta observar dois dos exemplos apresentados acima. Nem o verbo *amar* nem o verbo *ver* predicam um agente e um paciente, se usamos as definições corriqueiras de agente como o iniciador volitivo da ação e de paciente como o que sofre a ação. Faltz (1977) provavelmente almeja dar conta desses casos quando propõe a opcionalidade “agente ou experienciador” para um dos papéis da entidade denotada na predicação reflexiva. Porém, ainda assim, é difícil entender em que sentido o outro papel desse mesmo participante é o de paciente, em casos de reflexivas com verbos como *amar* e *ver*. O problema da definição de reflexividade por meio de papéis temáticos, como se pode ver, está intimamente ligado ao conhecido problema acerca da noção de papéis temáticos, em que há uma imprecisão nas definições dadas para os papéis (Cançado, 2005, 2008).

Croft (1991), na sua proposta de representação semântica por cadeias causais, não faz referência a papéis temáticos mais comuns, como os de agente e de paciente, mas ainda conceitua a reflexividade (que ele inclui na sua ideia de “voz média”) utilizando-se da noção de papel no

evento. O autor propõe que na reflexividade um mesmo participante é tanto o iniciador quanto o ponto final em uma cadeia causal. Isso pode abarcar mais casos que a conceituação mais tradicional de reflexiva, segundo a qual ela é a combinação de agente e paciente em um mesmo participante. Porém, também é difícil explicar em que sentido um evento denotado pelo verbo *amar*, por exemplo, se encaixa em uma cadeia causal, de modo que em uma reflexiva com esse verbo haja um participante que é tanto ponto inicial quanto ponto final. Onde começa e termina a cadeia eventiva de *amar*?

Vimos, então, que a reflexividade não é definida de maneira adequada por meio da linguagem dos papéis temáticos, pois esse tipo de definição não consegue abarcar todos os tipos variados de reflexiva que se observa em uma língua como o PB. Faz-se necessário, portanto, uma definição semântica mais abrangente e mais precisa para a reflexiva. Vejamos que há definições de reflexividade, como as de Chierchia (2004) e Maslova (2007), que são mais abrangentes e precisas, justamente porque não usam a noção de papéis temáticos.

Para Chierchia (2004), a reflexivização é uma operação que “identifica os dois argumentos de uma relação [de predicação]” (p.29). Ele propõe, como exemplo, a seguinte representação para o resultado da reflexivização do verbo *wash* (*lavar*) em inglês, usando uma linguagem montagueana:

$$(4) \lambda x [\text{wash } (x) (x)]$$

Nessa representação, uma forma verbal reflexivizada toma dois argumentos idênticos (representados por duas variáveis X). Também Maslova (2007) utiliza uma representação que se baseia na ideia de variáveis (e não de papéis temáticos) para conceituar a reflexividade. Vejamos a fórmula que a autora propõe para definir o que ela chama de “expressão reflexiva”, fazendo algumas adaptações:

$$(5) (P (x, y) \text{ sse } x = y)$$

Essa fórmula pode ser lida da seguinte maneira: *a expressão será reflexiva em um predicado P de dois lugares – x e y – se e somente se x for o mesmo participante que y.*

Em resumo, tanto Chierchia (2004) quanto Maslova (2007) oferecem uma definição mais abrangente e formal da reflexividade. No entanto, é necessário explicá-la mais, pois nenhum dos autores se estende além de poucas linhas sobre o assunto. No trabalho de Chierchia, por exemplo, não se explica em que sentido um argumento é identificado com outro: seria o caso de se identificar dois papéis temáticos ou dois participantes de um evento? A definição que vamos apresentar no capítulo 2 é similar à desses autores, porém, aprofundamo-la mais, relacionando a proposta de identificação de dois argumentos com a noção de denotação (e não de papéis temáticos ou de participantes/referentes no mundo).

Observem-se agora os seguintes exemplos:

(6) a. João sentou o filho na cadeira.

b. João se sentou na cadeira.

(7) a. João vestiu a filha.

b. João se vestiu.

A relação entre as sentenças (a) e (b) em cada exemplo acima parece ser um caso de reflexivização, se usamos a perspectiva da alternância morfossemântica: os verbos transitivos em (a) são cliticizados com *se* em (b) e, de um ponto de vista semântico, as sentenças em (b) parecem conter uma ideia de reflexividade (o participante denotado pelo argumento *João* nas sentenças em (b) parece ter duas funções nos eventos de *sentar-se* e *vestir-se*: é tanto o desencadeador quanto o afetado da ação). No entanto, há uma intuição de que os casos em (b) de (6)-(7) são diferentes dos casos em (b) de (1)-(3), que parecem ser “reflexivas verdadeiras”, pois estes são bem parafraseados com a expressão *ele mesmo*, uma marca explícita de reflexividade no PB², mas não aqueles:

(8) a. João se presenteou.

b. João presenteou ele mesmo.

(9) a. João se ama.

b. João ama ele mesmo.

² Neste trabalho, usamos preferencialmente a expressão *ele mesmo*, em vez de *(a) si mesmo*, como paráfrase da reflexividade, devido à sua naturalidade em uma análise que se vale da intuição de falante.

- (10) a. João se viu.
b. João viu ele mesmo.
- (11) a. João se sentou.
b. ?João sentou ele mesmo.
- (12) a. João se vestiu.
b. ?João vestiu ele mesmo.

Essa diferenciação intuitiva percebida entre reflexivas “óbvias” como em (8)-(10) e sentenças como em (11)-(12) é de fato apontada na literatura. Câmara Jr. (1972), por exemplo, chama uma sentença como em (11a) e (12a) de “média dinâmica”, contrastando-a com a reflexiva, de sentenças como em (8a), (9a) e (10a). Para ele, na média dinâmica, também há um único participante que age e sofre a ação, mas, diferentemente da reflexiva, essa ação “não sai do âmbito” do próprio participante. Essa definição intuitiva é, porém, bastante imprecisa. Por exemplo, em que sentido a ação reflexiva de se autopresentear, como a da sentença em (8a), sai do âmbito do seu único participante, mas a de se sentar, como a da sentença em (11a), não sai do âmbito do seu participante?

Façamos aqui uma observação importante a respeito de nomenclaturas. O termo “média”, empregado por Câmara Jr., remete a dois fenômenos bastante estudados na literatura: a construção chamada em inglês de “*middle*” e a chamada “voz média”. A construção *middle* foi traduzida para o português com o nome de “medial”, em trabalhos como o de Chagas de Souza (1999) e de Ciríaco (2011), que investigam a semântica dessa construção no PB. Em linhas bem gerais, trata-se de uma construção que expressa genericidade, na qual o agente da ação é ofuscado, não sendo expresso na sentença:

- (13) Essa blusinha (se) vende bem.

As mediais não nos interessam aqui, pois não contêm uma ideia de reflexividade em seu sentido (o participante denotado pelo argumento *essa blusinha*, na sentença acima, por exemplo, tem apenas uma função no evento, e não duas).

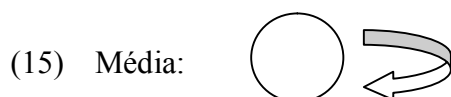
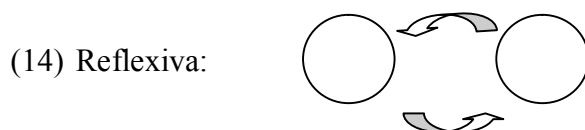
Já a voz média, bastante discutida na literatura (KLAIMAN, 1991; KEMMER, 1993; KAUFMANN, 2007, dentre outros), é uma flexão verbal presente em línguas como o grego, o

latim e o sânscrito clássicos, na língua africana fula e na língua indiana tâmil, dentre outras. Nessas línguas, a voz média se opõe formalmente às vozes ativa e passiva e, de acordo com Lyons (1969) (apud KEMMER, 1993), significa que “a ação ou o estado [descritos pelo verbo] afetam o sujeito do verbo ou seus interesses” (p.1). No entanto, Kemmer (1993) argumenta que a semântica da voz média não pode ser descrita de maneira trivial. A autora mostra, em uma descrição semântica aprofundada desse fenômeno em um vasto levantamento tipológico, que a voz média pode ter várias interpretações. Ela propõe um rol de categorias semântico-cognitivas, que são tipos variados de ações comumente marcados com a morfologia de voz média. Dentre essas categorias de ação, estão situações de cuidado corporal (como a ação denotada por *vestir*) e de mudança de postura (como a ação denotada por *sentar*), ou seja, casos como os que Câmara Jr. (1972) chamou de “média dinâmica”; mas há ainda várias outras categorias, como ações de movimento, situações de demissão do agente, eventos cognitivos e estados emocionais, dentre outras. Ao todo, a autora lista onze tipos situacionais que podem ser marcados com a marca média nas diferentes línguas observadas.

Nas línguas que têm morfologia de voz, a diferença formal entre média e reflexiva é explícita: cada uma é marcada com uma voz diferente (a reflexiva ocorre com o verbo na voz ativa). Já a diferença semântica entre as duas formas parece clara em alguns casos (observando-se os onze tipos situacionais de Kemmer), mas não em todos. Por exemplo, é bastante claro que em uma situação de demissão do agente (similar à sentença medial do PB em (13)), marcada com voz média, há uma só função semântica associada ao participante, enquanto que em uma reflexiva verdadeira, marcada com a voz ativa, há duas funções associadas ao participante. Porém, situações de cuidados corporais e de mudança de postura (similares às sentenças do PB em (11) e (12)), também marcadas com uma marca média em línguas que têm morfologia de voz, são semanticamente parecidas com situações reflexivas, pois contêm uma ideia de reflexividade (duas funções para um mesmo participante) em seu sentido. Então, para sustentar a oposição semântica pressuposta entre média e reflexiva, Kemmer detém-se com mais cuidado na distinção entre situações médias que contêm reflexividade (cuidados corporais e de mudança de postura, principalmente) e reflexivas “verdadeiras”. Vejamos como a autora propõe essa diferenciação.

Para Kemmer (1993), o que diferencia médias que contêm reflexividade (em situações como a de se vestir e a de se sentar) de reflexivas verdadeiras (em situações como a de se autopresentar e a de amar a si mesmo) é o “grau de distinguibilidade dos participantes”. Para

ela, na reflexiva, os participantes são distintos, ainda que tenham a mesma referência. Já na média, trata-se de “um único participante holístico”. Essa diferenciação é representada no seguinte grafismo, proposto pela autora:



No grafismo, os círculos representam o participante que desempenha os dois papéis de uma ação, e as setas representam as ações. Na reflexiva, os dois círculos têm uma mesma referência no mundo. Apesar de intuitiva, essa explicação, assim como a de Câmara Jr, é imprecisa. Em que sentido podemos entender que uma ação como a de se autopresentear se encaixa no diagrama em (14), mas não no diagrama em (15) (e quais seriam as duas ações representadas pelas duas setas)? Em que sentido a ação de se sentar se encaixa em (15), mas não em (14)? Como um mesmo referente no mundo pode ser ora dois participantes distintos, ora um único participante holístico?

O trabalho de Doron e Rappaport-Hovav (2009) também propõe uma diferenciação semântica entre a reflexiva “verdadeira” e a média com reflexividade. As autoras partem de uma perspectiva diferente da de Kemmer (1993), pois não mencionam a ideia de voz, entendendo as duas formas como frutos de operações gramaticais, motivadas por questões semânticas. A média com reflexividade (de situações como as de se sentar e de se vestir) seria, para elas, um caso de “reflexiva natural”, em que a situação descrita pelo verbo é conceptualizada como uma ação mais comumente feita sobre si mesmo que sobre outra pessoa. Já a reflexiva verdadeira (de situações como as de se autopresentear e de amar a si mesmo) seria um caso de uma simples ligação anafórica, na qual dois argumentos são correferentes³. Porém, aqui também observamos uma imprecisão: como explicar que a ação de se sentar é natural e a de se autopresentear não é natural? Se ambas as ações podem ser descritas por uma forma verbal não-reflexiva, ou seja, se podem incidir sobre um participante diferente daquele que age, como estipular um “grau de

³ Essa distinção proposta entre reflexivas “verdadeiras” e reflexivas “naturais” ou “inerentes” retoma o clássico trabalho de Reinhart e Reuland (1993) sobre reflexividade. No entanto, não é objetivo dos autores investigar as questões semânticas relacionadas a tal distinção.

naturalidade” para que uma dessas ações seja preferencialmente reflexiva, enquanto a outra é preferencialmente não-reflexiva?

Façamos atenção, mais uma vez, a uma questão de nomenclaturas. Vamos assumir o nome “média” apenas para as situações similares às “médias dinâmicas” de Câmara Jr, ou seja, casos de verbos cliticizados com *se* em cujo sentido há uma ideia de reflexividade (um participante com dois papéis no evento), excluindo as demais categorias de ação que Kemmer (1993) chama também de médias, mas que não contêm reflexividade.

O problema da diferença de sentido entre reflexiva (como nas sentenças em (8a), (9a) e (10a)) e o que chamamos de média (como nas sentenças em (11a) e (12a)), então, consiste no fato de que ela é percebida por autores na literatura, mas não é explicitada com precisão. É necessário investigar a semântica dos dois tipos de reflexividade e propor, em termos mais explícitos, a sua diferença.

Até aqui, dois problemas relativos à reflexivização foram delimitados: o da necessidade de uma definição semântica mais formal para a reflexividade e o da necessidade de uma diferenciação mais explícita entre média e reflexiva *strictu sensu*. Tratemos agora de um terceiro problema de pesquisa. Vejamos os seguintes exemplos com verbos do PB:

- (16) a. João presenteou Maria.
b. João se presenteou.
- (17) a. João assaltou Maria.
b. *João se assaltou.
- (18) a. João transportou Maria até a escola.
b. *João se transportou até a escola.
- (19) a. João teletransportou Maria até Marte.
b. João se teletransportou até Marte.
- (20) a. João sentou o filho na cadeira.
b. João se sentou na cadeira.
- (21) a. João preocupou a mãe.
b. João se preocupou. (?João preocupou ele mesmo)
- (22) a. João acalmou a mãe.
b. João se acalmou. (João acalmou ele mesmo)

Observando-se esses exemplos, formulamos as seguintes questões. Por que o verbo *presentear* pode ser reflexivizado, como em (16), mas o verbo *assaltar* não pode ser reflexivizado, como em (17), se ambos são transitivos e têm a mesma grade temática, contendo um agente e um paciente? Por que o verbo de movimento *transportar* não parece aceitar reflexivização, como em (18), mas o verbo *teletransportar*, que também é de movimento, forma uma reflexiva perfeita, como em (19), se ambos são transitivos e predicam argumentos agente e tema em sua grade temática? Por que um verbo como *sentar* quando reflexivizado parece ter uma interpretação um pouco diferente da interpretação reflexiva “verdadeira”, como mostra a estranheza da paráfrase com *ele mesmo*, como vimos em (11b)? Por que o verbo psicológico *preocupar* não tem uma interpretação reflexiva, quando ocorre em uma sentença com o clítico *se*, como em (21b), como mostramos na estranheza da paráfrase com a expressão reflexiva *ele mesmo*, entre parênteses? Por que o verbo *acalmar*, também psicológico, pode ter uma interpretação reflexiva (além de ter uma interpretação passiva) em uma sentença como (22b), como indica a paráfrase entre parênteses?

Parece, então, haver tipos de verbos que podem e tipos de verbos que não podem ser reflexivizados. Além disso, parece haver diferenças de interpretação nos diferentes tipos de verbos que são reflexivizados (o verbo *sentar*, por exemplo, parece formar o que vimos ser chamado anteriormente de “média”). Essas questões dizem respeito às restrições e aos determinantes da reflexivização no PB, e constituem o nosso terceiro problema de pesquisa.

Observamos que, se os verbos acima são todos transitivos diretos, as restrições não estão no tipo de subcategorização do verbo, portanto, podemos pensar que se trata de restrições e determinantes de ordem semântica. Porém, é necessário mais que uma descrição por grades temáticas para investigá-los. Vimos que pares de verbos que compartilham uma mesma grade temática diferem quanto à possibilidade de reflexivizar – é o caso dos pares *presentear/assaltar*, *transportar/teletransportar* e *acalmar/preocupar*, acima exemplificados. Então, faz-se necessário investigar com profundidade a semântica dos verbos do PB e a sua relação com a reflexivização.

Vamos retomar os três problemas de pesquisa levantados até aqui: o problema da definição semântica de (forma verbal, voz ou sentença) reflexiva, o problema da diferenciação semântica entre reflexiva e média e o problema das restrições e dos determinantes à reflexivização em PB, ou seja, a maneira como o léxico verbal do PB se comporta em relação à reflexivização. Vimos que nos três casos, faz-se necessária uma explicação mais precisa para

questões semânticas, e essa “explicação mais precisa” pode ser encontrada em uma linguagem que traduza o significado de maneira menos vaga do que própria a língua. As grades temáticas podem funcionar como uma linguagem semântica que traduz (parte do) significado dos verbos. Porém, além do já mencionado problema da definição dos papéis temáticos, as grades temáticas falam apenas dos participantes de uma eventualidade⁴, e não da eventualidade em si. Assim, podem deixar de representar algum traço do significado que seja relevante para a análise em questão. Propomos, então, que uma linguagem semântica que pode ser adequada para se responder às questões levantadas é a chamada “decomposição semântica de predicados”, proposta originalmente no âmbito da hoje extinta Semântica Gerativa, e amplamente usada por diversas correntes teóricas ao longo dos desenvolvimentos da linguística desde os anos 60. Essa linguagem parece ser mais abrangente que a linguagem dos papéis temáticos, pois representa ou traduz outros traços de sentido além das funções dos participantes nas eventualidades. Além disso, parece tratar-se de uma linguagem mais formal que a própria língua, ou seja, uma linguagem mais precisa para se investigar questões relativas ao significado.

Nossa hipótese para tratar dos três problemas levantados até aqui pode, então, ser expressa da seguinte maneira. A “decomposição semântica de predicados” parece ser uma linguagem adequada (ou seja, mais formalizada que a própria língua e mais abrangente que as grades temáticas) para: definir o que é reflexividade, mostrar a diferença entre reflexiva e média, organizar os verbos do PB em classes e, por meio de suas representações, indicar quais são as restrições e os determinantes semânticos da reflexivização.

O último problema a ser tratado nesta tese é o da relação da reflexivização com a gramática. Retomando a ideia da reflexivização como uma alternância morfossemântica, não tratamos mais apenas dos seus aspectos semânticos, mas da alternância como um todo. A pergunta que se coloca aqui é a seguinte: como a reflexivização ocorre em meio à gramática de uma língua como o PB? Na literatura, como já mencionamos, encontramos posições muito diferentes. Para Grimshaw (1982), por exemplo, nas línguas românicas, a reflexivização é uma operação lexical, que altera a estrutura argumental de um verbo. Já Reinhart e Siloni (2005) propõem que a reflexivização é, nas línguas românicas, uma composição na sintaxe entre o verbo e uma anáfora. Para Kaufmann (2007), por outro lado, o sentido da reflexividade é o resultado interpretativo de operações ocorridas tanto no léxico quanto na sintaxe, e pertence a um

⁴ Entendemos por “eventualidade” qualquer ação, processo ou estado descrito por um verbo.

fenômeno maior de voz. Entendemos que se faz necessária, portanto, uma discussão desses trabalhos, a fim de avaliar que posição parece ser a mais adequada para a explicação do fenômeno da reflexivização do ponto de vista da gramática.

Com base no que foi dito anteriormente, resumimos abaixo os objetivos deste trabalho:

- i) Compreender a reflexivização (em meio ao léxico verbal, as diferenças de sentido entre reflexiva e média e a maneira como ela se acomoda na gramática da língua), usando o PB como instanciamento do fenômeno;
- ii) Testar a decomposição semântica em predicados primitivos como ferramenta de pesquisa em semântica, também visando a contribuir para o desenvolvimento dessa linguagem.

1.2 Metodologia de pesquisa

Nesta seção, descrevemos os procedimentos metodológicos da parte empírica deste trabalho. A parte empírica consistiu na produção de um *corpus* de sentenças reflexivas e não-reflexivas com 206 verbos do PB, que apresentamos no apêndice desta tese.

Para a criação do *corpus*, valemo-nos de uma coleta de verbos do PB, que depois foram organizados em classes. A coleta foi feita a partir de dados do “Catálogo de Verbos do PB – parte I” (CANÇADO; GODOY; AMARAL, em prep.), que faz um vasto levantamento dos chamados “verbos de mudança” nessa língua. O catálogo conta com cerca de 1000 verbos de mudança, dos quais usamos 101. Os verbos de nosso *corpus* que pertencem a outras classes foram coletados do “Dicionário Gramatical de Verbos do Português Contemporâneo do Brasil” (BORBA, 1990).

O método de coleta consistiu em duas etapas. Em uma primeira etapa, apenas listamos verbos de maneira aleatória, construindo com eles uma sentença não-reflexiva e uma reflexiva, de modo a formular o que vamos chamar de “restrições iniciais à reflexivização”. Um fragmento dessa coleta inicial encontra-se nos exemplos abaixo:

(23) a. João correu.

- b. *João se correu.
- (24) a. João precisa de Maria.
b. *João se precisa.
- (25) a. João bebeu a cerveja.
b. *João se bebeu.
- (26) a. João adora Maria.
b. João se adora.

Dados como os acima nos fizeram perceber que apenas verbos transitivos diretos podem formar reflexivas, por isso o verbo *correr*, que é intransitivo, e o verbo *precisar*, que é transitivo indireto, não aceitam serem reflexivizados, como mostramos em (23) e (24).

Além disso, percebemos haver uma restrição seletional necessária à reflexivização: apenas verbos que aceitam como argumentos NPs com o traço de animacidade podem ser reflexivizados. Por isso, *beber* não pode sofrer reflexivização, como mostramos em (25): seu argumento interno só pode ser uma entidade inanimada. Essas restrições iniciais à reflexivização estão explicitadas abaixo:

- (27) Restrições iniciais à reflexivização (para que um verbo possa ser reflexivizado, ele tem de):
- i) ser transitivo direto;
 - ii) poder ter o traço de animacidade associado a seus argumentos⁵.

Na segunda etapa da elaboração do *corpus*, coletamos apenas verbos que passassem nas “restrições iniciais”, ou seja, apenas verbos transitivos cujos argumentos podem denotar entes

⁵ Conforme apontado pelo prof. Marcelo Ferreira (comunicação pessoal), enquanto a restrição em (i) é trivial, a restrição em (ii) não o é. A restrição em (i) tem a ver com as questões de colocação de clíticos no PB, que são regras morfosintáticas dadas, ou não-motivadas. Já a restrição em (ii) é semântica, portanto, há uma motivação para a sua existência. Podemos dizer que eventualidades reflexivas só podem ocorrer com seres vivos, e, mais restritivamente talvez, apenas com seres conscientes (uma planta pode ser o participante de uma eventualidade reflexiva? E um cachorro?). Sem poder adentrar essa discussão, observamos que, no capítulo 4, ambas as restrições são retomadas, quando alocamos as generalizações encontradas em um modelo gramatical mais tradicional. A restrição em (i) não é específica à reflexivização, mas se aplica à cliticização no PB de maneira geral. A restrição em (ii), por outro lado, não é de fato uma restrição, mas um dos traços necessários para que se atribua uma interpretação reflexiva a determinada sentença. Seria interessante um estudo mais aprofundado sobre qual é exatamente o traço semântico que um NP deve ter (talvez algo mais específico que a simples animacidade) para que a sentença da qual ele é sujeito seja interpretada como reflexiva.

animados. Além disso, fizemos o seguinte recorte em meio ao vasto léxico verbal do PB: coletamos apenas verbos télicos. Então, além da transitividade e da animacidade dos argumentos, outro traço que restringiu nossa amostra de verbos foi o da telicidade.

Os verbos assim coletados foram, em seguida, classificados. A classificação foi representada por meio da linguagem da decomposição semântica de predicados. As representações de algumas classes partiram de trabalhos já existentes na literatura e as das demais classes foram originalmente propostas neste trabalho. A argumentação para cada classificação representada em uma estrutura de predicados decompostos é relatada no capítulo 3.

Na construção dos exemplos de sentenças com os verbos coletados e classificados, houve mais restrições. Nas sentenças criadas, usa-se sempre a terceira pessoa e o pretérito perfeito. Para cada verbo coletado, elaboramos uma sentença não-reflexiva e uma sentença reflexiva com tais características, como no exemplo abaixo, tirado de nosso *corpus*, com o verbo *presentear* (que é télico, transitivo e aceita argumentos animados):

- (28) a. João presenteou a namorada.
b. João se presenteou.

Todas essas restrições servem para homogeneizar o *corpus*, de modo que as diferenças observadas na reflexivização dos verbos, como as que mostramos em (16)-(22), podem ser atribuídas à semântica lexical dos verbos (e não a diferenças de subcategorização, de restrições seletivas ou de flexões de pessoa, tempo ou aspecto).

As sentenças foram construídas com base na intuição de falante, muitas vezes checadas com outros falantes e também em ferramentas de busca na internet, como o site “Google”. É importante esclarecer que esse tipo de pesquisa tem de se valer de dados de intuição, apesar da frequente crítica a esse tipo de dado na literatura linguística. Isso porque, em um trabalho que pressupõe a existência de restrições gramaticais, é necessário lidar com a distinção entre o que é gramatical e o que é agramatical (ou o que é anômalo e o que não é, no caso de algumas questões de ordem semântica). Ou seja, é preciso observar “dados negativos”, sentenças que não são boas gramaticalmente, comparando-as com as sentenças gramaticais, de modo que as restrições possam ser explicitadas. Além disso, se buscamos coletar uma grande quantidade de verbos pertencentes às mais variadas classes, é melhor partir de uma listagem pré-existente de

verbos, e não de textos reais, pois em textos reais não se encontra uma gama tão grande e variada de verbos quanto na listagem de um dicionário confiável (por isso, usamos o “Dicionário Gramatical de Verbos”, de BORBA, 1990, que mencionamos acima). Entendemos que para cada tipo de pesquisa em linguística existe o dado ou o *corpus* ideal; no caso de uma pesquisa que observa a extensão de um fenômeno em meio ao léxico de uma língua, o *corpus* ideal é o que abarca a maior variedade possível de itens lexicais (no nosso caso, verbos) e que inclui tanto dados positivos quanto negativos.

A coleta de verbos do PB, a sua classificação, a construção de um *corpus* e a testagem da reflexivização nas classes verbais constituem a parte empírica deste trabalho. A partir dela, foi possível proceder ao trabalho teórico de responder às questões levantadas nesta pesquisa, perseguindo nossos objetivos e testando nossa hipótese central.

1.3 Organização da tese

Esta tese se organiza da seguinte maneira. No capítulo 2, tratamos da linguagem da decomposição de predicados, que é a maneira como propomos resolver os nossos problemas de pesquisa de ordem semântica. No capítulo 3, relatamos a análise empírica dos verbos do PB e das suas formas reflexivas por meio da decomposição semântica de predicados, expondo as generalizações e explicações tecidas para as perguntas formuladas. No capítulo 4, apresentamos uma discussão da literatura sobre a questão gramatical da reflexivização, propondo caminhos e soluções. Ou seja, as questões que envolvem a parte semântica da reflexivização são tratadas no capítulo 3 e as de ordem gramatical, no capítulo 4. A diferença é que as de ordem semântica são questões em aberto na literatura, como vimos, para as quais propomos soluções. Já as de ordem gramatical são, ao contrário, amplamente discutidas na literatura, de modo que o que oferecemos é uma revisão crítica, apontando as explicações que parecem mais adequadas e sugerindo também possíveis soluções. Por fim, no capítulo 5, tecemos as considerações finais sobre esta pesquisa, resumindo os resultados alcançados e apontados os principais méritos e as principais questões deixadas em aberto.

2 A LINGUAGEM DA DECOMPOSIÇÃO DE PREDICADOS

Neste capítulo, mostramos o que é a “decomposição de predicados”, encarado-a como uma linguagem semântica, ou seja, uma tradução ou representação do significado. Relatamos alguns dos empregos que se fez dessa linguagem na literatura linguística. Situamos, nesse contexto, o emprego que fazemos dela neste trabalho. Em seguida, explicitamos o que podemos chamar de “vocabulário” de metapredicados que usamos aqui, ou seja, a linguagem que serviu à descrição dos verbos e às generalizações sobre a reflexivização reportadas no capítulo 3.

2.1 O que é a decomposição de predicados

A decomposição do significado em predicados primitivos, à qual se refere, de maneira abreviada, como “decomposição (semântica) de predicados”, é uma linguagem e um método de descrição semântica, que parte do pressuposto de que o significado (de uma palavra ou sentença) se constitui de partes que se combinam⁶. Há uma série de evidências para demonstrar que o significado lexical ou sentencial é uma combinação de componentes de sentido menores, que são recorrentes na composição de outros significados. Wunderlich (2009) mostra que um dos argumentos mais fortes para a decomposição (lexical, nesse caso) vem dos verbos chamados denominais. Por exemplo, nomes como *gaveta*, *jaula*, *manteiga* e *pimenta* referem-se a lugares ou substâncias. Entretanto, há verbos relacionados a esses nomes, que se referem a eventos. Por exemplo:

- (1) a. Adriana engavetou os papéis.
 b. Adriana enjaulou o cachorro.
- (2) a. Adriana amanteigou o pão.
 b. Adriana apimentou o feijão.

⁶ Opõe-se, portanto, a uma visão unitarista do significado, como nos trabalhos de Jerry A. Fodor, principal crítico da decomposição do significado lexical, desde a década de 1970 (sua primeira crítica parece ter sido FODOR, 1970).

Trata-se, em (1), de verbos chamados de *location* e, em (2), de verbos conhecidos como *locatum*, (ambos os tipos descritos no capítulo 3). Cada um desses verbos certamente tem, como um dos seus componentes, o conceito de gaveta, jaula, manteiga ou pimenta. Os demais componentes do sentido desses verbos são outras unidades semânticas que, compostas com esses conceitos básicos, dão origem a um sentido final de evento. Podemos formular paráfrases que evidenciam a relação dos nomes com as outras unidades de sentido que compõem a semântica dos verbos:

- (3) a. Adriana pôs os papéis na gaveta.
b. Adriana pôs o cachorro na jaula.
- (4) a. Adriana pôs manteiga no pão.
b. Adriana pôs pimenta no feijão.

Por meio das paráfrases, percebe-se que o sentido de verbos diferentes é composto pela combinação de elementos semânticos recorrentes. Outras teorias ou linguagens também partem do pressuposto de que o significado é composicional. O que diferencia a decomposição de predicados em meio a tais teorias é o fato de se usar um sistema, inspirado na lógica fregueana, de predicados e argumentos, entendendo que são esses predicados e os seus argumentos os componentes semânticos que se combinam na constituição do significado.

A fim de fornecer um exemplo do que seja a decomposição em predicados primitivos, vejamos a representação proposta por Levin e Rappaport-Hovav (2005) para o significado do verbo *dry* (*secar*) em inglês:

(5) *dry*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME <DRY>]]

Entende-se que o significado de *dry* é o de um evento composto de subpartes. As subpartes ou componentes desse evento são o fato de alguém agir, de algo causar um processo, de algo mudar de estado, de haver um estado final e de esse estado final ser o de estar seco (*dry*). Cada um desses componentes é representado por uma combinação de predicado e argumento(s). Os predicados, que chamamos também de “metapredicados” (para nos referir mais especificamente à linguagem da decomposição em predicados primitivos), são ACT, CAUSE e BECOME. A variável X é o argumento que satura o metapredicado ACT, a variável Y e o componente <DRY>

são os argumentos que saturam o metapredicado BECOME. Já o metapredicado CAUSE é saturado por duas combinações de um metapredicado e seus argumentos, [X ACT] e [Y BECOME <DRY>]. O componente <DRY>, além de ser argumento do metapredicado BECOME, é o que se chama comumente nos trabalhos mais recentes de “raiz” do verbo, e representa a parte idiossincrática de seu significado. Trataremos mais especificamente desses componentes adiante.

2.2 Por que usar a decomposição de predicados

Atualmente, o emprego mais comum da linguagem da decomposição de predicados é o de representar significados lexicais. Na literatura sobre essa linguagem, atenção especial é dada aos verbos. Alguns dos motivos para isso são os seguintes: i) sabe-se que os verbos são o alicerce semântico das sentenças, então, de maneira geral, são os itens lexicais que mais carregam informações; ii) há uma intuição antiga, que remonta aos filósofos gregos, de que o sentido dos verbos se compõe de partes, como a causa, a ação, a mudança etc.; e iii) os verbos são quase sempre itens insaturados, ou seja, se encaixam por excelência em um sistema de representação em que há predicados e argumentos.

Para justificar a pertinência da decomposição de predicados como linguagem semântica, tomemo-la nesse emprego mais comum, o da representação lexical de verbos, comparando-a com outro tipo de representação lexical frequente na literatura – a das grades temáticas. Diferentemente das grades temáticas, a decomposição semântica de predicados não representa apenas a semântica dos participantes da eventualidade, mas também, e principalmente, a semântica da própria eventualidade descrita pelo verbo. Por exemplo, dentre o grande grupo dos verbos que chamamos de verbos de mudança, há os de mudança de estado, como *sujar*, os de mudança de posse (ou “verbos de *locatum*”, que mencionamos acima), como *amanteigar*, e os de mudança de locação (ou “verbos de *location*”, que mencionamos acima), como *hospitalizar*. Em uma descrição por papéis temáticos, os três tipos teriam a mesma representação – uma grade temática contendo dois argumentos, um agente e um paciente. Já em uma descrição por decomposição de predicados, as representações dos três tipos de verbo diferem, como mostramos abaixo:

(6) *sujar*: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [<SUJO>]]]

(7) *amanteigar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <MANTEIGA>]]]

(8) *engavetar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <GAVETA>]]]

Essas representações deixam claro qual parte do sentido verbal é compartilhada pelas três classes: as três têm dois subeventos, cujos núcleos são os metapredicados ACT e BECOME, relacionados pelo metapredicado CAUSE, e nas três há um estado final, que é o argumento do metapredicado BECOME. As estruturas também explicitam qual parte do sentido é compartilhada pelos verbos de uma mesma classe. Cada estado final, que é argumento de BECOME, é de um tipo: há o estado físico, o possessivo e o locativo, que são expressos, respectivamente, pela raiz <STATE> (que é a ontologia da raiz <SUJO>), compartilhada por todo verbo dessa classe, pela subestrutura nucleada pelo metapredicado WITH (representando a noção de posse) e pela subestrutura nucleada pelo metapredicado IN (representando a noção de locação), em cada uma das representações acima. Por fim, as estruturas também representam a parte do sentido que é idiossincrática de cada verbo particular – a raiz (nos verbos acima, as raízes são <SUJO>, <MANTEIGA> e <GAVETA>). Usando a representação por decomposição de predicados, a função semântica dos participantes do evento (ou o seu papel temático) pode ser inferida da sua relação com o predicado que o toma para ser saturado, e não definido aprioristicamente (JACKENDOFF, 1990). Por exemplo, o que se chama tradicionalmente de “agente” pode ser definido como o papel do argumento que satura o metapredicado ACT e o que se chama de “locativo” é o papel do argumento que satura o metapredicado IN.

O fato de a linguagem de decomposição de predicados representar a semântica da eventualidade e das suas subpartes, e não apenas a semântica dos participantes do evento, traz consequências relevantes para as análises. Como Parsons (1990) argumenta, em uma análise da alternância causativo-incoativa (*João quebrou o vaso* > *O vaso quebrou*) por papéis temáticos, a diferença entre as duas formas consiste apenas no fato de se ter um argumento a mais ou a menos na grade temática de cada forma. Porém, o autor mostra que uma análise como essa não seria capaz de explicitar que na forma causativa há dois subeventos, enquanto na incoativa há apenas um. Tampouco explicaria que a forma causativa, como seu nome diz, contém a ideia de uma relação de causa entre os dois subeventos, enquanto a incoativa não a contém. Veja a representação da alternância em termos de decomposição de predicados, adaptada de Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011):

(9) a. *forma causativa*: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]] (como em *João quebrou o vaso*)

b. *forma incoativa*: [Y BECOME <STATE>] (como em *O vaso quebrou*)

Pela decomposição de predicados, fica claro que há um subevento a mais na forma causativa. Assim, a representação da alternância causativo-incoativa por meio dessa linguagem é capaz de representar de maneira explícita, por exemplo, as distinções aspectuais entre as duas formas, se assumimos as clássicas definições de Dowty (1979) das classes aspectuais: a forma causativa é um *accomplishment* porque contém dois subeventos, enquanto a incoativa é um *achievement*, porque contém apenas um subevento de mudança.

Além disso, como argumentam Levin e Rappaport-Hovav (2005), em uma representação por papéis temáticos, não é possível fazer a distinção entre raiz e estrutura, o que é uma perda considerável em termos de recursos analíticos. Se a raiz representa a parte idiossincrática do sentido do verbo, então várias propriedades podem ser atribuídas à raiz, de maneira que a estrutura representa apenas o que é relevante gramaticalmente. Tal distinção não pode ser feita em uma grade temática, na qual os papéis temáticos têm de conter tanto traços compartilhados entre vários verbos quanto traços idiossincráticos daquele verbo em particular. Por exemplo, Cançado e Godoy (2010, no prelo) e Cançado e Amaral (2011) mostram que verbos psicológicos de objeto experienciador pertencem à classe dos verbos de mudança de estado, cuja estrutura é como em (9a). A diferença entre *quebrar* e um verbo psicológico como *assustar* está no estado final, idiossincrático – uma raiz é <QUEBRADO> e a outra é <ASSUSTADO>. Se <ASSUSTADO> é um estado psicológico, decorre que o argumento Y é um experienciador. Ou seja, a propriedade de experienciador é algo atribuído pela raiz, não pela parte estrutural do sentido. Isso explica porque verbos como *assustar* se comportam como um verbo não-psicológico como *quebrar*, participando da alternância causativo-incoativa (*João assustou Maria* > *Maria se assustou*). O que determina que um verbo participe dessa alternância é a sua estrutura semântica (CANÇADO e AMARAL, 2011), a qual é compartilhada por *quebrar* e *assustar*. Uma análise

tradicional por grades temáticas não agrupa esses dois verbos em uma mesma classe, pois enquanto o argumento interno de *quebrar* é um paciente, o de *assustar* é um experienciador⁷.

2.3 A decomposição de predicados na linguística e os seus empregos

A linguagem da decomposição de predicados foi proposta originalmente no âmbito da extinta semântica gerativa, na década de 60, por autores como Lakoff (1970), McCawley (1968) e Ross (1969). A linguagem era empregada na representação da estrutura semântica das sentenças, o que, naquele modelo, equivalia à estrutura profunda (DS). Devido a uma série de motivos intra e extrateóricos, essa teoria foi abandonada; no entanto, a linguagem criada pelos semanticistas gerativos seguiu sendo utilizada e desenvolvida por diversas correntes linguísticas, com empregos diversos. Vejamos alguns exemplos importantes de empregos dessa linguagem.

Dowty (1979), em uma época próxima à da (falência da) Semântica Gerativa, argumenta contra a adoção das estruturas de predicados decompostos como representação da DS, que gerariam a SS (estrutura superficial) por meio de transformações. Ele propõe que as estruturas semânticas sejam representações de interpretações, em um modelo de gramática no qual a semântica interpreta, e não gera a sintaxe. Usando seus próprios termos, as estruturas de predicados decompostos são traduções da SS. Então, para o autor, mesmo as representações de verbos (ou seja, representações lexicais) são parte de uma semântica interpretativa, e não gerativa. Vejamos, como exemplo, a representação ou tradução proposta pelo autor para o verbo *kill* (*matar*):

$$(10) \lambda P \lambda x P \{y [VP \{x\} \text{ CAUSE BECOME } \neg \text{alive} (y)]\}$$

Não vamos nos deter na explicação das notações propostas pelo autor, mas, em linhas gerais, podemos dizer que a estrutura acima pode ser lida como: *um determinado evento P desempenhado por x causa uma mudança na qual um participante y muda para o estado de não-vivo*. A estrutura em (10) revela o objetivo do autor: encaixar o sistema de metapredicados e argumentos proposto pela semântica gerativa em uma semântica montagueana, em que se usa o

⁷ Vale dizer que mesmo em uma análise por papéis temáticos, a proximidade desses dois tipos de verbo já vinha sendo mostrada em Cançado (1995) e Cançado (2005).

cálculo lambda. Vale, como última observação, notar que, na estrutura de Dowty, a palavra em negrito, *alive* (*vivo*), composta com o símbolo da negação (–), forma o conceito de *não-vivo*, que é uma aproximação da ideia de sentido idiossincrático de um verbo. São os primórdios do conceito de raiz.

Jackendoff (1983, 1990), mais tardiamente, utiliza a linguagem da decomposição de predicados para representar a semântica, o que, na sua teoria de gramática, é um módulo paralelo à sintaxe, porém independente dela. Ou seja, para cada estruturação sintática, há uma estrutura semântica e essa estrutura semântica é representada por meio de um sistema de predicados decompostos. Além da estrutura semântica frasal, o autor propõe que, no que concerne às informações de teor semântico da entrada lexical, elas também são expressas em uma estrutura de predicados decompostos. Vejamos a representação proposta pelo autor para a semântica do verbo *dress* (*vestir*):

(11) [CAUSE ([], [GO ([], [TO [IN [CLOTHING]]]])]]]

A estrutura acima simplifica um pouco a representação do autor, que também inclui índices para representar a ligação dos argumentos (espaços vazios entre colchetes) com sintagmas em uma grade de subcategorização. Observe-se que na estrutura não há nada similar a uma raiz, e uma informação idiossincrática desse verbo (o fato de acarretar uma relação necessária com a ideia de vestimenta – representada por CLOTHING) é notada da mesma maneira que as informações que podem ser compartilhadas por outros verbos também, como a causa (CAUSE), o movimento (GO) e a trajetória (TO). Por fim, ressaltamos que, apesar de apontarmos o trabalho de Jackendoff (1983, 1990) como um dos empregos da decomposição de predicados na literatura, o autor não assume esse termo (“decomposição de predicados”) explicitamente, talvez por sua filiação historicamente antagônica à dos semanticistas gerativos.

Mais recentemente, a decomposição de predicados vem sendo utilizada preferencialmente como representação lexical, como vimos no exemplo tirado de Levin e Rappaport-Hovav (2005), em (5) acima, na grande maioria dos trabalhos recentes dessas autoras, como Rappaport-Hovav e Levin (1998a, 1998b, 2010), Levin e Rappaport-Hovav (2011), Levin (1999), e também em autores como Pinker (1989) e Wunderlich (1997, 2009). Esses empregos mais recentes da decomposição de predicados trouxeram consigo alguns avanços no

desenvolvimento dessa linguagem. O principal avanço parece ter sido a introdução do conceito de raiz, atribuída por Levin e Rappaport-Hovav (2005, 2011) essencialmente a Pesetsky (1995). A raiz, como já dissemos, seria a representação da parte idiossincrática do sentido do item lexical. No caso dos verbos, haveria uma semântica estrutural, representada pelos metapredicados recorrentes em outros verbos, e uma semântica idiossincrática, representada pela raiz. As estruturas de Jackendoff (1983, 1990), por exemplo, não incluíam essa “visão bipartida” (RAPPAPORT-HOVAV e LEVIN, 1998a) do sentido dos verbos, por isso eram ou específicas demais, como em (11) acima, que serve para representar apenas o verbo *dress* (*vestir*) em particular, ou gerais demais, como em (12) abaixo, podendo representar qualquer verbo de uma mesma classe. Eis a estrutura proposta por Jackendoff (1990) para o verbo *run* (*correr*):

(12) [_{event} GO ([_{thing}], [_{path}])]

Se essa é a estrutura de *correr*, o que diferencia esse verbo do verbo *andar*, por exemplo? Não há como fazer essa diferenciação porque a estrutura não inclui a noção de raiz, representando o sentido idiossincrático, individual, do verbo. Em uma estrutura que inclui a distinção raiz *versus* estrutura, fica claro o que é da classe verbal e o que é do verbo específico. Vejamos a estrutura proposta por Levin e Rappaport-Hovav (2005) para o mesmo verbo *run*:

(13) [X ACT<*RUN*>]

Deixemos de lado a divergência entre Jackendoff (1990) e Levin e Rappaport-Hovav (2005) com relação aos componentes de sentido do verbo *run* (a divergência consiste no fato de que para Jackendoff há uma trajetória no sentido do verbo, mas não para Levin e Rappaport-Hovav). A diferença que nos interessa aqui é que na representação em (13) há uma raiz (representada entre colchetes angulados), o que falta em (12). A raiz de *run* para Levin e Rappaport-Hovav é uma maneira de agir, ontologicamente falando; trata-se de uma raiz que não ocupa a posição de argumento de um metapredicado, mas a de modificador do metapredicado ACT (modificadores são notados nessa linguagem como subscrições). Essa maneira específica de agir é o que diferencia o verbo *run* de verbos de movimento como *walk* (*andar*), *skip* (*saltar*) e *jog* (*correr lentamente*), diferenciação que não encontraria espaço para ser representada em uma estrutura

como a de Jackendoff, em (12)⁸.

A introdução do conceito de raiz e a consequente “visão bipartida” do sentido dos verbos, a que nos referimos acima, corroboram propostas de princípios mais teóricos sobre o léxico. Ou seja, os trabalhos recentes desenvolvem não apenas a linguagem da decomposição de predicados em si, como também a utilização dessa linguagem em teorias lexicais. Há, dessa forma, um modelo de léxico e de conhecimento lexical permeando as representações propostas, no qual os metapredicados representam as informações semânticas que são relevantes gramaticalmente e no qual os verbos se organizam em classes e subclasses conforme compartilhem o mesmo tipo de metapredicado. Em outras palavras, a decomposição de predicados nesses trabalhos sobre a semântica lexical não apenas traduz o sentido dos verbos em uma linguagem mais formalizada, como também representa um determinado modelo do conhecimento lexical.

Tratemos de algumas dessas propostas mais teóricas que se desenvolvem a partir do conceito de raiz, contidas em sua maioria nos trabalhos de Levin e Rappaport-Hovav, expoentes do atual emprego semântico-lexical da decomposição de predicados. Começamos pelo princípio que as autoras (em RAPPAPORT-HOVAV e LEVIN, 2010) chamam de “Restrição de Lexicalização” (“Lexicalization Constraint”), traduzido em (14) abaixo:

(14) Uma raiz só pode ser associada a [apenas] um predicado primitivo em um esquema de evento, ou como argumento ou como modificador⁹.

Em outras palavras, essa restrição propõe um princípio segundo o qual só pode haver uma raiz para cada verbo, e essa raiz ou será um argumento ou um modificador.

⁸ Conforme apontou o prof. Sérgio Menuzzi (comunicação pessoal), é injusto dizer que Jackendoff não reconhece a distinção entre uma parte do sentido dos verbos que é relevante gramaticalmente e uma parte que é idiossincrática. Ele o diz explicitamente nas suas explicações, no entanto, não inclui nas representações a parte idiossincrática, alocando-a em uma outra dimensão do conhecimento semântico. A nossa crítica recai justamente sobre isso. Se a raiz pertence à representação, acarretamentos idiossincráticos – como, por exemplo, a noção de vestimenta implícita no verbo *dress* – não precisam ser representados, pois decorrem da presença da raiz na estrutura. Trata-se aqui de uma discussão complexa entre o que deve ou não ser representado. Podemos assumir, a esse respeito, as ideias de Levin e Rappaport-Hovav (2005), que propõem, como metodologia, que o que deve ser representado são traços de sentido recorrentes em um conjunto significativo de verbos e que sejam relevantes gramaticalmente. Assim, a parte compartilhada das estruturas de um conjunto de verbos (diferente da parte idiossincrática), por se constituir de traços relevantes gramaticalmente, pode corresponder ou ser a própria estrutura argumental de uma classe verbal, dentro da qual os verbos se diferenciam exclusivamente pela raiz.

⁹ “The lexicalization constraint: A root can only be associated with one primitive predicate in an event schema, as either an argument or a modifier.”

Uma segunda ideia, muito divulgada pelas autoras (presente explicitamente em RAPPAPORT-HOVAV e LEVIN, 2010) é a sua hipótese chamada “complementaridade *manner/result*” (“*manner/result* complementarity”). Essa hipótese propõe que há uma relação de complementaridade entre dois tipos de raízes – as raízes que representam uma maneira (como a de verbos tipo *run*, representado em (13)) e as raízes que representam um resultado (como a de verbos tipo *dry*, representado em (5)). A ideia é que se o verbo lexicaliza uma maneira de agir (isto é, toma uma maneira como raiz), ele “obscurece”, por assim dizer, o resultado dessa ação. O verbo *wipe* (*esfregar*), por exemplo, seria a lexicalização de uma maneira de agir, tendo uma estrutura de decomposição de predicados como a de *run* em (13) (diferindo de *run* na raiz, obviamente, que é <*WIPE*>, modificador de ACT). Esse verbo deixa vago o resultado da ação de *esfregar*, que pode ser inferido do seu sentido, mas não acarretado (por exemplo, se *João esfregou o chão*, pode-se inferir que o chão fica em um determinado estado – limpo – ao final do evento, mas isso não é acarretado do verbo). Por outro lado, há verbos que lexicalizam o resultado de uma ação, como *dry* (*secar*), representado em (5). Nesse tipo de verbo, o que é obscurecido, ou deixado vago, é a maneira de agir que leva àquele resultado (por exemplo, em uma sentença como *João secou a roupa*, não está especificado que tipo de ação ou movimento foi realizado por João para que a roupa ficasse seca; se foi, por exemplo, torcendo-a ou não, ou se a ação foi intencional etc.). Entretanto, por mais instigante que seja a hipótese da complementaridade *manner/result*, parecem existir contraexemplos de verbos que lexicalizam tanto um resultado, quanto uma maneira. Por exemplo, Koontz-Garboden e Beavers (2009) sugerem que verbos em inglês que expressam “maneiras de morrer”, como *crucify* (*crucificar*), *drown* (*afogar*) e *electrocute* (*eletrocutar*) são contraexemplos a essa hipótese (neles, haveria tanto uma raiz <*MANNER*> associada ao metapredicado ACT quanto um resultado, que é um determinado estado final, complemento do metapredicado BECOME). Deixamos de lado essa discussão (também presente em GOLDBERG, 2010) acerca dos possíveis contraexemplos à hipótese da complementaridade, que não será assumida neste trabalho.

Uma terceira proposta teórica de Rappaport-Hovav e Levin (1998b), que também trata do tema da lexicalização, é a ideia de que é a raiz que dá o nome ao verbo. Assim, dentro de uma mesma classe, os verbos terão os mais variados nomes, pois cada um tem a sua raiz, ainda que a parte estrutural do sentido seja idêntica. Porém, é possível que dois verbos pertencentes a classes diferentes (ou seja, com duas estruturas diferentes) tenham o mesmo nome, pois

compartilham a raiz. Ou seja, a polissemia verbal encontra uma explicação interessante na oposição entre raiz e estrutura. Se um verbo tem dois sentidos polissêmicos, o que os difere deve ser a parte estrutural do sentido (ou seja, eles pertencem a classes diferentes), e o que os relaciona é a raiz em comum.

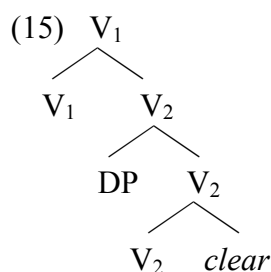
Finalizando a exemplificação de princípios lexicais teóricos propostos a partir da introdução do conceito de raiz, apontamos uma quarta hipótese: a de que pode haver argumentos da raiz, não só argumentos da estrutura (RAPPAPORT-HOVAV e LEVIN, 1998a, LEVIN, 1999 e GRIMSHAW, 2005). A raiz, contendo informações idiossincráticas do verbo, pode introduzir participantes, com papéis temáticos também idiossincráticos (GRIMSHAW, 2005). Essa hipótese aparece como algo ainda incipiente nos trabalhos na literatura, e será explorada neste trabalho no capítulo 3, quando propomos a estrutura semântico-lexical de verbos como *assaltar*.

Assinalamos, no Brasil, no âmbito do grupo de pesquisa chamado Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical (NuPeS), da UFMG, trabalhos que assumem a decomposição de predicados como linguagem de representação semântica e como teoria lexical. Os trabalhos de Cançado (2010), Cançado e Amaral (2011) e Amaral (2011) propõem descrições de classes verbais usando a decomposição de predicados como representações. Ciríaco (2011), em um modelo gramatical diferente, de filiação cognitivista, também utiliza as decomposições de predicados descritivamente, como representações do sentido lexical e construcional. Já em Cançado e Godoy (2010, 2011 e no prelo), temos trabalhos que empregam a decomposição de predicados com objetivos mais teóricos. As autoras propõem uma teoria de *linking* entre as representações semântico-lexicais por decomposição de predicados e a sintaxe. O presente trabalho insere-se nesse projeto brasileiro de se usar a decomposição de predicados em estudos sobre o léxico verbal e a sua relação com a gramática¹⁰.

Por fim, ainda sobre os empregos da decomposição de predicados que encontramos na literatura, há teorias recentes que propõem o que podemos chamar, em concordância com Levin e Rappaport-Hovav (2005), de uma “decomposição sintática de predicados”, na qual as estruturas decomposicionais são árvores sintáticas e os metapredicados não têm conteúdo semântico. Os metapredicados são nós, ou posições na árvore, e o valor semântico das representações é dado estruturalmente, ou seja, como uma interpretação do posicionamento

¹⁰ Assinalamos também outras pesquisas recentes no Brasil que utilizam a decomposição de predicados para tratar de fenômenos do PB: trata-se de alguns trabalhos desenvolvidos na UFRGS, dos quais alguns resultados foram apresentados em Ribeiro e Menuzzi (2010).

hierarquizado dos predicados e argumentos. Vejamos, como exemplo da decomposição sintática de predicados, a estrutura argumental do verbo *clear* (*clarear*) proposta por Hale e Keyser (2002):



Reduzindo a sua proposta a uma comparação com a decomposição semântica de predicados, podemos dizer que o núcleo V_1 é a versão sintática (ou seja, desprovida de conteúdo semântico) do metapredicado CAUSE e V_2 , do metapredicado BECOME. DP é o sintagma que ocupa a posição de argumento interno (denotando o participante que sofre a mudança) e *clear* é a raiz do verbo, cuja categoria gramatical é a de um adjetivo.

Há versões lexicais e versões sintáticas da decomposição de predicados em forma de árvores. Como exemplo da versão lexical, temos Hale e Keyser (1993, 2002), acima exemplificado. Já na versão sintática, temos as muitas vezes chamadas de “conchas VP” (atribuídas originalmente a LARSON, 1988), que inspiraram (juntamente com as intuições originais de HALE e KEYSER, 1993), o desenvolvimento da Morfologia Distribuída. Na proposta de Hale e Keyser (1993, 2002), os metapredicados/nós sintáticos são marcados com categorias gramaticais. Em outros trabalhos, como o de Harley (2007), filiada à Morfologia Distribuída, não há informação categorial na árvore. Importante é que nas duas versões da decomposição sintática de predicados, a semântica é encarada como uma interpretação da estrutura arbórea.

De acordo com Pytkkanen (2008), as teorias sintáticas da estrutura argumental, que, como dissemos, são decomposições sintáticas de predicados, são uma maneira de se escapar do problema do *linking*. Os autores que propõem representações lexicais semânticas têm de propor um aparato adicional – um mecanismo de mapeamento dos argumentos semânticos em posições sintáticas. Já as teorias sintáticas da estrutura argumental dispensam esse mecanismo, pois nelas a estrutura argumental já apresenta uma hierarquização dos argumentos; por isso, são mais

parcimoniosas que as teorias semânticas da estrutura argumental.

No entanto, apesar da elegância dessa proposta, vemos nela um problema sério, pois parece haver informações lexicais relevantes gramaticalmente que não cabem em uma estrutura argumental puramente sintática. Por exemplo, a passivização parece ser sensível à presença de um agente como argumento externo. Cançado e Franchi (1999) mostram que há uma subclasse de verbos psicológicos de objeto experienciador em PB que não atribui agentividade a seu argumento externo, nem quando ele é animado:

- (16) a. * A filha preocupou a mãe com uma faca.
- b. * O João aborreceu o pai com um martelo.
- c. * A Maria chateou o namorado com um revólver.

Mas:

- (17) a. O João assustou a Maria com um revólver.
- b. O João acalmou a Maria com um chá.
- c. Os colonizadores apaziguaram os índios com presentes.

O instrumento só é licenciado na presença de um agente real (CANÇADO, 1995), por isso os verbos psicológicos em (17) aceitam a composição com um instrumento, mas os verbos psicológicos em (16), não. Observe-se que os verbos que não aceitam um agente também não aceitam passivização, mas os que aceitam um agente aceitam ser passivizados:

- (18) a. *A mãe foi preocupada pela filha.
- b. *O pai foi aborrecido pelo João.
- c. *O namorado foi chateado pela Maria.
- (19) a. A Maria foi assustada pelo João.
- b. A Maria foi acalmada pelo João.
- c. Os índios foram apaziguados pelos colonizadores.

Em resumo, a possibilidade ou impossibilidade da agentividade no argumento externo é o que divide os verbos psicológicos de objeto experienciador no PB em duas subclasses, a dos verbos em (16) e a dos verbos em (17). Trata-se de uma informação semântica relevante gramaticalmente, pois a passivização (uma operação gramatical) é sensível a ela. No entanto, não há lugar para essa informação em uma estrutura argumental puramente sintática como a estrutura em (15): nem cabem nela informações semânticas, nem o argumento externo é representado.

Se estamos falando de decomposição de predicados como representação da estrutura argumental dos verbos, assumimos, então, que a decomposição sintática não dá conta de representar toda informação gramaticalmente relevante que um verbo pode conter. A decomposição semântica de predicados, por outro lado, consegue representar mais informações relevantes contidas em um item lexical. Trata-se, então, vale repetir, de uma linguagem que traduz o significado lexical, e, assumindo a distinção raiz/estrutura, representa a parte relevante do sentido lexical, ou seja, a estrutura argumental. O problema do *linking*, apontado por Pylkkanen (2008), não será tratado neste trabalho; propomos as representações de algumas classes verbais do PB e deixamos para um trabalho futuro investigar a maneira como os argumentos dessas estruturas são mapeados na sintaxe¹¹.

Resumimos acima alguns empregos da decomposição de predicados ao longo do desenvolvimento da linguística. Relatamos aqueles que consideramos importantes para este trabalho, negligenciando vários trabalhos que também lidam com a decomposição, como os de Parsons (1990), Croft (1998), Van Valin e LaPolla (1997), Van Valin (2005) e outros. Resta alocar nesse contexto o emprego da decomposição de predicados que é dado neste trabalho.

2.4 A decomposição de predicados nesta pesquisa

2.4.1 O emprego da linguagem

Neste trabalho, usamos a linguagem da decomposição de predicados como instrumento de análise da reflexivização em PB. Primeiramente, essa linguagem é usada apenas como representação lexical. Partindo de uma perspectiva como a de Levin e Rappaport-Hovav

¹¹ Vale, porém, sugerir a proposta teórica de Cançado e Godoy (2010, 2011 e no prelo), que propõem um *linking* mais formalizado para mapear as estruturas argumentais representadas por decomposição semântica de predicados na sintaxe.

(2005) e Cançado e Godoy (2010, 2011 e no prelo), a decomposição de predicados representa a estrutura argumental dos verbos, servindo para organizá-los em classes conforme compartilhem metapredicados. Também, a linguagem é usada para representar o que vamos chamar de “verbos reflexivos”. Um verbo reflexivo é a forma reflexiva de um verbo comum. Por exemplo, *amar-se* seria a forma reflexiva do verbo *amar*. Partindo da representação proposta para os verbos de uma determinada classe, propomos a representação da forma reflexiva desses verbos.

A forma reflexiva representada por uma estrutura de predicados decompostos recebe, num primeiro momento (capítulo 3), um atributo lexical, como se fosse uma forma alternada de um verbo básico. Porém, num segundo momento (capítulo 4), em que ancoramos em um modelo de gramática as generalizações encontradas, a forma reflexiva será, na verdade, percebida como representação da interpretação de uma sentença, não mais como a representação de uma forma verbal. Essa mudança na maneira como encaramos a estrutura reflexiva foi uma escolha metodológica, para que a pesquisa fosse realizada em etapas: primeiro, desenvolvemos a descrição semântica dos verbos, buscando responder às questões de ordem semântica; em seguida, atemo-nos às questões mais gramaticais da reflexivização, que nos fizeram compreender a estrutura reflexiva como uma representação sentencial, e não lexical¹².

Vale dizer que, embora as estruturas reflexivas sejam encaradas como interpretações ao final do capítulo 4, a forma básica dos verbos ainda é uma representação lexical. Teremos, então, dois usos para as estruturas de decomposição de predicados: como representação lexical e como representação da interpretação sentencial. Em suma, neste trabalho, a linguagem da decomposição de predicados é usada para traduzir tanto a semântica do léxico (como em LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV, 2005; CANÇADO e AMARAL, 2011; WUNDERLICH, 2009 e PINKER, 1989, dentre outros) quanto a semântica da sentença (como DOWTY, 1979; JACKENDOFF, 1990 e PARSONS, 1990, dentre outros).

¹² Essa dinâmica metodológica se assemelha à de Dowty (1979), que também apresenta a sua análise das classes aspectuais do inglês em duas etapas: num primeiro momento, o autor usa a decomposição de predicados de um ponto de vista lexical, como faziam os semanticistas gerativos; depois, modificando essa análise, trata as estruturas como interpretações de estruturas sintáticas.

2.4.2 O vocabulário da linguagem

Nesta seção, vamos explicitar o que podemos chamar de o “vocabulário” da linguagem da decomposição de predicados empregada nesta pesquisa, ou seja, os metapredicados, as conjunções e os princípios de composição utilizados.

2.4.2.1 Metapredicados, argumentos e subestruturas

Os metapredicados que utilizamos em nossas representações são: ACT, CAUSE, BECOME, IN, WITH, MOVE, PATH, AFFECT e DO. As raízes argumentais são <STATE>, <THING>, <PLACE> e <EVENT>, que na verdade são rótulos ontológicos. Esses rótulos servem para representar toda uma classe verbal, mas não um verbo específico, que tem uma raiz específica. Por exemplo, a raiz do verbo *preocupar* é <PREOCUPADO>, cuja ontologia é a de um estado, por isso esse verbo integra a classe em cuja representação está a raiz <STATE>. Da mesma forma, a raiz <PRESENTE>, do verbo *presentear*, tem uma ontologia de “coisa”, por isso, esse verbo integra a classe em cuja representação está a raiz <THING>. A única raiz não-argumental é <MANNER>, que modifica um metapredicado, mas não o satura, e é notada como uma subscrição. As raízes são notadas entre colchetes angulados. Os argumentos que não são raízes são variáveis, que representamos pelas letras X, Y e Z. O fato de duas ou mais variáveis em uma representação serem notadas com letras diferentes significa que aqueles argumentos têm valores denotativos diferentes. A noção de valor denotativo será importante na caracterização da reflexivização, como mostramos no capítulo 3. Por fim, temos CAUSE e &, que representam tipos de relações entre subeventos, o que Wunderlich (1997, 2009) chama de “conjunções”. Porém, apenas CAUSE é um metapredicado, no sentido de que tem de ser saturado, como explicamos melhor adiante.

Vamos explicitar a seguir que relações predicativas cada um desses metapredicados estabelece, mas não vamos definir precisamente a semântica desses elementos, pois assumimos que eles são os primitivos de nossa linguagem (em qualquer análise decomposicional, é preciso assumir alguns primitivos como dados). Porém, vamos relacionar cada metapredicado com uma paráfrase em português, para que se possa apreender o seu significado de maneira intuitiva.

O metapredicado ACT toma um argumento para ser saturado e é parafraseado como *agir*. Ele pode ser modificado pela raiz <MANNER>, e a combinação ACT<MANNER> é parafraseada como *uma maneira específica de agir*. Vejamos essa subestrutura e a sua paráfrase:

- (20) a. [X ACT<MANNER>]
b. *X age de determinada maneira*

O metapredicado BECOME toma dois argumentos para ser saturado – um indivíduo e um estado e é parafraseado como *tornar-se* ou *ficar*. O estado predicado por BECOME pode ser de três tipos: i) um estado físico ou abstrato, representado por uma raiz cuja ontologia é <STATE>; ii) um estado que chamamos de “possessivo”, representado por uma subestrutura cujo metapredicado nuclear é WITH (parafraseado como *com*); e iii) um estado locativo, representado por uma subestrutura cujo metapredicado nuclear é IN (parafraseado como *em*). Os argumentos dos metapredicados WITH e IN são as raízes de ontologia <THING> e <PLACE>, respectivamente. Observamos aqui que os colchetes notam combinações saturadas de um metapredicado com seus argumentos, sendo que essa subestrutura entre colchetes pode servir como argumento de outro metapredicado mais externo. Abaixo, mostramos como as estruturas que incluem o metapredicado BECOME em nossa linguagem são notadas; vejamos como BECOME se compõe com cada um dos três tipos de argumento estativo, seguido das paráfrases:

- (21) a. [Y BECOME <STATE>]
b. *Y fica em um determinado estado*
(22) a. [Y BECOME [WITH <THING>]]
b. *Y fica com uma determinada coisa*
(23) a. [Y BECOME [IN <PLACE>]]
b. *Y fica em um determinado lugar*

Vale dizer que notamos a ordenação dos argumentos de um metapredicado de uma maneira mais próxima à da sua leitura ou paráfrase (em conformidade com as estruturas de LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV 2005, 2011; RAPPAPORT-HOVAV e LEVIN, 1998b.). Seria também

possível notá-los usando parênteses para introduzir os argumentos, após o metapredicado que saturam. A estrutura em (22a), por exemplo, poderia, então, tomar a seguinte forma:

(24) [BECOME (Y, [WITH (<THING>)])]

Porém, para facilitar a leitura das estruturas, dispensamos os parênteses, notando um argumento ao lado (esquerdo ou direito) do seu metapredicado; e, no caso de o predicado exigir dois argumentos, como BECOME, notamo-los um à esquerda e um à direita do metapredicado, como em (21)-(23).

Ainda a respeito das estruturas que incluem o metapredicado BECOME, propomos que a raiz <STATE> ocorre de dois modos: de forma saturada (o que chamamos de “estado puro”), como mostrado em (21), ou de forma insaturada, predicando um argumento locativo, introduzido por IN (o que chamamos de “estado locativo”), como em (25) abaixo:

(25) a. [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]

b. *Y fica em um determinado estado em Z*

Os metapredicados tratados acima estão presentes nos trabalhos de Levin e Rappaport-Hovav (2005, 2011), Rappaport-Hovav e Levin (1998a, 1998b, 2010), Levin (1999), e também em Wunderlich (1997, 2009), de forma ligeiramente diferente¹³. Vamos usar ainda alguns metapredicados inspirados no vocabulário de Jackendoff (1990), como MOVE, que aqui toma dois argumentos, um indivíduo e uma trajetória, e é parafraseado como *mover*. A trajetória, também inspirada em Jackendoff, por sua vez, é um subevento nucleado por PATH, que toma um argumento para se saturar. Sua paráfrase é algo mais complexo, como *ponto inicial/final de uma trajetória* – ou seja, o argumento de PATH denota o ponto final ou inicial de uma trajetória. Abaixo, mostramos a representação e a paráfrase de uma subestrutura de movimento em nossa linguagem:

(26) a. [Y MOVE [PATH Z]]

b. *Y se move em uma trajetória cujo ponto inicial ou final é Z*

¹³ Por exemplo, o autor usa POSS em vez de WITH como metapredicado que representa uma relação de posse.

O metapredicado AFFECT, também inspirado nas estruturas de Jackendoff, toma um argumento para ser saturado e é parafraseado como *afetar*. O modificador <MANNER> também pode incidir sobre AFFECT, modificando-o e sendo a combinação AFFECT<MANNER> parafraseada como *afetar de determinada maneira* (lembrando que <MANNER> é sempre raiz), como mostramos abaixo:

- (27) a. [AFFECT<MANNER> Y]
b. *afeta Y de determinada maneira*

Do vocabulário de Dowty (1979), usamos o metapredicado DO, que toma dois argumentos para ser saturado, um indivíduo e um evento, e é diferente de ACT, sendo parafraseado como *fazer* ou *executar* (e não *agir*). Esse metapredicado não é modificado por <MANNER>. Postulamos, ainda (inspirados parcialmente em JACKENDOFF, 1990), o metapredicado <EVENT>, que é o (núcleo do) segundo argumento de DO. Trata-se de um metapredicado que é raiz e predicado ao mesmo tempo, sendo parafraseado como *evento*, como no exemplo abaixo:

- (28) a. [X DO <EVENT>]
b. *X faz/executa um determinado evento*

Expusemos, acima, as relações predicativas estabelecidas entre cada metapredicado e seus argumentos (o argumento que satura um metapredicado pode ser uma variável, uma raiz ou uma subestrutura de predicado saturado por argumentos). Apresentamos também paráfrases que intuitivamente revelam o conteúdo semântico de cada subestrutura de nossa linguagem. No que diz respeito ao nosso vocabulário de metapredicados, resta tratar dos componentes notados como CAUSE e &, que representam relações entre subeventos. Aqui vamos adotar o nome “conjunções”, inspirados em Wunderlich (1997, 2009).

2.4.2.2 Conjunções

As conjunções são, na nossa linguagem, elementos que merecem atenção especial, pois vamos propor que são elas que distinguem reflexivas *strictu sensu* de médias. Trata-se dos únicos elementos que incluem alguma noção de tempo em nossa linguagem. Os outros metapredicados, descritos acima, informam os tipos ou qualidades das eventualidades, além de conterem informações predicativas, mas as conjunções explicitam as relações entre essas eventualidades em uma dimensão temporal.

Primeiro, tratemos da conjunção CAUSE. Assumimos, conforme Dowty (1979), Pustejovsky (1995), Wunderlich (1997, 2009) e Goldberg (2010), dentre outros, que a causação é uma relação entre subeventos ou eventualidades. Trata-se, então, de um predicado que não toma indivíduos como argumentos. Como as eventualidades relacionadas causalmente podem ser de vários tipos em nossa linguagem, representamos abaixo duas eventualidades quaisquer, notando-as simplesmente como *e1* e *e2*, para mostrar como se representa e se parafraseia uma estrutura genérica que inclui o metapredicado CAUSE:

(29) a. [[*e1*] CAUSE [*e2*]]

b. *uma eventualidade 1 causa uma eventualidade 2*

Apresentamos, abaixo, uma definição tradicional da noção de causa, assumida por Wunderlich (1997), autor que inspira a maior parte das ideias aqui presentes acerca das conjunções. Trata-se da definição apelidada na literatura de “contrafactual”, que remonta a Lewis (1973):

(30) *e1* causa *e2* se e somente se: tanto *e1* quanto *e2* ocorrem, mas *e2* não ocorre se *e1* não tiver ocorrido¹⁴

Goldberg propõe que em uma relação de causa lexical não pode haver uma sobreposição temporal (total) entre as eventualidades. No mesmo sentido, para Wunderlich

¹⁴ Adaptada do texto de Wunderlich (1997). No original, “*s1* causes *s2* if and only if both *s1* and *s2* occur but *s2* would not have occurred if *s1* had not occurred” (p. 35).

(1997, 2009), a causalidade é uma relação de sequencialidade entre duas eventualidades, as quais, se pensarmos em uma linha do tempo, não se sobrepõem. A sobreposição total de duas eventualidades é algo que também existe, mas se trata de um caso em que não há causalidade. Wunderlich (2009) explora a possibilidade da sobreposição, que também é referida como “concomitância” ou “contemporaneidade” entre eventualidades, fornecendo exemplos do inglês como:

(31) John hammered the metal hot.

As duas eventualidades em questão, $e1$ e $e2$, presentes na sentença acima, são, respectivamente, [*John hammers the metal*] (*John martela o metal*) e [*the metal is hot*] (*o metal está quente*). O autor mostra que a sentença em (31) é ambígua, no sentido em que pode haver uma leitura na qual John martela o metal até que ele fique quente e uma leitura na qual John martela o metal enquanto ele está quente (e não morno, por exemplo). A primeira é uma leitura causativa, na qual $e1$ causa $e2$, e a segunda é uma leitura de concomitância, na qual $e1$ se sobrepõe temporalmente a $e2$, mas não o causa.

Goldberg (2010) propõe que existe não apenas sequencialidade e sobreposição, mas também sobreposição parcial, ou seja, uma ocasião em que uma eventualidade $e1$ se sobrepõe a $e2$ apenas até certo ponto (em uma linha do tempo), no qual $e1$ tem seu fim e a partir do qual $e2$ ocorre independentemente. Se há ou não alguma sobreposição temporal em uma relação de causalidade, o que interessa para nossos fins (em concordância com Wunderlich) é a distinção entre causa e concomitância total. Ou seja, na concomitância de eventualidades não há causa, mas apenas uma relação temporal. De acordo com Goldberg, a sobreposição de subeventos significa que eles são conceptualizados como uma só eventualidade, diferentemente da sequencialidade e da sobreposição parcial. Então, enquanto CAUSE é um metapredicado que toma duas eventualidades como argumentos, como representamos em (29) acima, a conjunção & não parece ser um metapredicado, mas uma espécie de operador temporal, que apenas sobrepõe os subeventos.

Wunderlich (2009), inspirado em Kaufmann (1995), ainda propõe que é apenas na interpretação da sentença que se atribui um valor causativo ou de concomitância para a relação entre dois subeventos, a partir de inferências acerca das possibilidades de coocorrência de duas

determinadas eventualidades em um mesmo evento. Assim, ele sugere que se use o símbolo & para ambos os casos, pois a diferenciação entre causa e concomitância seria apenas interpretativa, e não lexical. Neste trabalho, ao contrário, vamos adotar o símbolo & para a concomitância ou sobreposição, contrastando-o com o metapredicado CAUSE, que representa causação e sequencialidade. Essa diferenciação é importante para que façamos o contraste descritivo entre reflexiva e média, no capítulo 3. No entanto, no capítulo 4, aventamos a possibilidade, como hipótese, de essa diferenciação entre tipos de conjunção ser algo que ocorre na interpretação das sentenças, e não uma informação lexical dos verbos.

Para encerrar a discussão sobre as conjunções, vamos propor uma maneira de identificar o tipo de conjunção que relaciona os subeventos na semântica dos verbos. Trata-se do conhecido teste da composição do advérbio *quase* com o verbo ou predicado em questão, que remonta a Morgan (1969) e Dowty (1979), e é usado por vários autores, dentre eles, Wunderlich (2009). O teste é usado na literatura com diferentes finalidades, como a de verificar a telicidade de um predicado, a de identificar a presença de uma causa e a de determinar o aspecto acional de um verbo. Aqui, vamos utilizá-lo como originalmente proposto por Morgan (1969), ou seja, como identificador de subestruturas na semântica de um verbo. A ambiguidade de escopo gerada na composição de um verbo com *quase* era usada como evidência para a decomposição lexical. Ou seja, se o advérbio pode incidir sobre partes diferentes do sentido de um verbo, é porque o sentido é de fato composto de partes menores. Na verdade, no nosso uso do teste do *quase*, trata-se de identificar se há subeventos ou eventualidades distintas, não somente subestruturas. Postulamos que se o verbo contém duas eventualidades distintas, *quase* pode incidir sobre cada uma delas, gerando ambiguidade. Por outro lado, se o verbo contém apenas uma eventualidade, não haverá ambiguidade. Vejamos um exemplo desse contraste quando compomos *quase* com dois tipos de verbo: um conhecidamente bieventivo, *quebrar* (vide representação em (9a), em que há duas eventualidades separadas por CAUSE) e outro monoeventivo, *sacudir*, que é um verbo de atividade, cuja estrutura é semelhante à do verbo *run*, em (13) (seguindo a proposta de AMARAL, 2011 para verbos como esse no PB):

(32) João quase quebrou o vaso.

(33) João quase sacudiu a vareta.

A sentença em (32) é ambígua. Em uma das suas leituras, João não faz nada, nem começa a agir; na outra, João faz alguma coisa, mas não obtém o resultado de tornar o vaso quebrado (intencionalmente ou não). Isso ocorre porque o advérbio *quase* pode ter escopo sobre todo o evento denotado pelo verbo ou apenas sobre o subevento da mudança de estado. Para elucidar essa segunda leitura, na qual o advérbio incide apenas sobre o segundo subevento, postulemos a seguinte situação no mundo. João tem a intenção de quebrar o vaso e por isso bate nele com uma marreta, porém, o vaso é muito resistente e não se quebra. Ou seja, nessa situação no mundo, João age (para quebrar), mas o vaso não fica quebrado. Já a sentença em (33) não é ambígua. Na sua única leitura possível, João nem começa a agir; não há uma leitura na qual João age, mas não obtém um resultado (de afetar a vareta de alguma forma). Essas possibilidades do escopo de *quase* podem ser evidenciadas em sentenças clivadas, seguindo a sugestão de Wunderlich (2009):

- (34) a. O que João quase fez foi quebrar o vaso.
- b. O que João fez foi quase quebrar o vaso.
- (35) a. O que o João quase fez foi sacudir a vareta.
- b. #O que o João fez foi quase sacudir a vareta.

As sentenças em (34) parafraseiam as duas leituras da sentença ambígua em (32), nas quais ou o advérbio incide sobre todo o evento (em (34a)), ou apenas sobre o subevento do resultado (em (34b)). As sentenças em (35) mostram que a única leitura de (33) é uma na qual o advérbio incide sobre todo o evento (em (35a)); a paráfrase em (35b) é inadequada ou, para receber uma interpretação, tem de significar o mesmo que a paráfrase em (35a).

Ainda que não se trate de um teste infalível (como vimos, a sentença em (35b) não é agramatical como se esperaria), ele será usado na descrição reportada no capítulo 3, corroborando a intuição acerca da distinção entre as conjunções CAUSE e &. Postulamos que, se os subeventos concomitantes ou sobrepostos são interpretados como uma só eventualidade (conforme GOLDBERG, 2010), então a composição com *quase* não vai gerar ambiguidade. Por outro lado, se os subeventos são relacionados causalmente, então são interpretados como eventualidades distintas, pois ocorrem sequencialmente em uma linha do tempo. Assim, a composição com *quase* vai gerar ambiguidade.

Finalizando este capítulo, ainda dentro da explicitação da linguagem de decomposição de predicados que usamos, apontemos alguns princípios que assumimos para propor as estruturas que são descritas no capítulo 3: admitimos a “restrição de lexicalização” de Rappaport-Hovav e Levin (2010), segundo a qual há apenas uma raiz por verbo, e corroboramos as hipóteses de Rappaport-Hovav e Levin (1998a), segundo a qual a raiz contribui para o nome do verbo (exceção feita para os verbos analíticos), e a de Levin (1999) e Grimshaw (2005) dentre outros, segundo a qual pode haver argumentos introduzidos pela raiz, além dos argumentos da estrutura.

3 REFLEXIVIZAÇÃO E SEMÂNTICA LEXICAL DO PB

Neste capítulo, reportamos os resultados de uma análise semântica da reflexivização em algumas classes de verbos do PB e as generalizações desenvolvidas a partir dessa análise. A análise consiste em uma proposta de tradução do significado (das classes verbais e da forma reflexiva dos verbos dessas classes) na linguagem da decomposição semântica de predicados. As representações de algumas classes partiram de trabalhos já existentes na literatura e as das demais classes foram originalmente propostas aqui. As estruturas semânticas que propusemos são justificadas por meio de paráfrases, testes e comparações.

Propomos duas representações para cada classe ou subclasse verbal. Uma, que vamos chamar de “forma básica”, é a representação do significado lexical do verbo em sua forma não-reflexiva, que denota dois participantes distintos desempenhando duas funções no evento descrito. A outra, que vamos chamar de “forma reflexiva”, é a representação semântica desse mesmo verbo, quando ele denota apenas um participante desempenhando as suas duas funções e é marcado com a partícula *se*. Essa nomenclatura recebe aqui, então, uma conceituação morfossemântica: a “forma básica” de um verbo é a que não tem *se* e denota dois participantes distintos com duas funções na eventualidade; a “forma reflexiva” desse verbo é a que tem *se* e denota um participante com as mesmas duas funções. Assumimos, então, neste capítulo, que a reflexiva é uma forma verbal. Porém, no capítulo 4, apresentamos uma análise da reflexivização no nível da gramática, discutindo se a reflexiva em português é mesmo uma forma verbal ou se é uma composição sintática.

Foi necessário fazer um recorte descritivo e eleger algumas classes verbais para a análise, como explicamos no capítulo 1. Fizemos uma descrição de quatro classes de verbos télicos do PB: o grande agrupamento dos verbos de mudança, o grupo dos verbos de movimento e os dois grupos menores dos verbos de modo de afetação e dos verbos eventivos. Cada uma dessas classes se subdivide em algumas ou várias subclasses, num total de 13 subclasses. Esses nomes são alcunhas, pois o que realmente identifica uma classe verbal é a sua estrutura de predicados. Por exemplo, um verbo que compõe a classe dos “verbos de movimento” também pode denotar uma mudança e uma afetação, como *arremessar*. Além disso, todos os verbos

télicos descrevem eventos, não apenas os “verbos eventivos”. Esse é justamente um dos motivos que justificam a adoção de uma linguagem de descrição semântica, diferente da linguagem cotidiana. Enquanto as descrições e explicações feitas com a própria língua são imprecisas, as representações por uma linguagem como a da decomposição de predicados apresentam de forma mais objetiva as particularidades semânticas dos verbos e delinham de maneira mais clara as diferenças e semelhanças entre as classes. Vale lembrar que, das classes individuadas, analisamos apenas verbos transitivos que aceitam argumentos animados, conforme explicamos no capítulo 1 (no nosso *corpus*, listamos apenas verbos que se submetiam às “restrições iniciais à reflexivização”).

3.1 Verbos de mudança

A alcunha “verbos de mudança” nomeia um largo conjunto de verbos que têm o metapredicado BECOME, representando uma mudança sofrida por uma entidade. Os verbos de mudança foram divididos em três grandes classes: mudança de estado, mudança de posse e mudança de locação. Eles constituem uma grande parcela dos verbos do português. Em um levantamento em andamento (CANÇADO, GODOY e AMARAL, em prep.), listaram-se cerca de 500 verbos de mudança de estado e outros 500 verbos de mudança de posse e de locação. Como circulam cerca de 6000 verbos na língua portuguesa do Brasil atualmente (BORBA, 1990), os verbos de mudança correspondem a cerca de um sexto do total, o que é muito significativo, dado a grande quantidade de classes existentes.

3.1.1 Verbos de mudança de estado

Os verbos de mudança de estado são uma classe já consagrada na literatura¹⁵. Vários autores concordam que a sua raiz é ontologicamente um estado (LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV, 1998a, 1998b, 2005, 2010; LEVIN, 1999; HALE e KEYSER, 1993, 2002; PARSONS, 1990; PESETSKY, 1995; WUNDERLICH, 2009) e um argumento do metapredicado BECOME (LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV; WUNDERLICH), que representa a mudança lexicalizada no

¹⁵ A grande maioria dos trabalhos consultados trata da língua inglesa, mas as análises em geral se aplicam ao português. Podemos concluir que esse tipo de lexicalização – a da mudança de estado – é algo comum tanto em português quanto em inglês.

sentido do verbo. Levin e Rappaport-Hovav (1998a), por exemplo, propõem a seguinte representação para esses verbos:

(1) v: [X ACT CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

Vamos aqui adotar as estruturas de Cançado (2010), Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011), que partem da representação de Levin e Rappaport-Hovav, acrescentando um refinamento na representação do subevento desencadeador. Esse refinamento faz com que as autoras subdividam os verbos de mudança de estado em três tipos: verbos causativo/agentivos, verbos estritamente causativos e verbos incoativos. Os verbos de mudança de estado causativo/agentivos estão representados em (2):

(2) v: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

Trata-se de verbos que aceitam tanto um agente quanto uma causa como desencadeador do processo de mudança:

(3) Bruno quebrou o ovo (com uma colher).

(4) O esbarrão que Bruno deu na mesa quebrou o ovo (*com uma colher).

Em (3), *Bruno* é um agente, o que se evidencia pela composição da sentença com um adjunto instrumental. É a presença de um agente que licencia a adjunção de um instrumento (CANÇADO, 1995). Em (4), *o esbarrão que Bruno deu na mesa* é uma eventualidade desencadeadora, por isso o instrumento não pode ser adjungido. Em suma, ambos os tipos de desencadeador são permitidos com os verbos de mudança de estado causativo/agentivos, por isso o predicado ACT é notado entre parênteses em (2), representando a opcionalidade da agentividade.

Já os verbos de mudança de estado estritamente causativos estão representados em (5), conforme Cançado e Godoy (2011, no prelo):

(5) v: [[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

Esses verbos não têm ACT em sua estrutura porque não aceitam agentes como desencadeadores. Como mostram Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011), partindo da divisão dos verbos psicológicos proposta por Cançado e Franchi (1999), mesmo quando o desencadeador é animado, não se trata de uma causa, mas de uma eventualidade da qual participa aquele ser animado¹⁶. Prova disso é a impossibilidade da composição com um instrumento:

(6) O esbarrão que Bruno deu na mesa / Bruno preocupou Maria (*com uma colher).¹⁷

Por fim, os verbos incoativos são verbos semanticamente intransitivos que aceitam ser causativizados (CANÇADO e AMARAL, 2011)¹⁸, daí o fato de todo o subevento desencadeador ser notado entre parênteses, como em (7):

(7) v: [(X CAUSE) [Y BECOME <STATE>]]

Essa causa não pode ser agentiva:

(8) O calor / *Ricardo amadureceu a banana.

(9) A chuva / *Ricardo germinou as sementes.

¹⁶ Conforme observado pela banca de qualificação, há uma falta de paralelismo na estrutura em (5), em relação às demais estruturas causativas propostas no trabalho: trata-se da ausência de um metapredicado que tome X como argumento. Como X não pode saturar ACT, pois a eventualidade causadora não é uma ação volitiva do participante X, podemos sugerir o seguinte esboço de estrutura: [[X EVENT] CAUSE [Y BECOME <STATE>]], na qual X satura um metapredicado que representa uma eventualidade qualquer da qual o participante denotado por X participa. Tal estrutura, no entanto, não é adequada dentro da linguagem usada nesta pesquisa, pois o metapredicado EVENT já está presente, com uma função bastante diferente, porém: trata-se da raiz nominal de verbos como *assaltar* (vide seção 3.4). O problema da representação de verbos de mudança de estado estritamente causativos como *preocupar*, então, se configura como uma questão em aberto deixada para trabalhos futuros.

¹⁷ Os verbos de mudança de estado estritamente causativos são, em sua maioria, verbos psicológicos, mas há também verbos não-psicológicos nessa subclasse, como *cansar*, *empobrecer*, *enriquecer*, *incompatibilizar*, *paralisar*, *vulgarizar*. Por outro lado, os verbos causativo/agentivos são essencialmente não-psicológicos, como nos exemplos em (3), mas há casos de psicológicos, como *assustar* (vide *João assustou Maria com uma tesoura*). Isso sugere que a presença de um experienciador não é algo relevante para a diferenciação das subclasses de verbos de mudança de estado.

¹⁸ Remetemos ao texto original das autoras acerca de sua proposta semântica para esses verbos, que segundo elas, não contêm CAUSE como um componente inerente ao seu sentido.

Os verbos incoativos serão excluídos da análise aqui desenvolvida, devido às restrições iniciais à reflexivização, explicadas anteriormente: apenas verbos transitivos que aceitam argumentos que denotem entes animados são passíveis de sofrer reflexivização. Mesmo na versão “causativizada” dos verbos incoativos, eles não aceitam argumento-sujeito animado. Por isso, não formam reflexivas:

(10) *Ricardo se amadureceu / se germinou.

Há diversos verbos de mudança de estado que são barrados pela restrição da animacidade (uma das “restrições iniciais à reflexivização”). *Quebrar*, por exemplo, só aceita um argumento inanimado como objeto:

(11) *João quebrou Maria.

Por isso:

(12) *João se quebrou.

Dentre os verbos de mudança de estado que aceitam como argumentos NPs que contêm o traço de animacidade, analisamos os causativo/agentivos, os estritamente causativos e propomos ainda um terceiro subgrupo: o dos verbos de mudança de estado com argumento locativo. Tratamos detidamente de cada um deles a seguir.

3.1.1.1 Verbos de mudança de estado causativo/agentivos

Todos os verbos de mudança de estado causativo/agentivos (que aceitam como argumentos NPs animados) podem sofrer reflexivização:

(13) João se sujou / se esquentou / se queimou / se machucou / se molhou / se embebedou / se intoxicou / se cegou / se descabelou.

Note-se que as sentenças acima são ambíguas, de modo que podemos relacioná-las a duas possíveis paráfrases. Uma paráfrase pode ser feita com a expressão reflexiva *ele mesmo*, como abaixo:

(14) João sujou ele mesmo / esquentou ele mesmo / queimou ele mesmo / machucou ele mesmo / molhou ele mesmo / embebedou ele mesmo / intoxicou ele mesmo / cegou ele mesmo / descabelou ele mesmo.

A segunda paráfrase, que evidencia uma outra leitura das sentenças em (13), pode ser feita da seguinte maneira:

(15) João ficou sujo / ficou quente / ficou queimado / ficou machucado / ficou molhado / ficou bêbado / ficou intoxicado / ficou cego / ficou descabelado.

Ou seja, a ambiguidade das sentenças em (13) consiste no fato de que elas podem ter uma leitura reflexiva, como parafraseada em (14), e uma leitura passiva, como parafraseada em (15). Isso se deve ao sincretismo do clítico *se* como marcador da forma incoativa de um verbo causativo e como marcador da forma reflexiva de um verbo (esse sincretismo será discutido no capítulo 4). Conforme a literatura tem mostrado (LEVIN e RAPPAPORT-HOVAV, 1998a, 1998b, 2005, 2011; LEVIN, 1999; HALE e KEYSER, 1993, 2002; CANÇADO e GODOY, 2010, 2011, no prelo e CANÇADO e AMARAL, 2011), os verbos de mudança de estado participam de uma alternância argumental frequentemente chamada de “causativo-incoativa”, como abaixo:

(16) a. Anita sujou a roupa.
b. A roupa (se) sujou.

A relação entre a forma causativa e a forma incoativa dessa alternância pode ser representada, na linguagem da decomposição de predicados, da seguinte forma (CANÇADO e GODOY, 2010, 2011, no prelo; CANÇADO e AMARAL, 2011):

(17) a. $v_{\text{causativo}}$: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

b. $v_{\text{incoativo}}$: [Y BECOME <STATE>]

Essas estruturas podem ser lidas da seguinte maneira: para (17a), *X (agir) causa Y ficar em um determinado estado*; para (17b), *Y fica em um determinado estado*. Em português, a forma causativa, representada pela estrutura em (17a), é a forma transitiva de verbos como *sujar*, como em (16a). A forma incoativa, representada em (17b), é a forma intransitiva, marcada com o clítico *se*, como em (16b). Na incoativização de verbos causativos, há uma supressão do subevento causador ([X (ACT)]), restando apenas o subevento da mudança de estado ([Y BECOME <STATE>]). Ou seja, uma sentença como em (16b) expressa apenas uma mudança de estado (sem a sua causa), em que a roupa passa do estado de não-suja para o estado de suja.

Com relação à reflexivização, propomos a seguinte representação das formas “básica” e “reflexiva” dos verbos dessa classe:

- (18) a. $v_{\text{básico}}$: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]
b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X (ACT)] CAUSE [X BECOME <STATE>]]

Essas estruturas podem ser lidas da seguinte maneira: para (18a), *X (agir) causa Y ficar em um determinado estado*; para (18b), *X (agir) causa X ficar em um determinado estado*. Na reflexivização, então, não há supressão de subeventos; há apenas uma alteração no valor denotativo de uma das variáveis – enquanto na forma básica há duas variáveis com denotações diferentes, na reflexiva há duas variáveis com a mesma denotação. Ou seja, um verbo reflexivo tem a mesma estrutura eventual que a sua contraparte básica, porém, enquanto na forma básica X é o desencadeador e Y é quem sofre a mudança de estado, na reflexiva, X é tanto o desencadeador quanto quem sofre a mudança de estado. Partindo dessas observações, podemos elaborar uma primeira definição para a reflexivização:

- (19) A reflexivização consiste em igualar o valor denotativo de duas variáveis na estrutura semântica de um verbo.

Sem entrar na complexa questão semântica da referencialidade, fazemos apenas uma breve observação sobre a definição acima. É importante distinguir o que é o valor denotativo de um

argumento e o que é um referente no mundo. Quando dizemos que dois argumentos têm o mesmo valor denotativo, significa que eles apontam para algo que é concebido como tendo a mesma referência, e não para uma mesma exata entidade no mundo. Essa observação será importante na explicação da diferença entre a causa e a concomitância, que desenvolvemos adiante neste capítulo.

Em resumo, os verbos de mudança de estado causativo/agentivos aceitam reflexivização. Porém, como também participam da alternância causativo-incoativa e devido ao sincretismo do clítico *se*, a sua forma com o clítico *se* é ambígua entre as leituras incoativa e reflexiva. Essa ambiguidade é algo particular dessa classe de verbos e pode ser representada de maneira clara na linguagem da decomposição de predicados, como mostramos abaixo, tomando como exemplo um verbo específico, *sujar*:

(20) a. *Sujar*_{transitivo/básico}: [X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <SUJO>]]

b. *Sujar-se*_{incoativo}: [Y BECOME <SUJO>]

c. *Sujar-se*_{reflexivo}: [[X (ACT)] CAUSE [X BECOME <SUJO>]]

Essas estruturas podem ser lidas da seguinte maneira: para (20a), *X (agir) causa Y ficar sujo*; para (20b), *Y fica sujo*; para (20c), *X (agir) causa X ficar sujo*.

3.1.1.2 Verbos de mudança de estado estritamente causativos

Conforme Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011), a estrutura relevante para a possibilidade de ocorrência da alternância causativo-incoativa é [Y BECOME <STATE>]. Assim sendo, os verbos de mudança de estado estritamente causativos (representados em (5)) também participam dessa alternância:

(21) a. Bruno preocupou / abalou / decepcionou / desanimou / emocionou / encantou / incomodou Maria.

b. Maria se preocupou / se abalou / se decepcionou / se desanimou / se emocionou / se encantou / se incomodou.

As sentenças em (21b) não apresentam ambiguidade, de modo que os verbos acima não parecem poder sofrer reflexivização. Isso pode ser percebido no fato de que as sentenças em (21b) são mais bem parafraseadas como em (22) que como em (23):

(22) Maria ficou preocupada / abalada / decepcionada / desanimada / emocionada / encantada / incomodada.

(23) Maria preocupou ela mesma / abalou ela mesma / decepcionou ela mesma / desanimou ela mesma / emocionou ela mesma / encantou ela mesma / incomodou ela mesma.

Retomando a estrutura em (5), descrevemos o que foi dito acima em termos de decomposição de predicados, tomando um verbo específico de mudança de estado estritamente causativo:

(24) a. *preocupar*_{transitivo/básico}: [[X] CAUSE [Y BECOME <PREOCUPADO>]]¹⁹

b. *preocupar-se*_{incoativo}: [Y BECOME <PREOCUPADO>]

c. **preocupar-se*_{reflexivo}: *[[X] CAUSE [X BECOME <PREOCUPADO>]]

Essas estruturas podem ser lidas como: para (24a), *X causa Y ficar preocupado*; para (24b), *Y fica preocupado*; para (24c) **X causa X ficar preocupado*.

Em resumo, os verbos de mudança de estado estritamente causativos não aceitam reflexivização. Vejamos em que consiste essa restrição.

Verbos de mudança de estado estritamente causativos passam nas restrições iniciais à reflexivização: são transitivos e aceitam NPs animados ocupando ambas as posições de argumento externo e interno. Assim, o que restringe a sua reflexivização pode parecer, à primeira vista, a ausência do metapredicado ACT, que é associado à agentividade no papel do argumento externo de um verbo. Porém, há verbos que não contêm ACT em sua estrutura semântico-lexical, no entanto, aceitam reflexivização. Por exemplo, verbos psicológicos estativos como *amar* aceitam reflexivização, como mostramos abaixo em (25), e são representados pela estrutura em (26), tirada do texto de Levin e Rappaport-Hovav (1998a):

¹⁹ Reveja-se nota 16 acerca do problema percebido nessa estrutura, para o qual, no entanto, não propomos solução neste trabalho.

- (25) a. João ama Maria.
b. João se ama.
- (26) $v: [X \langle STATE \rangle Y]$

A raiz do verbo *amar* é o estado experienciado por X e não há ACT nessa decomposição. Se um verbo como *amar* tem a forma reflexiva e não tem ACT em sua estrutura semântica, então não podemos dizer que a ausência de ACT restringe a reflexivização de um verbo.

Sugerimos que o que restringe a reflexivização de verbos como *preocupar* é o fato de a denotação do seu argumento X não ser um indivíduo. Vimos que os verbos de mudança contêm dois subeventos em sua estrutura. O metapredicado CAUSE não é como ACT ou BECOME; é um metapredicado que relaciona dois subeventos – o subevento anterior e o consequente. Se anteriormente a CAUSE há uma variável (sem ser composta com metapredicados), como na representação em (24a), então essa variável denota todo o subevento causador. De fato, como vimos, o argumento externo (X) desses verbos representa toda uma eventualidade da qual o indivíduo participa, e não o indivíduo expresso por X.

Propomos que apenas um indivíduo pode participar de um evento reflexivo. Não faz sentido uma situação na qual uma eventualidade incide sobre ela mesma ou sobre um indivíduo. Verbos como *preocupar* não aceitam reflexivização porque o seu argumento externo não denota um indivíduo. Se uma das duas variáveis a ser igualada denota uma eventualidade, não há como reflexivizar. Podemos dizer, de outra maneira, que a reflexivização só ocorre na relação indivíduo-indivíduo, não na relação eventualidade-indivíduo da denotação dos argumentos de uma estrutura. Assim, vamos acrescentar algo à definição de reflexivização dada anteriormente, em (19). A parte adicionada à definição está em itálico:

- (27) A reflexivização consiste em igualar o valor denotativo de duas variáveis *que denotem indivíduos* na estrutura semântica de um verbo.

Finalmente, é preciso fazer um ajuste na representação das formas reflexivas da subclasse dos verbos de mudança de estado agentivo/causativos tratada anteriormente. Vimos que, na forma básica, verbos como *sujar* aceitam tanto um agente quanto uma eventualidade como

desencadeador, opcionalidade que Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011) representam notando ACT entre parênteses, como em (18a), repetida abaixo:

(28) $v_{\text{básico}}$: [[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

Porém, a forma reflexiva só ocorre se X denotar um indivíduo. Portanto, os parênteses devem ser retirados da representação da forma reflexiva desses verbos, reformulando (18b):

(29) $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] CAUSE [X BECOME <STATE>]]

Se houver parênteses em ACT em (29), a representação indicaria que uma eventualidade também pode ocorrer na forma reflexivizada, o que não é verdade.

3.1.1.3 Verbos de mudança de estado com argumento locativo

O último subgrupo dos verbos de mudança de estado é composto por verbos que denotam uma mudança de estado relacionada com uma locação:

(30) João acomodou / prendeu / firmou / encostou / escondeu / sentou / deitou Maria no sofá.

Propomos a seguinte estrutura para esses verbos:

(31) v : [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]]

Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: *X age causando Y ficar em um determinado estado em Z*. Nessa estrutura, há três argumentos, X, Y e Z, e um deles, Z, é um locativo. Vejamos a estrutura de um verbo específico:

(32) *acomodar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<ACOMODADO> [IN Z]]]]

Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: *X age causando Y ficar acomodado em Z*. Vamos mostrar o porquê de propormos a estrutura em (31) para representar esses verbos. Começamos argumentando que o locativo nucleado pelo metapredicado IN é um argumento lexical desses verbos.

Conforme Corrêa e Caçado (2006) e Caçado (2009), existem sintagmas locativos do evento e sintagmas locativos do predicador. Os sintagmas locativos do evento são adjuntos, que podem se compor com qualquer verbo que denote um evento, pois todo evento ocorre em algum lugar. Já os sintagmas locativos do predicador são argumentos verbais, que servem para saturar o sentido de certos verbos. Vamos usar um teste encontrado em Miotto et al. (2005) para fazer a distinção entre os dois tipos de locativos, de modo a mostrar que o locativo de verbos como *prender* é do predicador (ou seja, um argumento) e não do evento (ou seja, um adjunto). Os autores sugerem que se há um locativo do evento, uma sentença como em (33) é ambígua, enquanto que se há um locativo do predicador, uma sentença similar, porém com outro verbo, como em (34), não é ambígua:

- (33) Ricardo disse que João sujou Maria no quarto.
 (34) Ricardo disse que João acomodou Maria no quarto.

Em (33), *no quarto* pode ser tanto o local em que Ricardo disse alguma coisa quanto o local em que João sujou Maria; já em (34), devido ao fato de o locativo estar saturando o sentido do verbo e, portanto, estar fortemente ligado a ele, *no quarto* parece ser apenas o local em que João acomodou Maria. Enfim, o metapredicado IN parece estar presente na representação lexical de verbos como *acomodar*, pois introduz um locativo do predicador, diferentemente do que ocorre com verbos como *sujar*.

Tendo argumentado pela presença de IN, temos que, utilizando a linguagem de decomposição de predicados que propusemos no capítulo 2, poderíamos ter ainda outras opções para a representação de verbos como *acomodar* (não apenas a estrutura em (31)):

- (35) v: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y BECOME [IN Z]]]
 (36) v: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH/IN Z]]]
 (37) v: [[X ACT] CAUSE [Y MOVE<MANNER> [PATH/IN Z]]]

A estrutura em (35) representaria um evento em que ocorre uma mudança de locação, no qual o agente age de determinada maneira. Essa maneira de agir seria a raiz do verbo. Seguindo os princípios de lexicalização expostos no capítulo 2, *acomodar* nomearia, então, uma maneira de agir e *acomodar alguém* significaria agir acomodando e com isso causar uma mudança de locação em algum participante.

No entanto, uma mudança de estado com locativo não é necessariamente uma mudança de locação. É possível acomodar alguém no sofá sendo que essa pessoa já está no sofá. Isso exclui a primeira possibilidade, em (35), na qual há BECOME, representando uma mudança de locação. Também exclui a possibilidade do metapredicado PATH em (36) e (37), pois, se não há deslocamento necessário, o metapredicado que representa uma trajetória não deve estar representado. Restariam como possíveis representações para verbos como *acomodar* as estruturas em (36) e (37), com IN no lugar de PATH. De acordo com essas estruturas, a raiz de *acomodar* seria uma maneira – em (36), uma maneira de agir e, em (37), uma maneira de mover. Porém, não parece que *acomodar* seja uma maneira de agir ou de mover. Verbos que lexicalizam maneiras parecem não poder se compor com adjuntos que expressam maneiras, como vemos abaixo, nos exemplos com o verbo *sacudir*, que lexicaliza uma maneira de mover (conforme proposto em AMARAL, 2011) e com o verbo *correr*, que lexicaliza uma maneira de agir (conforme LEVIN, 1999). Por outro lado, verbos como *acomodar*, compostos com adjuntos de maneira, não causam a mesma estranheza:

- (38) ?João sacudiu Maria rolando-a de um lado a outro.
- (39) ?João correu rolando.
- (40) João acomodou Maria no sofá rolando-a de um lado a outro.

Verbos como *acomodar*, então, não parecem lexicalizar uma maneira (de agir ou de se movimentar), mas um estado final, como propomos em (31). Em termos de paráfrases, a melhor escolha para *acomodar* não seria “agir acomodando” nem “movimentar-se acomodando”, mas “tornar-se acomodado”. Devido ao fato de denotar uma mudança de estado, exclui-se a possibilidade de uma mudança necessária de locação; trata-se apenas de uma mudança de estado relativo a uma locação. Isso é apreendido na estrutura proposta em (31), na qual o locativo é um

argumento da raiz <STATE>, e não do metapredicado BECOME. O argumento de BECOME é todo o subevento estativo [<STATE> [IN Z]]. Postulamos que a raiz <STATE> de verbos como *acomodar* nutre uma diferença em relação à raiz <STATE> de verbos de mudança de estado sem locativo, como *sujar*. O tipo de estado denotado pela raiz de verbos como *acomodar* é um estado corporal que carece de um locativo para ter seu sentido saturado. Já nos verbos como *sujar*, não há necessidade de um locativo para saturar o estado. Assumimos que as raízes podem ter subontologias, conforme propõem Cançado e Godoy (2010, no prelo). Ou seja, a raiz cuja ontologia é um estado pode se subdividir entre um estado locativo ou um estado puro, como mostramos na seção sobre o “vocabulário” da nossa linguagem, no capítulo 2.

Verbos como *acomodar* aceitam reflexivização:

- (41) Bruno se acomodou / se prendeu / se firmou / se encostou / se escondeu / se sentou / se deitou no berço.

Se a reflexivização consiste em igualar o valor denotativo de duas variáveis, a estrutura para representar a forma reflexivizada desses verbos deveria ser:

- (42) $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] CAUSE [X BECOME [<STATE> [IN Z]]]]

Como nos casos de reflexivização vistos anteriormente, haveria apenas uma alteração do valor denotativo de Y, igualando-se a X. No entanto, a forma reflexiva desses verbos parece diferir da forma reflexiva dos verbos já analisados, no que concerne às partes do evento que denota. Há uma intuição de que a forma reflexiva de *acomodar* é diferente da sua forma básica. Se alguém se acomoda (em algum lugar), parece tratar-se de um único evento, enquanto que se alguém acomoda alguém (em algum lugar), parece tratar-se de um evento dividido em duas partes. O teste do advérbio *quase*, como vimos no capítulo 2, é usado neste trabalho para se identificar a presença de subeventos temporalmente distintos. Retomamos, para fazer uma comparação, o verbo *sujar*, que é de mudança de estado puro:

- (43) a. João quase sujou Maria.
b. João quase se sujou.

Ambas as sentenças em (43) são ambíguas. A sentença em (43a) tem as seguintes leituras: uma em que João nem começou a agir e outra em que ele agiu, mas não obteve o resultado (em que Maria fica suja). Na primeira leitura, *quase* tem escopo sobre todo o evento e, na segunda, apenas sobre o subevento da mudança de estado. Para tornar mais explícitas essas leituras, coloquemos contextos hipotéticos que elas podem descrever. A leitura em que *quase* incide sobre todo o evento pode descrever uma situação na qual João pensa em sujar Maria numa brincadeira, porém desiste da ideia e não faz nada. Essa leitura é por vezes chamada na literatura de “contrafactual”. Já a leitura em que *quase* incide apenas sobre o segundo subevento pode descrever uma situação na qual João joga um punhado de lama em Maria, com a intenção de sujá-la, porém, Maria desvia e não fica suja; ou seja, João age (para sujar), porém o resultado de tornar Maria suja não é alcançado. As duas leituras estão, respectivamente, parafraseadas abaixo nas sentenças em (44a) e (44a’), em que usamos a clivagem para evidenciar os dois lugares onde o advérbio pode incidir (conforme proposta de WUNDERLICH, 2009, mostrada no capítulo 2):

- (44) a. O que João quase fez foi sujar Maria.
a’. O que João fez foi quase sujar Maria.

Já a sentença em (43b) tem três leituras: duas leituras reflexivas, nas quais existe a ambiguidade de escopo do advérbio *quase*, e uma leitura incoativa, de que já tratamos. A leitura incoativa é parafraseada abaixo em (45b) e não nos interessa aqui. Nas leituras reflexivas de (43b), ou João nem começa a agir (leitura contrafactual) ou ele age, mas não obtém o resultado de se tornar sujo. Coloquemos contextos hipotéticos que evidenciem melhor essas leituras. A leitura contrafactual de *João quase se sujou* pode descrever uma situação na qual João pensa em passar lama em seu próprio corpo, porém desiste da ideia e não faz nada. Já a leitura em que *quase* incide apenas sobre o subevento da mudança pode descrever uma situação na qual João pega um punhado de lama e joga sobre si mesmo, mas a lama não adere ao seu corpo e ele não fica sujo; ou seja, ele age (a fim de se sujar), mas não obtém o resultado (de ficar sujo). Essas leituras estão parafraseadas abaixo em (45b’) e (45b’), respectivamente:

- (45) b. João quase ficou sujo.

b'. O que João quase fez foi se sujar.

b''. O que João fez foi quase se sujar.

Agora, tratemos do teste do *quase* com um verbo de mudança de estado com locativo, *esconder*:

(46) a. João quase escondeu Maria embaixo da cama.

b. João quase se escondeu embaixo da cama.

A sentença em (46a) apresenta ambiguidade: ou João nem começou a agir (leitura contrafactual), ou agiu, mas não obteve o resultado (em que Maria fica escondida embaixo da cama). A primeira leitura, em que *quase* incide sobre todo o evento, pode descrever um contexto no qual João pensa em esconder Maria sob a cama, mas decide não fazê-lo (opta por esconde-la atrás da porta, por exemplo). A segunda leitura pode descrever um contexto em que João chega a posicionar Maria sob a cama (em uma brincadeira de esconde-esconde, por exemplo), porém, ela fica visível (e não escondida), ou seja, João age (com a intenção de esconder Maria), mas ela não fica escondida. As paráfrases respectivas estão em (47a) e (47a'), abaixo:

(47) a. O que João quase fez foi esconder Maria embaixo da cama.

a'. O que João fez foi quase esconder Maria embaixo da cama.

A sentença em (46b), diferentemente, não apresenta ambiguidade: há apenas uma leitura, a contrafactual, na qual João nem começa a agir. Um contexto hipotético descrito por essa sentença seria um no qual João, em uma brincadeira de esconde-esconde, considera se esconder sob a cama, mas opta por outro lugar (atrás da porta, por exemplo). Veja a pertinência da paráfrase em (48b) e a estranheza de (48b'):

(48) b. O que João quase fez foi se esconder embaixo da cama.

b'. ?O que João fez foi quase se esconder embaixo da cama.

A sentença em (48b') não é anômala como se esperaria. Porém, ela só é aceitável se receber uma interpretação idêntica à da sentença em (48b), ou seja, uma interpretação contrafactual.

Esses testes visam mostrar que, na forma reflexiva de verbos como *acomodar* e *esconder* (mudança de estado com locativo), os subeventos não estão relacionados causalmente, ocorrendo de maneira sobreposta, e não em pontos ou trechos separados em uma linha temporal. O subevento em que X age é concomitante (ou sobreposto) ao subevento em que X fica em um determinado estado em Z. Assim, propomos a seguinte representação para a forma reflexiva de verbos como *acomodar* e *esconder*, na qual a relação entre os subeventos é representada pela conjunção &, que expressa concomitância, conforme expusemos no capítulo 2:

$$(49) \quad v_{\text{reflexivo}}: [[X \text{ ACT}] \& [X \text{ BECOME } [<STATE> [IN Z]]]]^{20}$$

Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: *X age ao mesmo tempo em que X fica em um determinado estado em Z*. No entanto, não basta dizer que os subeventos são concomitantes para que se explique a semântica de um verbo reflexivo como *acomodar-se*. Quaisquer dois eventos podem ser simultâneos no mundo. A sua relação temporal é a de concomitância, e não a de sequencialidade, mas é ainda preciso explicitar em que outros aspectos, além do temporal, esses subeventos se relacionam. Se o subevento de agir é realizado por um participante X e o subevento de mudar de estado locativo é sofrido pelo mesmo participante X, e se esses subeventos ocorrem ao mesmo tempo, então há uma só ação, a de se movimentar com volição. Trata-se, então, de uma ação desempenhada por um único corpo. Ou seja, propomos que, nesse caso, o que relaciona os subeventos (além da relação temporal) é o fato de ocorrerem em um só corpo.

Retomamos do capítulo 2 a proposta de que, no caso das formas verbais que contêm a conjunção CAUSE (como as formas básica e reflexiva de verbos como *sujar* e a forma básica de verbos como *acomodar* e *esconder*), há algo além da temporalidade que relaciona os subeventos sequenciais. Trata-se da causalidade, ou seja, o fato de ambos os subeventos ocorrerem e o fato

²⁰ Conforme atentou o prof. Macelo Ferreira (comunicação pessoal), se tomamos as concepções tradicionais de ACT como a representação de uma atividade e BECOME como a representação de uma mudança de estado pontual (não-durativa), a concomitância dessas duas eventualidades não será possível (cf. também aponta Wunderlich, 1997). Duas possíveis soluções para esse problema seriam a de se conceber ACT como pura volição (sem ação) ou a de se permitir que BECOME tenha uma duração, não sendo uma mudança de estado pontual. A segunda opção parece comprometer menos a linguagem e a descrição que se faz por meio dela neste trabalho. Assim, assumimos que a eventualidade representada por BECOME pode ter uma certa duração.

de que o segundo subevento não ocorreria se o primeiro subevento não tivesse ocorrido, conforme o conceito tradicional de causa que adotamos, descrito no capítulo 2 (p. 43). Por se tratar de dois subeventos separados em uma linha temporal, há, portanto, dois corpos, cada um desempenhando uma eventualidade. Propomos que isso ocorre tanto em formas básicas (como em *João sujou Maria* e em *João acomodou Maria no sofá*), em que obviamente há dois participantes distintos (dois corpos), quanto em formas reflexivas causativas (como em *João se sujou*), em que há um mesmo participante. Se há dois pontos ou trechos distintos em uma linha temporal, ainda que se trate de um mesmo participante no mundo, podemos dizer que há dois corpos, um para cada eventualidade. Por isso é que é importante entendermos a diferença entre ter um mesmo valor denotativo e ter um mesmo referente no mundo, retomando a observação feita acerca da definição de reflexivização, exposta em (27). Na situação de reflexividade causativa, há dois corpos, os quais são *concebidos* como sendo uma mesma entidade, mas não *são* necessariamente uma mesma entidade, pois trata-se de dois pontos distintos no tempo. Eles são concebidos assim porque os argumentos que os denotam têm o mesmo valor denotativo²¹.

Em resumo, os verbos de mudança de estado com locativo aceitam reflexivização. Porém, além da alteração do valor denotativo das variáveis na estrutura de decomposição de predicados, ocorre uma alteração no tipo de relação entre os dois subeventos – na forma básica, eles se relacionam causalmente, e na forma reflexiva, relacionam-se simultaneamente, ocorrendo em um só corpo. A reflexivização de formas verbais causativas, então, ocorre de duas maneiras: ou mantém-se a causa, como nos verbos da subclasse de *sujar*, ou ocorre decausativização, como nos verbos da subclasse de *acomodar*.

Vamos associar a forma reflexiva de verbos como *acomodar*, ou seja, a forma reflexiva não-causativa, ao nome “médio”, muito frequente na literatura. Vimos, no capítulo 1, que muitas vezes os autores que buscam uma determinação semântica para a média propõem

²¹ Essas observações sugerem um caminho para se solucionar o “problema do museu de cera”, mencionado por Doron e Rappaport-Hovav (2009) e investigado por Jackendoff (1992). O problema consiste no fato de que a reflexiva pode descrever uma situação na qual a relação de correferência se dá entre alguém e uma representação dessa pessoa. Imaginemos a situação (proposta por Jackendoff) na qual Ringo Starr, no museu de cera de Mme. Tussaud, derrama um líquido sobre a estátua que o representa. Essa situação pode ser descrita com uma sentença reflexiva, como em *Ringo se molhou*. Normalmente se entende reflexividade como uma ação desempenhada e sofrida pelo mesmo participante ou referente no mundo, por isso a situação do museu de cera é problemática. No entanto, se entendemos que há, na verdade, dois corpos em uma reflexiva causativa, não parece mais haver um problema. Basta que se assuma que Ringo e a estátua de Ringo são conceptualizados como relativos a uma mesma referência. Em linhas gerais, é justamente essa a proposta de Jackendoff, que dialoga com a nossa definição de reflexividade por meio da ideia de valor denotativo, e não a de referência.

sentidos bem específicos. Por exemplo, Kemmer (1993) propõe que verbos que expressam uma mudança de postura, como *deitar* e *sentar*, recebem a marca média. De fato, muitos verbos de mudança de estado com locativo são verbos de mudança de postura, pois a postura parece ser um estado locativo. Porém, existem mais estados locativos, como *escondido*, *dependurado*, *enfiado*, *preso*, *trancado*, que não são necessariamente posturas. Para fins de classificações de verbos, a postura, então, não parece ser uma propriedade relevante ou suficiente para determinar a ocorrência da “média”.

3.1.2 Verbos de mudança de posse

O segundo grande grupo dos verbos de mudança são o que chamamos de verbos de mudança de posse. Vejamos exemplos abaixo (apenas de verbos transitivos que aceitam NPs animados como argumentos):

(50) João anestesiou / ensaboou / coroou / algemou Maria.

(51) João presenteou / ajudou / patrocinou / premiou Maria.

Trata-se de verbos que têm, em sua estrutura semântica, além de BECOME (que representa a mudança), o metapredicado WITH, o qual, juntamente com o argumento que toma para ser saturado, representa um estado possessivo final. Vamos usar aqui a representação proposta por Cançado e Godoy (2010, no prelo), inspirada em Rappaport-Hovav e Levin (1998b) e Wunderlich (2009):

(52) v: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]

Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: *X age causando Y ficar com uma determinada coisa*. Nela, há um subevento [X ACT], não notado entre parênteses, o que representa que esses verbos são estritamente agentivos. O argumento X é exemplificado em (50) e (51) pelo NP *João*. Há um segundo subevento, o da mudança de posse, representando que um argumento Y passa a ter a entidade denotada pelo argumento-raiz <THING>. Em (50) e (51), Y é exemplificado pelo argumento *Maria*. <THING> é a raiz individual de cada verbo e é a partir da qual ele é nomeado.

Os dois subeventos são relacionados causalmente, o que representamos com CAUSE. Vejamos representações de verbos específicos:

(53) *ensaboar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <SABÃO>]]]

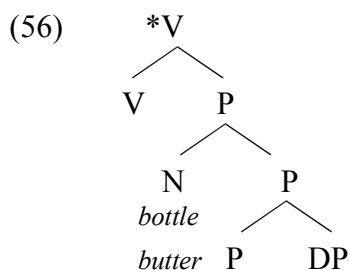
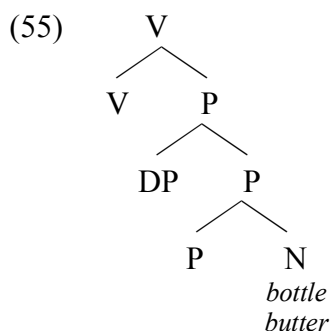
(54) *presentear*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <PRESENTE>]]]

A estrutura em (53) pode ser lida da seguinte maneira: *X age causando Y ficar com sabão*. E a estrutura em (54) pode ser lida como: *X age causando Y ficar com presente*. O que os verbos que pertencem à classe de mudança de posse têm em comum é o fato de denotarem um subevento agentivo que causa um segundo subevento de mudança de posse. O que os difere individualmente é a entidade específica que Y passa a possuir. Isso está de acordo com os princípios da semântica lexical representada por decomposição de predicados, conforme proposta de Rappaport-Hovav e Levin (1998b), que mostramos no capítulo 2: o que há em comum entre verbos de uma mesma classe está na parte estrutural da estrutura de decomposição de predicados e o que difere um verbo de outro e nomeia cada verbo está na parte idiossincrática da estrutura, ou seja, na raiz.

Uma breve história deve ser contada para motivar a estrutura proposta em (52). Inicialmente, Clark e Clark (1979) haviam percebido, em um levantamento de verbos denominais no inglês, dois tipos de verbos que pareciam ter uma paráfrase ligeiramente diferente. Trata-se de verbos como *bottle* (*engarrafar*), que chamaram de verbos de *location* e de verbos como *butter* (*amanteigar*), que chamaram de *locatum*. Para os autores, verbos de *location* incorporam o nome do qual derivam do argumento locativo da paráfrase com o verbo *put* (*colocar*). Assim, *to bottle something* (*engarrafar alguma coisa*) é *to put something in a bottle* (*colocar alguma coisa na garrafa*). Já os verbos de *locatum* incorporam um nome no argumento direto da paráfrase com o mesmo verbo *put* (*colocar*). Assim, *to butter something* (*amanteigar alguma coisa*) é *to put butter in/on something* (*colocar manteiga em/sobre alguma coisa*).

Hale e Keyser (2002) argumentam contra a proposta inicial de Clark e Clark. Para eles, a incorporação do nome no caso de verbos de *locatum* (como *amanteigar*) não ocorre a partir de uma estrutura como a com o verbo *put* (*colocar*), mas uma estrutura cuja melhor paráfrase seria feita com o verbo *provide* (*prover*). Assim, a paráfrase para *to butter something* (*amanteigar alguma coisa*) seria *to provide something with butter* (*prover alguma coisa com manteiga*). Essa ideia decorre de questões relativas ao modelo de sintaxe lexical proposto pelos

autores, no qual as estruturas argumentais são árvores sintáticas. Nesse modelo, verbos denominais são derivados em estruturas arbóreas, a partir de certos princípios. Um desses princípios é uma localização “correta” da raiz nominal que vai dar origem ao verbo. Os autores propõem que a posição correta da raiz, para que derive um verbo, é a de argumento de uma preposição abstrata, como em (55), e não a de especificador dessa preposição abstrata, como em (56)²²:



A derivação ocorre da seguinte maneira, em linhas gerais: a raiz se incorpora ao verbo abstrato V, após uma primeira incorporação à preposição abstrata P (o argumento em especificador de P, que é o argumento interno, permanece). Se a raiz ocupasse a posição de especificador de P, conforme na paráfrase de Clark e Clark (1979) para os verbos de *locatum*, como na estrutura em (56), a sua incorporação com o V abstrato teria como resultado um verbo impossível, como o seguinte:

(57) John *buttered in/on the bread. (John *amanteigou no/sobre o pão)

²² Para Hale e Keyser (2002), as preposições são itens lexicais birrelacionais, ou seja, predicam dois argumentos, um alocado em posição de especificador e outro, em posição de complemento de P.

Os autores postulam, então, que a raiz está em posição de complemento da preposição abstrata, e que essa preposição deve ter, portanto, um sentido de posse, como *with*, de modo que a paráfrase dos verbos de *locatum* faça sentido (*provide Y with RAIZ* e não *put RAIZ in Y*).

Mesmo sem adotar o modelo lexical de Hale e Keyser (2002), entendemos que a sua proposta é pertinente e deve ser levada em consideração pelo menos no que concerne às restrições sintático-lexicais à existência de verbos como em (57). Assim, podemos usar a justificativa acima para propor que a paráfrase dos verbos de *locatum* se faz com o verbo *prover* e não com o verbo *colocar*. Ainda, além da proposta de Hale e Keyser (2002), encontramos, na literatura, propostas semânticas que decompõem o sentido de verbos de *locatum* de maneira semelhante, mostrando que esses verbos denotam uma mudança em uma relação de posse. Vejamos, abaixo, as representações propostas por Rappaport-Hovav e Levin (1998a), em (58), para a classe de verbos de *locatum*, e por Wunderlich (2009), em (59), para um verbo específico dessa classe, *butter* (*amanteigar*):

(58) [x CAUSE [BECOME [y WITH <THING>]]]

(59) *butter* : $\lambda z \lambda y \lambda x \lambda e$ [ACT(x) & BECOME POSS(y,z)](e), with $z \approx$ BUTTER

Baseando-nos, então, na restrição à derivação de verbos denominais, proposta por Hale e Keyser (2002) e também nas representações de Rappaport-Hovav e Levin (1998a) e Wunderlich (2009), justificamos a estrutura proposta em (52) para os verbos de *locatum*. Alguns verbos de *locatum* foram exemplificados em (50) acima.

Cançado e Godoy (2010, no prelo) acrescentam ainda à classe que nomeamos aqui como “mudança de posse” o que chamam de “verbos benefactivos”. Exemplos de verbos benefactivos foram dados em (51)²³. Verbos de *locatum* e verbos benefactivos parecem ter exatamente a mesma estrutura. Como sugerem as autoras, o que difere *locatum* e benefactivos semanticamente parece ser uma subontologia da sua raiz: enquanto a raiz <THING> de um *locatum* denota algo material ou uma substância, como anestesia, sabão, coroa ou algema, a raiz <THING> de um benefactivo denota coisas mais abstratas, como presente, ajuda, patrocínio ou

²³ Se não encontramos um levantamento de verbos similares no inglês, é porque talvez a subclasse dos verbos benefactivos seja inexistente ou pouco numerosa nessa língua. Não queremos dizer com isso que verbos como *presentear* e *alimentar* não tenham uma tradução em inglês, mas que talvez a sua tradução se faça por verbos pertencentes a outras classes, em outras palavras, lexicalizados de maneira diferente que em português.

prêmio. Observamos que, no caso dos verbos benefactivos, essas denotações da raiz são sempre coisas que se dão de alguém para alguém (um presente ou uma ajuda existem apenas enquanto algo que alguém dá para alguém, diferentemente de algema e coroa, que não carregam essa ideia de transferência em seu sentido)²⁴.

Todos os verbos de mudança de posse aceitam reflexivização:

(60) João se anestesiou / se ensaboou / se coroou / se algemou. (verbos de *locatum*)

(61) João se presenteou / se ajudou / se patrocinou / se premiou. (verbos benefactivos)

Comparemos a estrutura básica desses verbos, repetida abaixo, com a sua estrutura reflexiva:

(62) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]

b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]]

A estrutura reflexiva em (62b) pode ser lida da seguinte maneira: *X age causando Y ficar com uma determinada coisa*. Na reflexivização dos verbos de mudança de posse, então, não há alteração na estrutura de decomposição de predicados; apenas no valor denotativo dos argumentos. Como não há decausativização, a forma reflexiva desses verbos é um caso de “reflexiva *strictu sensu*”, e não de média.

3.1.3 Verbos de mudança de locação (ou verbos locativos)

O terceiro e último tipo de verbo de mudança são os verbos que chamamos de mudança de locação, conhecidos também na literatura, desde Clark e Clark (1979), como *location verbs* (verbos locativos). Apesar de haver muitos verbos locativos em PB (como *engavetar*, *engarrafar*, *arquivar*, *embolsar*, *empacotar* e *envelopar*), conforme mostra o levantamento de Cançado, Godoy e Amaral (em prep.), poucos aceitam um argumento interno animado:

²⁴ Talvez existam ainda outros subtipos de verbos de mudança de posse, que não pudemos perceber aqui. Imagine-se a diversidade de denotações possíveis para uma raiz de ontologia <THING>.

(63) João hospitalizou / enclausurou / encaixotou / enjaulou / aprisionou Maria.

Esses verbos contêm dois subeventos relacionados por CAUSE e um metapredicado BECOME que, desta vez, se compõe com o metapredicado IN (mais o argumento que IN toma para ser saturado). O metapredicado IN introduz um estado final locativo, e a sua composição com BECOME indica que o argumento Y sofre uma mudança de lugar. Eis a representação desses verbos, tirada de Cançado e Godoy (2010, 2011, no prelo), que partem de Hale e Keyser (2002), Rappaport-Hovav e Levin (1998a e 1998b) e Wunderlich (2009), que por sua vez se inspiram nas intuições originais de Clark e Clark (1979):

(64) v: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]

A estrutura acima pode ser lida como: *X age causando Y ficar em um determinado lugar*. O argumento de IN é a raiz, cuja natureza ontológica é a de ser um lugar. Veja-se a representação de um verbo específico:

(65) *hospitalizar*: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME IN <HOSPITAL>]]

Essa estrutura pode ser lida como: *X age causando Y ficar no hospital*. Os verbos locativos que aceitam NPs animados como argumentos aceitam reflexivização:

(66) João se hospitalizou / se enclausurou / se encaixotou / se enjaulou / se aprisionou.

Assim como ocorre com os verbos de mudança de estado com argumento locativo (vide seção 3.1.1.3), os verbos acima, quando reflexivizados, não denotam o mesmo tipo de evento que a sua forma básica. Parece que os subeventos que compõem o macroevento descrito pelos verbos reflexivos nas sentenças em (66) ocorrem em um único ponto ou trecho em uma linha do tempo, e não em dois momentos, como ocorre na forma básica desses verbos, como em (63). Vejamos como isso pode ser testado por meio da composição com o advérbio *quase*:

(67) a. João quase hospitalizou Maria.

b. João quase se hospitalizou.

Apenas na forma básica de *hospitalizar*, em (67a), há ambiguidade na composição com *quase*: ou João nem começou a agir, ou agiu, no entanto, não obteve o resultado (de Maria ficar no hospital). Coloquemos contextos específicos que poderiam ser relacionados a cada leitura. A primeira leitura, em que *quase* incide sobre todo o evento (ou seja, a leitura contrafactual), poderia descrever uma situação na qual João pensa em hospitalizar Maria, mas não o faz. A segunda leitura, na qual *quase* incide apenas sobre o subevento de mudança de locação, poderia descrever uma situação na qual João chega a levar Maria ao hospital, porém, ela foge e não é hospitalizada; ou seja, João age (com a intenção de hospitalizar Maria), mas não obtém o resultado (de Maria ficar no hospital). Na forma reflexiva, por outro lado, em (67b), há apenas a leitura contrafactual, em que João nem começou a agir. Propomos que isso se evidencia nas paráfrases abaixo, que mostram onde o advérbio *quase* incide em cada leitura:

- (68) a. O que João quase fez foi hospitalizar Maria.
a'. O que João fez foi quase hospitalizar Maria.
b. O que João quase fez foi se hospitalizar.
b'. ?O que João fez foi quase se hospitalizar.

As sentenças (a) parafraseiam as leituras da sentença em (67a) e as sentenças (b) parafraseiam a única leitura possível da sentença em (67b). Observe-se que a sentença em (68b') ou é anômala ou significa o mesmo que a sentença em (68b), ou seja, expressa o escopo contrafactual do advérbio *quase*.

Os dois subeventos na forma reflexiva de verbos como *hospitalizar*, então, não parecem relacionados causalmente, mas simultaneamente. O participante João em (66) age ao mesmo tempo em que se aloca em um determinado lugar. Os subeventos ocorrem de maneira sobreposta em uma linha do tempo, portanto, em um mesmo corpo. As sentenças em (66) expressam um movimento com volição. Trata-se, mais uma vez, de um caso de reflexiva não-causativa, cujos exemplos coincidem com exemplos do que é chamado de “médica” na literatura em linguística.

A diferença entre as formas básica e reflexiva dos verbos locativos também será representada com a alternância entre os símbolos CAUSE e &, como abaixo:

- (69) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]
b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] & [X BECOME [IN <PLACE>]]]

A estrutura reflexiva em (69b) pode ser lida da seguinte maneira: *X age ao mesmo tempo em que X fica em um determinado lugar.*

3.2 Verbos de movimento

A alcunha “verbos de movimento” nomeia verbos que têm o metapredicado MOVE em sua representação semântica. Outras classes podem apresentar a ideia do movimento como um acarretamento lógico do sentido do verbo (por exemplo, os verbos de mudança de locação, como *enjaular*), mas os verbos que vamos apresentar aqui têm o movimento como um metapredicado. Analisamos apenas uma fatia dos verbos de movimento em PB – verbos télicos e com deslocamento, ou seja, verbos que acarretam um ponto final no evento e uma trajetória na qual um participante se movimenta. Vejamos alguns exemplos, selecionando apenas verbos que aceitam argumentos animados:

- (70) João lançou / jogou / enfiou Maria na piscina.
(71) João transferiu / retirou / arrancou Maria da piscina.
(72) João empurrou / acompanhou / carregou / levou / escoltou / transportou Maria até a piscina.

É possível cogitar classificar esses verbos como verbos de mudança de estado com locativo ou como verbos de mudança de locação. Porém, vamos argumentar contra essas possibilidades. Em primeiro lugar, a raiz dos verbos acima não parece ser <STATE>, como a dos verbos de mudança de estado com locativo, nem <PLACE>, como a dos verbos de mudança de locação. Vamos lançar mão de paráfrases para evidenciar isso.

Comparemos o verbo *lançar*, cuja classificação será proposta a seguir, com o verbo *dependurar*, que é de mudança de estado com locativo (com raiz <STATE>). A sentença (73b) é um acarretamento de (73a), e parafraseia o segundo subevento do verbo *dependurar*, sugerindo a pertinência da raiz <STATE> (nesse caso específico, <DEPENDURADO>). Em (74), por outro lado, mostramos que essa paráfrase não se aplica ao segundo subevento do verbo *lançar*, ou seja, que a sua raiz não é o estado <LANÇADO>:

- (73) a. João dependurou Maria na árvore.
b. Maria ficou dependurada na árvore.
- (74) a. João lançou Maria na piscina.
b. #Maria ficou lançada na piscina.

Agora comparemos *lançar* com o verbo locativo *enjaular*, que é de mudança de locação (com raiz <PLACE>). A sentença em (75b) é um acarretamento de (75a) e parafraseia o segundo subevento de *enjaular*, indicando a pertinência da raiz <PLACE> (nesse caso específico, <JAULA>). Diferentemente do que ocorre em (74), vemos que (76b) é uma inferência plausível de (76a):

- (75) a. João enjaulou Maria.
b. Maria ficou na jaula.
- (76) a. João lançou Maria na piscina.
b. Maria ficou na piscina.

Porém, é óbvio que não se pode dizer que <PISCINA> seja a raiz de *lançar* como <JAULA> é a raiz de *enjaular*. A raiz <JAULA> é um locativo incorporado ao verbo *enjaular*, mas o locativo de *lançar* é uma variável na estrutura semântica, que pode ser preenchida por sintagmas infinitamente variados. Ou seja, o teste em (76) não indica qual pode ser a raiz de *lançar*.

Além disso, vamos argumentar que, apesar de (76b) ser uma inferência plausível da sentença em (76a), não se trata de um acarretamento. Observe-se, a esse respeito, o contraste abaixo:

- (77) João lançou Maria na piscina, mas ela não chegou até a piscina (pois João usou pouca força).
- (78) #João dependurou Maria na árvore, mas ela não chegou até a árvore (pois João usou pouca força).
- (79) #João enjaulou Maria, mas ela não chegou até a jaula (pois João usou pouca força).

O exemplo em (77) mostra que a mudança para uma locação final (denotada pelo argumento locativo) não é acarretada do sentido do verbo *lançar*, pois é possível criar um contexto que negue essa informação. Sabe-se que o acarretamento é um tipo de implicação que não pode ser negada. Por outro lado, haverá contradição se negamos a mudança de locação em sentenças com os verbos *dependurar* e *enjaular*, como em (78) e (79); nenhum contexto pode desfazer esse acarretamento. Assim, parece que o predicado BECOME, que representa a ideia de mudança para uma locação final, presente em *dependurar* e *enjaular*, não está presente na decomposição de *lançar*.

Até aqui, argumentamos que verbos como *lançar* não são verbos de mudança e que a sua raiz não é <STATE> nem <PLACE>. Vamos propor que há dois subeventos no sentido desses verbos: um subevento do movimento deslocado (movimento em uma trajetória) e um subevento do desencadeamento desse movimento. O subevento do movimento será representado por [Y MOVE [PATH Z]], que é a subestrutura relevante para se identificar qualquer verbo de movimento deslocado. Os verbos com tal subestrutura, porém, foram subdivididos neste trabalho em dois tipos – os do tipo *lançar*, exemplificados em (70) e (71), e os do tipo *acompanhar*, exemplificados em (72) –, que diferem em relação ao subevento desencadeador e em relação à conjunção entre os subeventos. Essa divisão é relevante, pois um subgrupo aceita e o outro não aceita a reflexivização, como veremos.

Para os verbos do subgrupo de *lançar*, propomos a seguinte estrutura:

- (80) v: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]

Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: *X age de uma determinada maneira causando Y se mover em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z*. O locativo *Z* é, então, o ponto final ou o ponto inicial de uma trajetória implícita no sentido do verbo. Nesse grupo, há tanto verbos que

denotam o ponto final da trajetória em Z, como em (70), quanto verbos que expressam o ponto inicial em Z, como em (71). Usaremos a mesma estrutura em ambos os casos, pois não é relevante para nossos fins fazer essa distinção²⁵. Porém, observamos que, quando se trata de um verbo que expressa o ponto final da trajetória, o participante denotado por Y não atinge esse ponto necessariamente ao final do movimento descrito pelo verbo, como mostrado em (77). Isso ocorre porque o verbo não denota uma mudança, mas um movimento em uma trajetória.

Em conformidade com Pinker (1989), propomos que a raiz desses verbos é uma maneira. Vejamos a representação de um verbo específico, *lançar*, no qual a maneira é um modificador do metapredicado ACT, notado como subscrito a ACT:

(81) *lançar*: [[X ACT<LANÇANDO>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]

Essa estrutura pode ser lida como: *X age lançando e causa Y se mover em uma trajetória cujo ponto final é Z*. Os verbos do subgrupo de *lançar* aceitam a reflexivização:

(82) João se lançou / se jogou / se enfiou na piscina.

(83) João se transferiu / se arrancou / se retirou da piscina.

Sugerimos que a forma reflexiva desses verbos tem duas interpretações possíveis. Uma sentença como *João se lançou na piscina* pode descrever um evento em que João simplesmente pula na piscina ou pode descrever um evento mais esdrúxulo, no qual João, com o auxílio de um gerador de movimento externo a seu corpo, como uma catapulta, por exemplo, lança ele mesmo na piscina (João manipula a catapulta e isso faz com que ele seja lançado na piscina). Essa ambiguidade do movimento foi apontada inicialmente por Vendler (1984), proposta de que tratamos ao final deste capítulo. No primeiro caso, a ação de João e o seu movimento parecem ser concomitantes, ocorrendo como um só evento, em um mesmo ponto ou trecho em uma linha do tempo e, portanto, em um mesmo corpo. No segundo caso, há uma ação (como a manipulação de uma catapulta) que causa o movimento. Portanto, trata-se de dois pontos ou trechos separados em uma linha do tempo e, por isso, ainda que o participante de cada um

²⁵ Para uma descrição e generalização sobre os tipos de expressão da trajetória em verbos de movimento, consulte-se Corrêa (2005).

desses subeventos seja a mesma pessoa no mundo, podemos dizer que se trata de dois corpos, na conceptualização temporal do evento.

Em resumo, a forma reflexiva de verbos de movimento do grupo de *lançar* recebe preferencialmente uma interpretação não-causativa (que também chamamos, fazendo referência à literatura, de “média”), na qual a ação e o movimento que o participante X desempenha ocorrem ao mesmo tempo em um só corpo. Mas, em contextos bem marcados, pode também haver uma interpretação reflexiva causativa (ou “reflexiva *strictu sensu*”), na qual a ação e o movimento que o participante X desempenha ocorrem em dois momentos distintos em uma linha do tempo. O teste do *quase*, então, não poderá ser empregado aqui, pois ambas as leituras, causativa, e não-causativa, são possíveis. Assumindo que tanto a interpretação causativa quanto a não-causativa são possíveis na reflexivização dos verbos tipo *lançar*, propomos a seguinte relação entre as formas básica e reflexiva desses verbos:

- (84) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT<*MANNER*>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]
 b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT<*MANNER*>] CAUSE [X MOVE [PATH Z]]] ou
 [[X ACT<*MANNER*>] & [X MOVE [PATH Z]]]

As formas reflexivas em (84b) podem ser lidas como: *X age de determinada maneira causando X se mover em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z* ou *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final/inicial é Z*.

Passemos aos verbos do tipo *acompanhar*, exemplificados em (72). Esses verbos não aceitam reflexivização:

- (85) João *se empurrou / *se acompanhou / *se carregou / *se levou / *se escoltou / *se transportou até a piscina.

Uma primeira diferença desses verbos em relação aos verbos tipo *lançar* é que, já na forma básica, os subeventos parecem ser simultâneos, conforme também propõe Pinker (1989) para os mesmos verbos em inglês. Se João acompanha Maria até a piscina, João age ao mesmo tempo em que Maria é levada à piscina. Não parece haver sequencialidade entre a ação de João e o movimento de Maria, mas simultaneidade. Assim, poderíamos propor a estrutura abaixo para a

forma básica de verbos como *acompanhar*, que difere da dos verbos tipo *lançar*, como em (84a), apenas pelo fato de a conjunção entre os subeventos ser &, e não CAUSE:

(86) v: [[X ACT_{<MANNER>}] & [Y MOVE [PATH Z]]]

Porém, há ainda outra diferença semântica entre verbos tipo *acompanhar* e verbos tipo *lançar*. Observe-se o curioso contraste abaixo:

(87) a. João transportou Maria até a piscina

b. *João se transportou até a piscina.

(88) a. João teletransportou Maria até / para Marte.

b. João se teletransportou até / para Marte.

O que difere *transportar* de *teletransportar* é o fato de que o participante transportador se move na mesma trajetória que o participante transportado. Já no teletransporte, o desencadeador do movimento não se move na mesma trajetória que o teletransportado. O verbo *teletransportar*, desse modo, é do tipo *lançar* e a representação das suas formas básica e reflexiva é como em (84). Para o verbo *transportar* e os demais verbos tipo *acompanhar*, propomos um terceiro subevento na estrutura semântica: o subevento em que X se move na mesma trajetória que Y. A representação da forma básica desses verbos, então, será:

(89) v: [[X ACT_{<MANNER>}] & [X MOVE [PATH Z]] & [Y MOVE [PATH Z]]]

Leia-se: *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final é Z ao mesmo tempo em que Y se move nessa (mesma) trajetória cujo ponto final é Z.* A forma reflexiva, agramatical, portanto, será representada assim:

(90) v_{reflexivo}: *[[X ACT_{<MANNER>}] & [X MOVE PATH Z] & [X MOVE PATH Z]]

Leia-se: *X age de determinada maneira ao mesmo tempo em que X se move em uma trajetória cujo ponto final é Z ao mesmo tempo em que X se move nessa (mesma) trajetória cujo ponto final*

é Z. Na forma reflexiva haveria, então, dois subeventos idênticos, o que propomos ser o motivo da impossibilidade da reflexivização para esses verbos, como explicamos a seguir.

Já na forma básica de um verbo como *acompanhar*, o argumento X satura dois predicados, participando de dois subeventos concomitantes: o de agir de determinada maneira e o de se mover em uma trajetória, como representamos em (89). Ou seja, a forma básica já contém uma ideia de reflexividade, se entendemos que reflexividade consiste em haver um participante com dois papéis em um mesmo evento. A reflexivização desses verbos, então, tornaria os dois subeventos de movimento idênticos, expressando um evento impossível, ou no mínimo redundante, no qual um participante age e se move em uma trajetória ao mesmo tempo em que ele mesmo se move nessa mesma trajetória.

Podemos pensar que essa restrição lógica à reflexivização de verbos como *acompanhar* cabe em uma situação de “bloqueio lexical” (ARONOFF, 1976, McCAWLEY, 1978). Trata-se de uma situação na qual a existência de um item lexicalizado contendo certo traço semântico bloqueia o processo que atribuiria aquele mesmo traço a outro item. McCawley oferece como exemplo a impossibilidade de causativizar o verbo *die* (*morrer*) em inglês, que geraria **cause to die* (**causar morrer*), expressão bloqueada pela existência da forma lexicalizada *kill* (*matar*). No caso dos verbos de que tratamos, a existência da forma básica de *acompanhar*, que contém um sentido de reflexividade, bloquearia o processo de reflexivização que derivaria o verbo **acompanhar-se*. O processo que atribuiria o traço semântico da reflexividade ao verbo *acompanhar* é bloqueado pela existência de uma forma reflexiva lexicalizada desse verbo – essa forma reflexiva lexicalizada é o próprio verbo em sua forma básica.

Diferentemente das restrições iniciais à reflexivização (apenas verbos transitivos com argumentos animados podem ser reflexivizados) e da restrição nos verbos de mudança de estado estritamente causativos, tratada em seções anteriores (os argumentos têm de denotar indivíduos), a restrição no caso dos verbos de movimento tipo *acompanhar* não é específica à reflexivização. Trata-se de uma violação a um princípio lógico na interpretação de subeventos concomitantes. Podemos também pensar em um bloqueio lexical. Em ambos os casos, a restrição se explica por princípios linguísticos não-específicos à reflexivização.

3.3 Verbos de modo de afetação

Os verbos que chamamos de modo de afetação estão exemplificados abaixo (reiterando que só lidamos com verbos transitivos que aceitam argumentos animados):

(91) João limpou / lavou / enxugou / arrumou / maquiou / penteou / vestiu Maria.

Excetuando-se os verbos locativos, os de mudança de posse e os de movimento, que obviamente não se encaixariam na classificação dos verbos em (91), ficamos com a possibilidade de serem verbos de mudança de estado, como *sujar* ou *molhar*. De fato, há ocasiões em que os verbos acima poderiam formar uma sentença intransitiva similar à forma incoativa dos verbos de mudança de estado (lembrando que apenas verbos de mudança de estado participam da alternância causativo-incoativa):

(92) O carro (já) lavou.

(93) A roupa (já) enxugou.

Conforme Ciríaco e Cançado (2009), porém, apenas alguns verbos do tipo de *lavar* aceitam essa intransitivização e, quando intransitivizadas, não aceitam *se*:

(94) *O carro se lavou.

(95) *A roupa se enxugou.

Além disso, muitas vezes, carecem de algum tipo de modificação adverbial, como o advérbio *já* nas sentenças em (92) e (93), para que a forma intransitiva seja interpretada mais naturalmente. Os verbos de mudança de estado, por outro lado, aceitam incoativização de maneira generalizada, sempre se compõem com *se* e não carecem de modificação adverbial para facilitar a leitura incoativa.

Uma evidência mais forte de que os verbos acima não são de mudança de estado é o fato de não serem ambíguos quando ocorrem com o clítico *se* e um argumento-sujeito animado. A sentença em (96) abaixo parece ter apenas uma leitura reflexiva, não uma leitura passiva:

(96) João se lavou.

Assumimos, então, que os verbos como em (91) são diferentes dos verbos de mudança de estado. Em primeiro lugar, parece haver simultaneidade nos dois subeventos na forma básica. A simultaneidade dos subeventos pode ser percebida no teste do *quase*, que não parece gerar uma ambiguidade quando composto com esses verbos:

- (97) a. João quase maquiou Maria.
a'. O que João quase fez foi maquiar Maria.
a''. ?O que João fez foi quase maquiar Maria.

A única interpretação da sentença em (97a) é uma em que João nem começou a agir (leitura contrafactual), evidenciada na paráfrase clivada em (97a'). Não é possível a leitura em que João age, mas Maria não é afetada, como mostra a estranheza da paráfrase em (97a'').

Se a diferença desses verbos para os de mudança de estado se devesse apenas à diferente relação entre os subeventos, bastaria notá-los com a conjunção & ao invés de CAUSE, como na estrutura abaixo:

(98) v: [[X ACT] & [Y BECOME <STATE>]]

Porém, propomos que o segundo subevento de verbos como *lavar* não é [Y BECOME <STATE>]: não haverá um estado final lexicalizado e, portanto, não haverá o metapredicado BECOME. Para argumentar a esse respeito, tomemos o verbo *enxugar*. Se a sua raiz fosse o estado final <ENXUTO>, a sentença em (99) abaixo deveria ser contraditória. Compare-se a sentença em (115) com a sentença em (100), com o verbo *sujar*, que de fato lexicaliza um estado final (a sua raiz é <SUJO>) e que é contraditória:

- (99) João enxugou a superfície da mesa, mas ela não ficou enxuta.
(100) #João secou a superfície da mesa, mas ela não ficou seca.

No evento descrito pela sentença em (99), a superfície da mesa é afetada pela ação de João e tem, portanto, seu estado alterado, mas esse estado final específico, o de ficar enxuto, não é lexicalizado na semântica do verbo. Propomos que a mudança de estado não é algo lexicalizado pelos verbos da classe de *enxugar*, e que o estado final não constitui a sua raiz, ainda que se possa acarretar uma mudança no estado do participante afetado. Se não há um estado final, não há BECOME. Por isso, inspirados na linguagem de Jackendoff (1990), propomos que o metapredicado AFFECT (em vez de BECOME) é mais adequado para descrever a afetação acarretada no sentido desses verbos. Também propomos que a sua raiz é <MANNER>, associada ao metapredicado AFFECT. A estrutura proposta para verbos como *enxugar* e *lavar* é, enfim:

(101) v: [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> Y]]

Essa estrutura pode ser lida como: *X age ao mesmo tempo em que afeta Y de determinada maneira*. A raiz <MANNER> poderia estar modificando o metapredicado ACT, em vez de AFFECT, mas veja-se:

(102) João enxugou Maria esfregando a toalha nela.

(103) *João sacudiu Maria rolando-a de um lado a outro.

Na sentença em (102), o adjunto de modo *esfregando a toalha nela* parece estar modificando a ação de João. Propomos que, se a raiz <MANNER> estivesse associada a ACT em verbos como *enxugar*, a composição em (102) não seria permitida. Retomamos em (103), para fins de comparação, a sentença exemplificada em (38), que usamos para mostrar que um adjunto que expressa uma maneira de agir não pode se compor com um verbo cuja raiz, de ontologia <MANNER>, está associada a ACT (ou seja, um verbo que lexicaliza uma maneira de agir). Assim, parece que não há uma maneira específica de agir incorporada no sentido de verbos como *enxugar*. Haveria, por outro lado, uma maneira específica de afetar, que é o que distingue cada verbo dessa classe, individualmente. O verbo *enxugar*, bem como *lavar*, *maquiar* e *vestir* etc., tem em seu sentido alguém que age e simultaneamente afeta outro participante (envolvendo, inclusive, contato), porém, o modo como ocorre essa afetação varia: afeta-se enxugando, lavando, maquiando, vestindo etc. Abaixo, temos a representação de um verbo específico:

(104) *enxugar*: [[X ACT] & [AFFECT<ENXUGANDO> Y]]

Essa estrutura pode ser lida como: *X age ao mesmo tempo em que afeta Y enxugando-o.*

A reflexivização é permitida com verbos dessa classe:

(105) Maria se limpou / se lavou / se enxugou / se arrumou / se maquiou / se penteou / se vestiu.

Veja que essas formas reflexivas são casos de “média”, pois os subeventos de agir e afetar são interpretados como simultâneos. O teste do *quase* pode ajudar a evidenciar isso:

(106) a. Maria quase se enxugou.
a'. O que Maria quase fez foi se enxugar.
a''. ?O que Maria fez foi quase se enxugar.

A sentença em (106a) só parece ter a leitura contrafactual, na qual Maria nem começa a agir, como na paráfrase em (106a'). A sentença em (106a) não parece ter uma leitura em que o advérbio *quase* incide apenas sobre o segundo subevento, o subevento da afetação. Não é possível um contexto descrito pela sentença em (106a) no qual Maria age, porém, não afeta ela mesma; por isso a paráfrase em (106a'') parece anômala ou tem uma interpretação idêntica à paráfrase em (106a'). Se *quase* só incide sobre o evento como um todo, é porque esse verbo é interpretado como tendo apenas um subevento. Então, se há duas eventualidades, elas ocorrem simultaneamente. A representação da forma reflexiva é:

(107) $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> X]]

Leia-se: *X age ao mesmo tempo em que afeta X de determinada maneira.* Para encerrar, vejamos a representação das duas formas, básica e reflexiva, de um verbo específico, *maquiar*:

(108) a. *maquiar*: [[X ACT] & [AFFECT<MAQUIANDO> Y]]

b. *maquiar-se*: [[X ACT] & [AFFECT_{<MAQUIANDO>} X]]

Essas estruturas podem ser lidas como: *X age ao mesmo tempo em que afeta Y maquiando-o* e *X age ao mesmo tempo em que afeta X maquiando-o*.

3.4 Verbos eventivos

Na nossa descrição, a última classe que apresentamos é a dos verbos que chamamos de “eventivos”. Exemplos desses verbos estão abaixo:

(109) João assaltou / assassinou / sequestrou / roubou / capturou / resgatou / raptou / ultrapassou Maria.

Não se trata de verbos de mudança de estado, pois não aceitam incoativização:

(110) a. João roubou / capturou / resgatou a bolsa da Maria.
b. *A bolsa da Maria se roubou / se capturou / se resgatou.

Além disso, esses verbos não lexicalizam um estado final, como mostramos abaixo. Enquanto a paráfrase da sentença em (111a), com um verbo de mudança de estado, pode ser como em (111b), a paráfrase da sentença em (112a), com um verbo eventivo, não pode ser como em (112b):

(111) a. João sujou Maria.
b. João tornou Maria suja.
(112) a. João assaltou Maria.
b. #João tornou Maria assaltada.

É, porém, mais difícil argumentar que esses verbos não são da classe dos verbos de modo de afetação, de que tratamos na seção 3.3 acima, pois não há testes precisos. No entanto, há uma evidência que sugere que se trata de uma classe diferente: os verbos em (109), diferentemente dos verbos de modo de afetação, não aceitam a reflexivização:

(113) João *se assaltou / *se assassinou / *se sequestrou / *se roubou / *se capturou / *se resgatou / *se raptou / *se ultrapassou.

Para propor a estrutura semântica desses verbos, recorreremos aos trabalhos de Pesetsky (1995) e de Hale e Keyser (2002), que lidam com a relação entre um verbo e o nome correspondente a ele. Pesetsky propõe que se compare a semântica de um verbo com a semântica do nome que corresponde a esse verbo, a fim de identificar traços semânticos compartilhados entre os dois. Esses traços semânticos em comum são algo constante na raiz morfológica que forma tanto o verbo quanto o nome. O exemplo dado pelo autor é o do verbo inglês *agitate* (*agitar*), cujo nome relativo é *agitation* (*agitação*). Em ambas as palavras, há uma ideia de estado – *agitação* é em si um estado e *agitar* é ficar em um estado. Ou seja, o conceito de um estado é um componente semântico da raiz *agit-* em inglês. Conforme nosso trabalho, em consonância com Cançado Godoy (2010, 2011, no prelo) e Cançado e Amaral (2011), isso é esperado, pois *agitar*, na acepção psicológica, é um verbo de mudança de estado. Pesetsky propõe que, para compor as palavras há, além da raiz, outros morfemas, que podem ser explícitos ou nulos. No caso do verbo *agitate*, por exemplo, haveria, além da raiz, um morfema nulo que expressa causa²⁶.

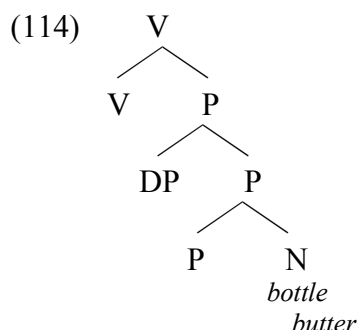
Neste trabalho, não assumimos que as raízes são elementos morfológicos, dando apenas um caráter semântico a elas. Porém, a comparação entre um verbo e um nome correspondente pode ser usada como uma ferramenta para se extrair intuições acerca da semântica das raízes. Por exemplo, tomemos a relação entre o verbo *ensaboar*, pertencente à classe dos verbos de mudança de posse, e o seu nome correspondente, *sabão*. Em ambas as palavras, há um conceito de “coisa”. O significado do nome é o próprio conceito de “coisa”; no caso do verbo, o conceito de “coisa” é algo que se compõe com os conceitos de causa, mudança e relação de posse. A raiz de ambos tem, portanto, um sentido de “coisa”, o que está em conformidade com a estrutura de predicados decompostos proposta para *ensaboar*, em (53). Além disso, se o significado do nome é o próprio conceito da raiz, isso está em conformidade com o fato de *anestésiar* ser um verbo denominal, como propuseram Clark e Clark (1979) e Hale

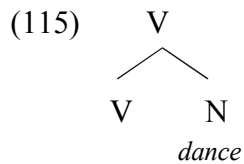
²⁶ O que o autor propõe é um tipo de decomposição de predicados, que associa a semântica a raízes derivacionais morfológicas, as quais podem, inclusive, ser nulas (daí a sua ideia de morfologia “zero”). O seu trabalho é sempre citado como pioneiro na distinção raiz *versus* estrutura.

e Keyser (2002). Tomemos mais um exemplo: a relação entre o verbo *lançar*, que pertence à classe dos verbos de movimento deslocado, e a sua nominalização, *lançamento*. Tanto no verbo quanto no nome existe um conceito de ação, o que indica que a raiz é algo relativo ao desencadeamento de um movimento. Essa intuição está em conformidade com a estrutura que propusemos para os verbos como *lançar*, na qual a raiz é uma determinada maneira de agir (vide estrutura em (81)).

Vejam agora a relação entre os verbos eventivos exemplificados em (109) e os nomes que correspondem a eles. O que haveria em comum entre *assaltar*, *assassinar*, *sequestrar*, *roubar*, *capturar*, *resgatar*, *raptar* e *ultrapassar* e as suas contrapartes nominais respectivas *assalto*, *assassinato*, *sequestro*, *roubo*, *captura*, *resgate*, *rapto* e *ultrapassagem*? A princípio, aqui também parece ser o caso em que tanto o verbo quanto o nome contêm a ideia de ação. Porém, uma observação mais atenta mostra que esses nomes denotam eventos inteiros, não apenas uma das ações que os compõem. Por exemplo, a nominalização *lançamento*, que vimos acima, denota apenas uma parte do evento denotado pelo verbo *lançar*: a parte da ação desencadeadora. No entanto, o nome *assalto* denota todo o evento denotado pelo verbo *assaltar*.

Propomos, então, que a raiz de verbos como *assaltar* é o próprio nome correspondente, como *assalto*. Assumimos que verbos desse tipo são verbos denominais ou de raízes nominais, como os verbos sintéticos de mudança de posse e de locação (como *anestesiatar* e *hospitalizar*). A fim de identificar uma paráfrase que nos leve a formular uma representação semântico-lexical adequada, vamos nos inspirar nas estruturas sintático-lexicais de Hale e Keyser (2002) para os verbos denominais. Os autores propõem dois tipos de incorporação nominal em um verbo: o tipo apresentado em (114), que seria dos verbos de *locatum* (aqui, incluídos dentre os verbos de mudança de posse) e de *location* (que chamamos aqui de mudança de locação ou locativos), e o tipo apresentado em (115), que seria de verbos como *dance*:





Verbos como *butter* (*amanteigar*) e *bottle* (*engarrafar*) têm uma preposição abstrata em sua representação sintático-lexical e a intuição por trás dessas estruturas são as paráfrases respectivas *provide with* (*prover com*) e *put in* (*colocar em*), que já mencionamos. Já verbos como *dance* (*dançar*), apesar de também incorporarem um nome, não têm preposição abstrata. A intuição por trás disso é a paráfrase *do dance* (*fazer (uma) dança*). Propomos que os verbos como *assaltar* são parafraseados como *dance*: *assaltar* é *fazer um assalto*. Em uma linguagem como a de Hale e Keyser (2002), então, verbos como *assaltar* seriam representados como em (115). Na linguagem da decomposição semântica de predicados, por outro lado, temos que a paráfrase assumida sugere as seguintes estruturas – de um verbo específico, em (116), e de toda a classe dos eventivos, em (117):

(116) *assaltar*: [X DO <ASSALTO>]

(117) *v*: [X DO <EVENT>]

As estruturas podem ser lidas da seguinte maneira: *X faz/executa um assalto* e *X faz/executa um determinado evento*. Assumimos DO em vez de ACT, pois, ainda que ambos os metapredicados introduzam um agente como argumento, DO toma um argumento a mais que ACT. Como explicado no capítulo 2, propomos, em consonância com Dowty (1979), que DO é um metapredicado que toma um participante e um evento como argumentos, relacionando-os. Diferentemente, ACT toma apenas um argumento para ser saturado. Além disso, a semântica de DO é diferente da semântica de ACT, o que se evidencia nas diferentes leituras das estruturas: ACT é sempre lido com o verbo *agir*, enquanto que DO é lido com o verbo *fazer* ou *executar*.

Nas estruturas em (116) e (117), porém, falta um argumento, visto que os verbos como *assaltar* são transitivos, diferentemente de *dance*. Vamos, então, retomar a ideia de Grimshaw (2005), Rappaport-Hovav e Levin (1998a) e Levin (1999), relatada no capítulo 2, de uma distinção entre argumento da estrutura e argumento da raiz. Vamos propor que o argumento

Maria nas sentenças em (109) é um argumento da raiz <EVENT> e não de algum metapredicado da estrutura. A ideia que motiva essa proposta é a de que, se o nome incorporado ao verbo contém o conceito de todo um evento, contém necessariamente os participantes desse evento.

Propomos, então, que o argumento interno de verbos como *assaltar* é um argumento da raiz, e não um argumento da estrutura. Para demonstrá-lo, usamos uma evidência proposta por Grimshaw (2005) para se detectar um argumento da raiz: a autora postula que a dificuldade de se rotular o papel temático de um argumento indica um caráter idiossincrático desse papel. Essa ideia parte do princípio de que a raiz é a parte idiossincrática do sentido de um verbo. Tomemos como exemplo a sentença abaixo:

(118) João assaltou Maria.

A princípio, poderíamos pensar que o papel temático do argumento *Maria* é o de paciente, pois *Maria* é quem “sofre a ação”. Porém, pensemos em especificar melhor essa definição do papel de paciente. Não se trata de o participante ser afetado fisicamente (como o “paciente” dos verbos de afetação, como *limpar*), não se trata de ser deslocado no espaço (como o “paciente” dos verbos de movimento, como *lançar*) e tampouco se trata de uma mudança de estado que o participante sofre (como os “pacientes” dos verbos de mudança, como *sujar*). Parece difícil, então, encontrar uma definição precisa de “paciente” que se aplique ao argumento *Maria* na sentença acima. Parece que o papel do argumento interno de *assaltar*, então, é algo bem específico desse verbo: trata-se de um participante humano, que sofre uma alteração nos seus pertences, os quais são levados por um outro participante, com o uso de violência e talvez necessariamente de uma arma etc. Já o papel do argumento interno de um verbo como *sujar* não é tão específico, aplicando-se a toda uma classe verbal: trata-se de um participante, animado ou não, que muda de estado (físico ou psicológico). Segundo Grimshaw, a especificidade do papel de um argumento em oposição à relativa genericidade do papel de outro argumento indica uma oposição argumento da raiz *versus* argumento da estrutura.

Somando o que foi visto, então, propomos que o argumento interno de verbos como *assaltar* é um argumento da raiz. Levin e Rappaport-Hovav (1998b) e Levin (1999) notam o argumento da raiz com um traço sublinhado, mas aqui propomos uma representação na qual o

argumento da raiz fica, justamente, dentro da raiz. Vejamos a estrutura proposta para o verbo *assaltar*:

(119) *assaltar*: [X DO <ASSALTO Y>]

Essa estrutura pode ser lida como: *X faz/executa um assalto em/sobre/dirigido a Y*. A representação da classe dos verbos eventivos, portanto, será:

(120) *v*: [X DO <EVENT Y>]

Leia-se: *X faz/executa um evento em/sobre/dirigido a Y*. Vale observar que aqui listamos apenas os verbos eventivos que têm um argumento a mais introduzido pela raiz, além do argumento da estrutura. Sendo o evento-raiz algo idiossincrático, cada verbo eventivo vai variar, de maneira imprevisível, quanto ao número de participantes/argumentos. Por exemplo, o verbo *dançar* tem apenas um argumento da raiz <DANÇA>, que coincide com o argumento X da estrutura: o dançador. Já um verbo como *comprar*, que também parece ser um tipo de verbo eventivo (vide a paráfrase *fazer uma compra*), tem, pelo menos, quatro participantes da raiz <COMPRA>: o comprador, o vendedor, a coisa comprada e o valor da compra (conforme intuição de Cançado, 2005, para esse verbo).

A impossibilidade da reflexivização dos verbos eventivos é representada por:

(121) $v_{\text{reflexivo}}$: *[X DO <EVENT X>]

Leia-se: *X faz um evento em/sobre/dirigido a X*. A reflexivização nesses verbos, então, alteraria o valor denotativo de um argumento da raiz. Vamos argumentar que a explicação para a impossibilidade de reflexivizar esses verbos se deve a uma questão que não é específica à reflexivização, como também ocorre com os verbos de movimento do tipo *acompanhar*, como vimos.

Conforme Rappaport-Hovav e Levin (1998a, 1998b), Levin (1999), Pesetsky (1995), Grimshaw (2005) e Wunderlich (2009), a raiz é a parte do significado que permanece inalterada em alternâncias e outros processos que interferem na parte estrutural de uma decomposição. Por

exemplo, na alternância causativo-incoativa, a raiz <STATE> é o que permanece quando o subevento desencadeador é inserido ou suprimido da representação. Da mesma forma, na tríade verbo causativo – verbo incoativo – adjetivo (como *secar*, *secar-se* e *seco*), é a raiz <STATE> (no caso, <SECO>), que está presente nas três formas (no adjetivo, sem nenhuma parte estrutural, apenas a raiz). O que há em comum entre um verbo denominal e o nome do qual ele deriva, como *anestesiado* e *anestesia*, respectivamente, é a raiz. A derivação de *anestesiado* é, do ponto de vista semântico, uma adjunção de componentes semânticos (como os conceitos de causa e mudança) a uma raiz, inalterada. Também se pode dizer que na reflexivização (de verbos como *machucar*, *presentear* e *limpar*), a raiz segue inalterada. O que ocorre é uma alteração no valor denotativo de um argumento da estrutura e, em alguns casos, como nos verbos locativos, uma decausativização, formando “médiadas”.

Em todos os processos acima, enfim, há alguma alteração na parte estrutural do significado, com a manutenção do sentido da raiz. Se a raiz permanece inalterada em processos gramaticais, como alternâncias argumentais, derivações lexicais e também na reflexivização, e se o argumento Y de verbos como *assaltar* pertence à raiz, ele não pode ser reflexivizado, isto é, ter seu valor denotativo alterado (igualado ao valor denotativo de X). Não se pode alterar o valor denotativo de Y porque Y pertence à raiz e a raiz é a parte do sentido lexical que deve permanecer constante.

É possível que em processos cognitivos ou pragmáticos de extensão de sentido, como nas metáforas e polissemias, o sentido da raiz possa ser alterado. Porém, em processos gramaticais, dentre os quais se inclui a reflexivização, a raiz deve permanecer inalterada. Propomos, portanto, que processos gramaticais alteram apenas a parte estrutural do significado, não a parte idiossincrática. Argumentos idiossincráticos (ou da raiz) tampouco podem ser alterados, e na reflexivização ocorre uma alteração no valor denotativo dos argumentos. Em outras palavras, a raiz de verbos como *assaltar* exige que os participantes X e Y tenham denotações diferentes e um processo que enxerga apenas a parte estrutural da decomposição, como a reflexivização, não pode violar tal exigência.

3.5 Quadro sinóptico das classes descritas

Veamos a seguir um resumo da análise das classes verbais télicas que relatamos nas seções anteriores deste capítulo:

Classes verbais	Exemplo	Forma básica	Formalística	
Verbo de mudança	Causativo/agentivo <i>caesar</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME <STATE>]	[X (ACT)] CAUSE [X BECOME <STATE>]	
	Mudança de estado	Estritamente causativo <i>proceder</i>	[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]	*[X] CAUSE [X BECOME <STATE>]
		Com locativo <i>despedir</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]	[X (ACT)] & [X BECOME [<STATE> [IN Z]]]
	Mudança de posse	Sem raiz <i>ter</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME Z]	[X (ACT)] CAUSE [X BECOME Z]
		Com raiz <i>prestar</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]	[X (ACT)] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]]
		Sem raiz <i>prezar</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [WITH Z]]]	[X (ACT)] CAUSE [X BECOME [WITH Z]]]
		Com raiz <i>acreditar</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]	[X (ACT)] & [X BECOME [IN <PLACE>]]]
	Mudança de locação	Sem raiz <i>colocar</i>	[X (ACT)] CAUSE [Y BECOME [IN Z]]]	[X (ACT)] & [X BECOME [IN Z]]]
		Tipo locar <i>alugar</i>	[X (ACT)<owner>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]	[X (ACT)<owner>] & [X MOVE [PATH Z]]]
	Verbo de movimento	Tipo ir <i>ir</i>	[X (ACT)<owner>] & [X MOVE [PATH Z]] & [Y MOVE [PATH Z]]]	* [X (ACT)<owner>] & [X MOVE [PATH Z]] & [X MOVE [PATH Z]]]
Tipo acompanhar <i>acompanhar</i>		[X (ACT)] & [AFFECT<owner> Y]	[X (ACT)] & [AFFECT<owner> X]	
Verbo de modo de afetação	Com raiz <i>afetar</i>	[X (ACT) EVENT (CC) X]	* [X (ACT) EVENT (CC) X]	
	Sem raiz <i>afetar</i>	[X (ACT) Y]	[X (ACT) Y]	

3.6 Considerações e generalizações sobre a análise desenvolvida

Nesta seção, oferecemos considerações e generalizações acerca da análise das classes verbais do PB reportada acima. Concentramo-nos em duas questões. Primeiro, tecemos alguns comentários finais sobre a questão das restrições à reflexivização. Em segundo lugar, procuramos explicar, de um ponto de vista semântico, a formação de “médias”.

3.6.1 Comentários finais sobre as restrições à reflexivização

A reflexivização tem algumas restrições específicas. São as restrições que chamamos de “iniciais” (o verbo tem de ser transitivo e poder ter argumentos ocupados por NPs animados) e a restrição percebida na análise dos verbos de mudança de estado estritamente causativos (a denotação dos argumentos reflexivizados tem de apontar indivíduos, e não eventualidades). Essas restrições resumem-se na definição de reflexivização em (27), repetida abaixo:

- (122) A reflexivização consiste em igualar o valor denotativo de duas variáveis que denotem indivíduos na estrutura semântica de um verbo.

As restrições à reflexivização de verbos como *acompanhar* e *assaltar*, discutidas nas seções 3.2 e 3.4, porém, não são específicas à reflexivização. Trata-se, no primeiro caso, de um princípio lógico, e, no segundo caso, de um princípio lexical que a reflexivização acabaria por ferir. No caso da reflexivização de verbos como *acompanhar*, parece haver um princípio que restringe a redundância presente em uma situação na qual um evento contém dois subeventos idênticos. Podemos também pensar em um caso de bloqueio lexical, como vimos. Já no caso da reflexivização de verbos como *assaltar*, postulamos um princípio segundo o qual o significado da raiz deve permanecer inalterado em um processo gramatical (como em derivações lexicais, alternâncias de diátese etc). Ou seja, no que concerne aos determinantes para a reflexivização, basta o que está dito em (122).

De fato, vimos que a maioria das classes verbais analisadas aceita reflexivização, conforme mostra o quadro na seção 3.5. Há, ainda, várias outras classes verbais no PB, que não foram analisadas neste trabalho, que também aceitam reflexivização. Alguns exemplos são:

- (123) a. Bruno ama Anita.
b. Bruno se ama.
- (124) a. Bruno viu Anita.
b. Bruno se viu.
- (125) a. Bruno considera Anita bonita.
b. Bruno se considera bonito.
- (126) a. Bruno desenhou Anita.
b. Bruno se desenhou.

Em (123), temos um verbo psicológico estativo, em (124), um verbo de percepção, em (125), um verbo cognitivo e em (126), um verbo de criação e todas essas classes verbais aceitam ser reflexivizadas (esses são apenas rótulos ou apelidos, pois não nos comprometemos com uma análise formalizada desses verbos, por decomposição de predicados, como fizemos para os verbos descritos nas seções anteriores).

A reflexivização parece, portanto, insensível às diferenças semânticas entre as classes verbais. Qualquer verbo transitivo com argumentos animados que denotam indivíduos aceitará ser reflexivizado, a menos que não haja violação de algum princípio semântico alheio à reflexivização (como a impossibilidade de haver subeventos concomitantes idênticos e a impossibilidade de alteração do significado da raiz em processos gramaticais). Não há uma classe específica, definida por sua estrutura de predicados decompostos, que sofre reflexivização. A princípio, parece haver uma sensibilidade em relação às classes, pois uma classe inteira, como a do verbo *secar*, aceita a reflexivização, e uma classe inteira, como a do verbo *acompanhar*, não a aceita. Porém, observe-se que, mesmo dentro de uma classe que parece aceitar a reflexivização, há verbos que não passam nas restrições iniciais, como *quebrar*, que só aceita um argumento interno inanimado e é da mesma classe de *secar*, que pode aceitar um argumento animado. A reflexivização, portanto, não é sensível à presença de uma estrutura ou subestrutura específica nas representações por decomposição de predicados que definem as classes verbais. As restrições iniciais tampouco pertencem a uma classe específica – trata-se de uma quantidade certa de argumentos (dois) e de algumas características necessárias desses argumentos (animados e denotadores de indivíduos), que classes das mais diversas podem apresentar.

Contraste-se a reflexivização com a incoativização, ou alternância causativo-incoativa, que é totalmente sensível a classes, melhor dizendo, à presença de uma estrutura semântico-lexical específica: apenas verbos que contêm a subestrutura [Y BECOME <STATE>] alternam entre uma forma causativa e uma incoativa (CANÇADO e GODOY, 2010, 2011, no prelo; CANÇADO e AMARAL, 2011). Além disso, não importa se o traço de animacidade está associado ao argumento; a forma incoativa ocorre tanto com argumentos inanimados quanto com argumentos animados. Ou seja, importa apenas se o verbo tem ou não tem a subestrutura [Y BECOME <STATE>] em sua decomposição semântica. Muitas vezes, a reflexivização é encarada como um processo semelhante à incoativização (ou à alternância causativo-incoativa). Para Grimshaw (1982) e Chierchia (2004), por exemplo, as alterações na estrutura semântica (argumental) são similares na reflexivização e na incoativização. Chierchia (2004) chega a dizer que a incoativização é um tipo de reflexivização e que há uma espécie de interpretação reflexiva nas sentenças incoativas (por isso, ambas recebem a mesma marca em algumas línguas, como nas românicas).

Neste trabalho, propomos que as alterações na estrutura argumental são bem diferentes nos dois casos. A linguagem da decomposição de predicados é capaz de mostrá-lo com clareza: na reflexivização, há alteração apenas no valor denotativo dos argumentos dos metapredicados, sem alteração nos metapredicados, a não ser na formação de médias, em que há uma decausativização, o que representamos com a substituição da conjunção CAUSE por &; na incoativização, há um apagamento de todo o subevento causador. A reflexivização é insensível às diferentes estruturas e a incoativização (ou alternância causativo-incoativa) é sensível a uma subestrutura específica. O que importa para a reflexivização são apenas os argumentos (se estão na quantidade certa e se podem denotar indivíduos animados) e o que importa para a incoativização é a presença de uma subestrutura. A reflexivização, portanto, é mais ampla que a incoativização em relação ao léxico verbal, pois pode ocorrer com verbos de diversas classes, enquanto que a incoativização (ou alternância causativo-incoativa) ocorre apenas dentro de uma classe verbal. Observações sobre o sincretismo do *se* na marcação desses dois processos serão tecidas no capítulo 4.

3.6.2 A formação de médias (reflexivas não-causativas)

Em várias das classes que descrevemos, a reflexivização gera uma interpretação que, na literatura, é conhecida como “média”. Retomemos um exemplo de cada classe que forma uma média quando reflexivizada:

- (127) a. João sentou Maria na cadeira.
b. João se sentou na cadeira.
- (128) a. João hospitalizou Maria.
b. João se hospitalizou.
- (129) a. João jogou Maria na piscina.
b. João se jogou na piscina.
- (130) a. João maquiou Maria.
b. João se maquiou.

Vimos que, apesar de intuitivamente se perceber a diferença semântica entre uma construção “média” (como nas sentenças em (b) acima) e uma “reflexiva *strictu sensu*” (como em *João se sujou* e *João se presenteou*), as definições de média encontradas na literatura, bem como os determinantes semânticos para esse tipo de interpretação, ainda não estão bem explicitados, conforme resenhamos no capítulo 1.

Propomos aqui uma solução para esses problemas descritivos, usando a decomposição de predicados como ferramenta. Nessa linguagem semântica, define-se mais claramente o que se chama de “média” e qual a sua diferença em relação à “reflexiva *strictu sensu*”. Além disso, identificam-se os contextos em que ocorre a média – os tipos de situação ou de verbos –, sobre os quais elaboramos também uma explicação. Vamos tratar de cada uma dessas questões.

3.6.2.1 Definição de média

A interpretação “média” foi intuitivamente descrita por Câmara Jr. (1972) como uma espécie de ação reflexiva que “não sai do âmbito” do participante. Com a ferramenta da

decomposição de predicados, podemos definir essa intuição de maneira mais formalizada: ela ocorre sempre que houver duas variáveis de mesmo valor denotativo e uma relação de simultaneidade entre dois subeventos em uma estrutura semântica. Abaixo, repetimos as representações por decomposição de predicados das formas básica e reflexiva de cada uma das classes exemplificadas acima. As estruturas abaixo podem ser lidas acompanhando os exemplos em (127)-(130), na sua ordem:

- (131) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]]
 b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] & [X BECOME [<STATE> [IN Z]]]]
- (132) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]
 b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] & [X BECOME [IN <PLACE>]]]
- (133) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT<MANNER>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]
 b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT<MANNER>] & [X MOVE [PATH Z]]]
- (134) a. $v_{\text{básico}}$: [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> Y]]
 b. $v_{\text{reflexivo}}$: [[X ACT] & [AFFECT<MANNER> X]]

Os verbos de mudança de estado com locativo, representados em (131), os de mudança de locação, representados em (132), e os de movimento, representados em (133), sofrem decausativização quando reflexivizados, o que representamos pela troca da conjunção CAUSE, na forma básica, pela conjunção &, na forma reflexiva. Os verbos de modo de afetação, representados em (134), por outro lado, já apresentam, na forma básica, uma relação de simultaneidade entre os subeventos, representada pela conjunção &.

De forma resumida, então, a “média” ocorre quando, em uma determinada forma verbal, há uma ideia de reflexividade (o que é representado, em uma estrutura de decomposição de predicados, por dois argumentos com mesmo valor) e uma relação de concomitância entre os subeventos (o que é representado pela conjunção &). Já na “reflexiva *strictu sensu*”, há uma ideia de reflexividade (representada por duas variáveis de mesmo valor) e uma relação de sequencialidade/causalidade entre os subeventos (representada pela conjunção CAUSE). Ou seja, a “média” é uma reflexiva não-causativa e a “reflexiva *strictu sensu*” é uma reflexiva causativa, como vimos. A ausência de uma causa nas médias ocorre ou porque há uma decausativização na

reflexivização, como nos casos em (131)-(133), ou porque a própria forma básica do verbo já é não-causativa, como em (134).

Como vimos, há outros casos que, na literatura, são também classificados como “situações médias”. As incoativas (como em *A porta se abriu*), por exemplo, são consideradas por Kemmer (1993) e Camacho (2003) como médias. O que há em comum entre o que chamamos de médias (reflexivas não-causativas) e as incoativas é a ausência da causalidade. Na incoativização, há uma decausativização porque há supressão de todo o subevento desencadeador (e a conjunção CAUSE ocorre apenas quando há dois subeventos, relacionando-os). Já na formação de médias de verbos como *sentar* e *vestir*, há decausativização porque a relação entre os subeventos muda: eles ocorrem simultaneamente, em um só corpo, e não sequencialmente, relacionados por causa; apesar de os subeventos concomitantes serem interpretados como uma só eventualidade, não há apagamento de subeventos, apenas uma sobreposição. Excetuando-se a ausência da causalidade, média e incoativa são coisas diferentes – diferenças importantes entre reflexivização e incoativização foram apontadas na seção anterior.

No caso dos verbos de modo de afetação, como *maquiar*, a formação da média é um resultado óbvio da reflexivização, pois, já na forma básica, esses verbos têm uma relação de simultaneidade entre seus subeventos (representada pela conjunção &). Nos demais casos, de (131)-(133), é preciso explicar por que ocorre a decausativização quando o verbo é reflexivizado. Na seção seguinte, propomos qual seja o determinante para a decausativização na formação de médias e propomos uma explicação para essa determinação.

3.6.2.2 Determinante da decausativização na formação de médias

Em primeiro lugar, vamos apontar o que há em comum em verbos como *sentar*, *hospitalizar* e *jogar*, cujas classes representamos em (131)-(133), que parece determinar a decausativização que sofrem quando eles são reflexivizados. Partimos do pressuposto segundo o qual certo comportamento linguístico semelhante (nesse caso, a decausativização) indica um traço semântico comum, conforme Levin (1993).

O traço semântico compartilhado por verbos de mudança de estado com locativo, como *sentar*, verbos de mudança de locação, como *hospitalizar*, e verbos de movimento, como *jogar*, é a ideia de movimento. Nos verbos tipo *jogar*, como se vê em (133), há um

metapredicado (MOVE) que representa essa ideia. Já nos verbos de mudança de estado com locativo (*sentar*) e de mudança de locação (*hospitalizar*), o movimento é um acarretamento decorrente da combinação dos metapredicados na estrutura semântica. A combinação de BECOME e IN acarreta um movimento necessário para o participante que sofre a mudança, como já dissemos. Aqui, não distinguimos se o movimento é com deslocamento, como nos verbos tipo *jogar*, ou sem deslocamento, como nos verbos com argumento locativo, como *sentar*.

Propomos que a ideia de movimento, contida no sentido de um verbo (na forma do metapredicado MOVE ou como um acarretamento a partir da combinação de BECOME e IN) é o determinante semântico para a decausativização que ocorre quando esse verbo é reflexivizado, formando o que chamamos de uma “média”. É necessário, então, explicar qual é a relação entre o movimento e a decausativização.

A fim de fornecer essa explicação, partimos da hipótese de Vendler (1984) (apud PARSONS, 1990), já mencionada, segundo a qual há ambiguidade nas construções que expressam movimento. O autor propõe que uma sentença como *John moved his arm* (*João moveu seu braço*) é ambígua entre uma leitura não-causativa e uma leitura causativa. Coloquemos contextos hipotéticos para evidenciar cada leitura. Em uma leitura não-causativa, João simplesmente ergue ou balança um braço, sem nenhum instrumento. A paráfrase poderia ser algo como *John directly moved his arm* (*João moveu seu braço diretamente*). Já a leitura causativa poderia descrever uma situação na qual João, com a ajuda de um instrumento, como uma alavanca, por exemplo, e usando um braço para manuseá-la, faz seu outro braço se mover. Essa leitura poderia ser parafraseada como *John caused his arm to move* (*João causou o movimento de seu braço*). O autor sugere, então, que o verbo *move* é ambíguo entre significar *cause to move* (*causar o movimento*) ou *directly move* (*mover diretamente*).

Podemos relacionar essa ambiguidade apontada por Vendler (1984) com a diferença entre os dois tipos de conjunções com que lidamos neste trabalho. Enquanto o movimento sem a alavanca é uma concomitância de ações, conceptualizada como uma só eventualidade (um movimento volitivo), o movimento com a alavanca é uma sequência de ações, relacionadas por uma causa. Se fôssemos representar essas duas leituras na linguagem da decomposição de predicados, então, usaríamos, para a primeira, a conjunção & e, para a segunda, a conjunção CAUSE. É importante, no entanto, atentar para o fato de que falta uma informação na proposta de Vendler. Não é qualquer ação de movimento que apresenta a ambiguidade entre uma leitura

causativa e uma leitura não-causativa. Por exemplo, usando o próprio verbo *mover*, em uma sentença como *João moveu a pedra*, não há qualquer ambiguidade na relação entre a ação de João e o movimento da pedra. É apenas em situações de reflexividade que ocorre a ambiguidade.

Vamos, então, explorar a intuição de Vendler (1984) acerca das ações de movimento, acrescentando a ela a restrição de que só há ambiguidade em situações de reflexividade. Vamos propor relacionar as duas leituras do movimento reflexivo, causativa e não-causativa, a uma oposição entre um “motor externo” e um “motor interno” dos movimentos, que por sua vez se relacionam com a animacidade. O motor interno está contido nos seres animados e o motor externo ocorre causando o movimento de uma entidade qualquer. O motor interno é uma força interna ao participante animado, que o põe em movimento, e o motor externo é uma força exterior ao objeto que se move. Se o motor é interno, o participante age e se move ao mesmo tempo, ou, em outras palavras, se move volitivamente; a ação e o movimento ocorrem em um mesmo corpo e de maneira sobreposta em uma linha do tempo. Se o motor é externo, o participante age anteriormente ao movimento (seu próprio movimento ou o de um participante diferente), e essa ação é a causa do movimento; os dois subeventos ocorrem em dois corpos (ainda que correspondam a um mesmo participante no mundo), pois não se sobrepõem em uma linha temporal.

Se seguirmos essa hipótese da ambiguidade do movimento reflexivo, então, todos os verbos que contêm a ideia de movimento na forma reflexiva deveriam apresentar a ambiguidade entre uma leitura causativa, na qual há um motor externo, e uma leitura não-causativa, na qual há um motor interno. Porém, vimos que apenas os verbos do tipo *jogar* apresentam ambiguidade na forma reflexiva; os demais verbos de movimento – os da subclasse de *sentar* e os da subclasse de *hospitalizar* – parecem apresentar apenas uma leitura não-causativa (média) quando reflexivizados. Repetimos, abaixo, alguns exemplos:

(135) João se jogou na piscina.

(136) João se sentou na cadeira.

(137) João se hospitalizou.

Vimos que uma sentença como em (135) pode ter ambas as leituras reflexiva não-causativa (média) e causativa. Na leitura causativa, seria necessário um contexto bem marcado, no qual o

participante usa, por exemplo, uma catapulta para jogar a si mesmo na piscina. Kemmer (1993), na verdade, propõe um contexto muito marcado, no qual se poderia atribuir uma leitura causativa a uma sentença como em (136): um contexto no qual o participante é paraplégico e, devido à sua condição peculiar, é conceptualizado como dois indivíduos – um que habita a mente e outro, inanimado, que habita o corpo. Se o participante João tem tal condição física, ele aciona um motor externo, como um determinado aparelho fisioterápico, por exemplo, que faz o seu corpo, desprovido de motor interno, ficar sentado na cadeira. A leitura causativa de verbos reflexivos que exprimem movimento, então, parece possível, porém apenas em situações muito marcadas. Para interpretar a leitura na qual o motor do movimento é externo, é necessário entender que um participante age e, como resultado consequente de sua ação, é movido. Esse movimento seria como o de um objeto inanimado, cuja causa é uma força externa a esse objeto. Porém, se o participante não tem um motor interno que o faça se mover (como um portador de paralisia física), deve dispor de algum instrumento (como uma catapulta ou um aparelho fisioterápico), que sirva de motor (externo) do movimento do seu corpo. Podemos, então, generalizar a partir da sugestão de Vendler (1984): há sempre ambiguidade no movimento reflexivo. Porém, devemos ressaltar que os verbos reflexivos de movimento recebem, preferencialmente, uma interpretação não-causativa, ou “média” e, apenas em contextos muito marcados, podem receber uma interpretação causativa. Isso é esperado se associamos animacidade com a presença de um motor interno, em situações normais.

Resumindo o que foi dito nesta seção, vimos que o que é chamado de “média” na literatura pode receber uma definição mais precisa, se usamos a linguagem da decomposição de predicados: a média é uma reflexiva não-causativa. No *corpus* analisado, vimos que ocorre a interpretação média na reflexivização de verbos de modo de afetação e de verbos que denotam movimento. No primeiro caso, a não-causação é esperada, já que o verbo é não-causativo em sua forma básica (a reflexivização apenas altera a denotação dos argumentos). No segundo caso, dos verbos que denotam movimento, ocorre uma decausativização no processo de reflexivização, ou seja, o verbo perde a ideia de causa, na forma básica, substituindo-a pela simultaneidade, na reflexiva. Postulamos que o determinante para essa decausativização é a ideia de movimento presente nos verbos, e que isso se deve ao fato de conceptualizarmos o movimento dos seres animados como movimentos que partem de um motor interno. O motor interno é uma ação concomitante ao movimento que desencadeia. Assim, a relação entre a ação e o movimento é a de

simultaneidade, ocorrendo de maneira sobreposta em uma linha do tempo e em um mesmo corpo. Vimos também que em contextos muito marcados o movimento reflexivo dos seres animados pode ser causativo, se entendemos que o ser é desprovido de um motor interno (como na paralisia motora). Assim, reforçamos (e desenvolvemos) a hipótese de Vendler (1984) acerca da ambiguidade do movimento.

Para finalizar, apesar de muito se referir a uma forma “média” e de se buscar traçar a sua diferença em relação a uma forma “reflexiva *strictu sensu*”, na verdade, trata-se em ambos os casos de uma semântica reflexiva. Ocorre apenas que a primeira é não-causativa, na qual os subeventos são sobrepostos, e a segunda é causativa, na qual os subeventos são sequenciais.

4 REFLEXIVIZAÇÃO E GRAMÁTICA

No capítulo anterior, propusemos, na linguagem da decomposição semântica de predicados, uma comparação entre a semântica lexical de uma classe verbal e a semântica da forma reflexiva dessa mesma classe verbal. Assim, para que pudéssemos fazer a comparação entre os dois significados e, dessa maneira, encontrar respostas às questões semânticas sobre a reflexivização, assumimos que a estrutura reflexiva é a representação de uma forma verbal. Porém, não nos questionamos sobre o lugar que essa forma verbal ocuparia em uma teoria gramatical.

Este capítulo contém uma discussão sobre como as generalizações descritas no capítulo anterior podem se alocar em uma teoria da gramática. O que vai desencadear tal discussão é a seguinte pergunta: o que é, de um ponto de vista gramatical, aquilo que viemos chamando de “forma reflexiva” de um verbo? A representação de uma forma verbal reflexiva, na verdade, pode ser encarada de duas maneiras, que coincidem com as posições tomadas na literatura sobre a reflexivização: ou é uma representação lexical (como assumimos inicialmente, sem argumentar a esse respeito) ou é uma representação da interpretação de uma derivação sintática que inclui aquele verbo, ou seja, a representação de uma sentença. Podemos, então, adotar uma perspectiva lexical ou uma perspectiva sintática para a análise da reflexivização e, em cada perspectiva, a representação por decomposição de predicados da forma reflexiva de um verbo assume um papel diferente.

Inicialmente, então, neste capítulo, consideramos as abordagens lexical e sintática da reflexivização, elegendo a abordagem sintática como a mais adequada, com base nas justificativas que vamos apresentar. Em seguida, elaboramos uma proposta para encaixar a análise sintática da reflexivização em um modelo de gramática que podemos chamar de “tradicional”, em relação à literatura em linguística. Trata-se de um modelo gramatical em que há um léxico, onde estão contidas as estruturas argumentais, uma sintaxe e dois módulos interpretativos, o fonológico e o semântico. Essa visão da gramática remonta ao clássico modelo de “Princípios e Parâmetros”, de Chomsky (1981), no entanto, exclui algumas especificidades,

como a diferença entre um nível profundo e um nível superficial na sintaxe. Importante é que esse modelo gramatical “tradicional” parece acomodar as generalizações encontradas.

Neste capítulo, também discutimos contraevidências à nossa proposta gramatical e sugerimos possíveis soluções. Por fim, tecemos algumas considerações sobre o *se*, que, além de marcar a reflexivização, apresenta outras funções no português.

4.1 A perspectiva lexical da reflexivização

Na perspectiva lexical da reflexivização, a forma reflexiva de um verbo pode ser encarada como uma entrada lexical básica ou como um verbo derivado, a partir de uma operação. Na literatura, encontramos várias argumentações, como as de Grimshaw (1982), Marantz (1984), Chierchia (2004) e Doron e Rappaport (2009), a favor da reflexivização como uma operação lexical, ou seja, que deriva um verbo reflexivo de um verbo não-reflexivo.

Para Grimshaw (1982), o *se* românico é um marcador de uma operação lexical que deriva um verbo de outro, a partir de uma operação chamada “reflexivização”. Essa operação toma a estrutura argumental básica de um verbo, em que há dois argumentos distintos, e liga um argumento ao outro (por “ligação” entende-se uma dependência referencial de um argumento em relação a outro). Em seguida, atribui um valor zero ou nulo à função gramatical do argumento ligado, enquanto o argumento que o governa mantém a função de sujeito, no seu mapeamento até a sintaxe (a autora utiliza a teoria “Lexical-Functional Grammar”, na qual as funções gramaticais são primitivos). Nessa proposta, portanto, o verbo chega até a sintaxe já na sua forma reflexiva e o clítico *se* é não-argumental, sendo um mero marcador de uma operação lexical.

As propostas de Chierchia (2004) e Marantz (1984) atingem esse mesmo resultado – um verbo reflexivizado desde o léxico –, variando apenas quanto à operação lexical que o deriva. Para Chierchia, a reflexivização lexical apaga o argumento interno, gerando um verbo inergativo a partir de uma base transitiva. Há um adicional nessa proposta, para dar conta da interpretação reflexiva resultante. Além do apagamento do argumento interno, há um “postulado semântico” na reflexivização (que parece ser uma regra extra), que garante que o único argumento receberá uma interpretação reflexiva, ou, usando a simplificação de Reinhart e Siloni (2005), $V(x, x)$, e não $V(x)$. Para Marantz, a reflexivização lexical gera não um verbo inergativo, como para Grimshaw

(1982) e Chierchia (2004), mas um verbo inacusativo, ou seja, é o argumento externo que é reduzido, sendo o sujeito sintático de um verbo reflexivizado um sujeito derivado.

Para Doron e Rappaport (2009), a reflexivização é uma operação lexical que “constrói o verbo e envolve uma identificação semântica do papel externo com o papel interno” (p.76). Porém, as autoras, retomando o clássico trabalho de Reinhart e Reuland (1993), distinguem reflexivização, uma operação semântico-lexical, de ligação anafórica, uma composição na sintaxe. Para elas, a reflexivização lexical formaria apenas o que chamamos aqui de média, enquanto a ligação anafórica formaria o que chamamos de reflexiva *strictu sensu*. As autoras observam ainda, corretamente a nosso ver, que, na literatura, muitas vezes dá-se exemplos de médias como sendo de reflexivas. Para elas, e também neste trabalho, é relevante fazer uma distinção entre as duas, como vimos.

4.2 Status argumental do clítico *se* marcador de reflexivização

Há uma extensa discussão na literatura sobre se o verbo reflexivizado é inergativo ou inacusativo. Dentre os autores que advogam pela análise inergativa, estão Grimshaw (1982), Chierchia (2004), Reinhart e Siloni (2005) e Dobrovie-Sorin (2006) e, dentre os que argumentam pela inacusatividade, estão Marantz (1984), Burzio (1986) e Pesetsky (1995). Essa discussão ocorre quer se encare a reflexivização como uma operação lexical, como Grimshaw, ou como uma derivação sintática, como Pesetsky. O embate inergativo *versus* inacusativo para os verbos reflexivizados não nos interessa aqui porque, diferentemente dos autores supracitados e em concordância com as análises mais tradicionais da reflexivização (CHOMSKY, 1981; NUNES, 1995; ILARI et al., 1996; MIOTO *et al.*, 2005; BECHARA, 2000; CAMACHO, 2003 e também DORON e RAPPAPORT, 2009 de certa forma, como veremos), vamos encarar o clítico *se* reflexivo como um pronome argumental e não como um marcador de derivação lexical sem valor de argumento. Se o clítico *se* é encarado como um argumento, o verbo não se intransitiviza e, portanto, não há porque discutir se se trata de um inacusativo ou um inergativo.

Vamos assumir que o clítico *se* tem um *status* de argumento. Não há evidências no português que demonstrem que *se* de sentenças reflexivas não é um argumento, pois a sua distribuição é idêntica à dos pronomes acusativos e oblíquos como *o* e *lhe*. Além disso, podemos perceber que, enquanto o *se* reflexivo não pode ser apagado com manutenção de sentido, outros

tipos de *se*, que parecem ser de fato não-argumentais, podem ser apagados no PB. Compare-se uma sentença reflexiva, como em (1), com uma sentença incoativa, como em (2), e a possibilidade de apagamento do clítico sem perda de sentido apenas no segundo caso:

(1) a. Bruno *se* presenteou.

b. *Bruno presenteou.

(2) a. A porta *se* abriu.

b. A porta abriu.

Da mesma maneira que o *se* de reflexivas, um pronome oblíquo como *lhe* não pode ser apagado com manutenção do sentido da sentença:

(3) a. Bruno *lhe* deu um presente.

b. *Bruno deu um presente.

A impossibilidade do apagamento de *se* em (1b) e do pronome *lhe* em (3b) é facilmente explicada se assumimos que essas partículas são argumentos verbais (vale dizer que as sentenças acima são observadas como menções; assim, no apagamento de argumentos não se recupera nenhuma informação contextual implícita, daí a sua agramaticalidade).

As evidências propostas na literatura para demonstrar o caráter não-argumental do *se* românico são testes que valem apenas para o francês, a partir do trabalho inicial de Kayne (1975). Segundo Dobrovie-Sorin (2006), Burzio (1986) tenta adaptar as evidências do francês para o italiano, mas o assunto ainda “permanece em aberto” (p. 124). Mesmo com relação ao francês, Doron e Rappaport (2009) contra-argumentam as evidências primeiramente apresentadas por Kayne (1975). Tomemos como exemplo a evidência da seleção do auxiliar no tempo passado composto, naquela língua. Sentenças com pronomes comuns selecionam *avoir* (*ter*) como auxiliar, mas sentenças com *se* reflexivo/recíproco selecionam *être* (*estar*), com um mesmo verbo:

(4) Ils les *ont* embrassé

Eles os tiveram abraçado

‘Eles os abraçaram’

(5) Ils se *sont* embrassés

Eles se foram abraçados

‘Eles se abraçaram’

(6) *Ils se *ont* embrassé

Eles se tiveram abraçado

Kayne (1975) visa mostrar que um verbo reflexivizado com *se* se comporta como um verbo intransitivo, enquanto que um verbo composto com um pronome não-reflexivo se comporta como um verbo transitivo. Para o autor, a ocorrência do auxiliar *etre* (*ser*) em vez do auxiliar *avoir* (*ter*) no exemplo em (5) acima indicaria uma mudança de transitividade no verbo *embrasser* (*abraçar*), quando ele é reflexivizado. Se o verbo se torna intransitivo quando reflexivo, é porque *se* não tem *status* de argumento como *les*, um pronome acusativo não-reflexivo. Entretanto, Doron e Rappaport (2009) argumentam que a troca do auxiliar não se relaciona com uma mudança de transitividade no verbo, mas com a posição sintática do argumento interno. Sem adentrar em uma discussão sobre inacusatividade, vale observar que há verbos intransitivos (inergativos) que selecionam *avoir* (*ter*) como auxiliar; por exemplo, em *il a dansé* (*ele dançou*). Ou seja, o tipo do auxiliar no tempo passado composto em francês não indica qual é a transitividade do verbo.

Dentre os assuntos tratados na literatura sobre a reflexivização, então, deixamos de lado o embate inacusativo *versus* inergativo, assumindo que o *se* de sentenças reflexivas é um pronome argumental. Enfocaremos mais detidamente o embate lexical *versus* sintático, que nos interessa em nossa procura por um modelo gramatical que dê conta da descrição semântica que fizemos do fenômeno da reflexivização no PB. Vamos, a seguir, discutir evidências de que a reflexivização é uma composição sintática em português.

4.3 Evidências para uma versão sintática da reflexivização

Uma das evidências mais contundentes de que a reflexivização nas línguas românicas é uma composição sintática (e não uma operação lexical) foi originalmente proposta por Marantz (1984). O autor usou a evidência para argumentar a favor de uma análise inacusativa dos verbos

reflexivos, porém, como observam Reinhart e Siloni (2005), essa evidência serve, na verdade, para atacar qualquer versão lexical da reflexivização, seja a inacusativa ou a inergativa. Trata-se da reflexivização em predicados ECM, como nos exemplos abaixo:

(7) a. João viu Maria saindo de casa.

b. João se viu saindo de casa.

(8) a. João ouviu Maria chorar.

b. João se ouviu chorar.

(9) a. João acha Maria bonita.

b. João se acha bonito.

Nas sentenças em (a) de (7)-(9), temos contextos de marcação excepcional de caso (ECM). O argumento *Maria* é o sujeito semântico das *small clauses* *saindo de casa*, *chorar* e *bonita*, mas é o objeto sintático dos verbos das orações principais, *ver*, *ouvir* e *achar*. Ou seja, recebe do predicado da *small clause* o seu papel temático, mas do verbo da oração principal, o seu caso. Nas sentenças reflexivas em (b), a anáfora *se* tem como antecedente o sujeito da oração principal, ainda que ela seja o sujeito semântico da *small clause*. Ou seja, a anáfora não é um argumento semântico dos verbos *ver*, *ouvir* e *achar* (o argumento semântico é toda a *small clause*), assim como *Maria* nas sentenças em (a) não o é. Assim, não é possível uma operação no léxico que iguale o valor denotativo desse argumento ao do argumento externo, simplesmente porque ele não é um argumento lexical do verbo.

A segunda evidência de que a reflexivização não é uma operação lexical foi apontada por Kaufmann (2007). A autora mostra que a interpretação reflexiva depende de propriedades semânticas dos NPs que preenchem as posições argumentais do verbo, não apenas das propriedades do verbo. É preciso, por exemplo, que o NP que ocupa a posição de sujeito denote um ente animado, para que se interprete a sentença em (10) como reflexiva, e não como incoativa. A sentença em (11), construída com um NP inanimado, só pode ser interpretada como incoativa:

(10) João se sujou.

(11) O sapato se sujou.

Vimos anteriormente que apenas verbos que permitem argumentos animados podem formar reflexivas, independentemente de sua classe (essa é uma das “restrições iniciais à reflexivização”). Na verdade, vamos reformular essa exigência: a interpretação reflexiva só ocorre se de fato o NP preenchedor da posição de sujeito denotar um ente animado. Ou seja, a interpretação reflexiva depende de uma composição do verbo com um determinado tipo de NP (além da anáfora), o que só pode ocorrer na sintaxe. Vale dizer que tanto a sentença em (10) quanto a sentença em (11) podem ter uma leitura incoativa, o que mostra que a incoativa independe das propriedades do argumento-sujeito. A interpretação incoativa, então, não ocorre devido a uma composição específica na sintaxe, mas parece tratar-se de algo lexical. Ou seja, um verbo que vem desde o léxico com um sentido incoativo e que não muda a depender das propriedades do NP preenchedor da posição de sujeito. Devido a essa evidência, divergimos de Kaufmann (2007), para quem o sentido da incoativa é um resultado interpretativo de uma composição sintática específica, como ocorre com a reflexiva.

A terceira evidência, apontada por Reinhart e Siloni (2005), foi confirmada neste trabalho: a reflexivização é insensível às classes verbais. A conhecida “hipótese lexicalista”, desenvolvida a partir de Chomsky (1970), propõe que a sintaxe é o lugar dos processos regulares na gramática e o léxico, dos processos idiossincráticos ou mais restritos²⁷. A regularidade ou produtividade de um processo em meio às classes de palavras, então, vem servindo, na literatura, como diagnóstico para que se adote uma perspectiva sintática ou lexical na análise. Por exemplo, a afixação com *-vel* só ocorre em verbos transitivos diretos (*amável*, mas **precisável* e **corrível*), enquanto que a anexação do gerúndio *-ndo* ocorre com qualquer verbo do português (*amando*, *precisando*, *correndo*). Pode-se, então, pensar que a afixação com *-vel* é uma derivação no léxico, pois é restrita por informações lexicais da classe verbal (no caso, a transitividade); já a anexação de *-ndo*, parece se dar na sintaxe, pois não “enxerga” especificações lexicais.

Compare-se agora a incoativização com a passivização. A incoativização só ocorre com a classe dos verbos de mudança de estado, conforme já dissemos (CANÇADO e GODOY 2010, 2011, no prelo e CANÇADO e AMARAL, 2011). Na linguagem da decomposição semântica de predicados, as autoras explicam essa restrição da seguinte forma: apenas a classe

²⁷ Essa hipótese é citada principalmente com relação à morfologia e, em poucas linhas, significa separar derivação de flexão em lugares diferentes na gramática – léxico e sintaxe, respectivamente.

que contém o subevento [Y BECOME <STATE>] em sua estrutura argumental semântica ocorre na alternância causativo-incoativa. Já a passivização ocorre quase indiscriminadamente sobre os verbos transitivos do português, quaisquer sejam as classes a que pertençam:

- (12) João sujou / limpou / perfumou / encaixotou / desenhou / admirou a roupa.
- (13) A roupa sujou / *limpou / *perfumou / *encaixotou / *desenhou / *admirou.
- (14) A roupa foi sujada / cortada / perfumada / encaixotada / desenhada / admirada (por João).

Ciríaco (2011) aponta pelo menos oito classes verbais em português que aceitam passivização; dessas, apenas uma (a de mudança de estado, como *sujar*) aceita incoativização. Nos exemplos acima, mostramos verbos de seis classes diferentes, comparando a produtividade da incoativa com a da passiva. Para Ciríaco, que adota um contínuo entre o léxico e a sintaxe em sua proposta gramatical, a passivização está no extremo sintático, enquanto a incoativização está no extremo lexical.

Agora observemos a reflexivização. Nos verbos com os quais lidamos, individualizamos ao todo dez subclasses verbais (excetuando-se a distinção entre verbos com e sem raiz, que elevariam o número de subclasses a 13), dentre as quais apenas três não aceitam reflexivização. Fora do nosso recorte descritivo, há ainda várias outras classes de verbos do PB que podem ser reflexivizados, como verbos psicológicos estativos (*João se ama*), verbos de cognição (*João se viu*) e verbos de criação (*João se desenhou*), dentre outros. Ou seja, a reflexivização parece ser um processo produtivo com relação às classes verbais do português. No sentido da produtividade, então, a reflexivização se assemelha mais à passivização que à incoativização. Se entendemos, em consonância com a hipótese lexicalista, que os processos no léxico são restritos por informações semântico-lexicais e que os processos na sintaxe são mais produtivos e insensíveis às peculiaridades de cada classe lexical, a reflexivização pode ser encarada como um fenômeno sintático.

Vamos agora discutir uma quarta evidência, que tem um caráter tipológico, também apontada por Reinhart e Siloni (2005). Para as autoras, há línguas que realizam a reflexivização no âmbito lexical, enquanto que o português (e as demais línguas românicas) a realiza no âmbito

sintático. Comparativamente, elas mostram que, nas línguas em que o fenômeno é lexical (como o húngaro), verbos reflexivizados podem sofrer nominalização, o que não ocorre em português:

(15) mos-akod-ás
lavar-REFL-NMLZ
'autolavagem'

(16) **se-lavagem* ou **lavagem-se*

A ideia de Reinhart e Siloni é a de que, se o verbo reflexivizado é formado no léxico, ele pode ser o *input* de outra derivação lexical, como a nominalização. Assim, o húngaro, que apresenta nominais reflexivos, seria uma língua de reflexivização lexical. Se a reflexivização, por outro lado, ocorre na sintaxe, não é possível “retornar” ao módulo lexical para realizar a nominalização. Assim, o português, que não permite nominalizações de verbos reflexivos, seria uma língua de reflexivização sintática. Atente-se para o fato de que o afixo reflexivo na nominalização em húngaro é o mesmo afixo que forma verbos reflexivos. Ou seja, é possível dizer que o nominal deriva do verbo. Para testar a nominalização em português, em comparação com o húngaro, devemos usar a mesma marca que forma verbos reflexivos – no caso, o clítico *se* –, mostrando que é impossível derivar um nominal de um verbo reflexivizado. A existência de nominais reflexivos em português, como *autolavagem*, *autoexplicação* e *autopunição* não é, então, um contraexemplo à evidência de Reinhart e Siloni. Trata-se de uma derivação no léxico que forma nominais afixados por um prefixo de sentido reflexivo. O que não pode ocorrer, na previsão das autoras, é a nominalização de um verbo que parece se reflexivizar na sintaxe (como *lavar-se* e *presentear-se*).

Colocaremos agora uma ponderação com relação à evidência de Reinhart e Siloni. O exemplo do húngaro que as autoras mostram parece usar um tipo de verbo cuja semântica leva a uma interpretação média (*lavar*). A média, como veremos adiante, apresenta algumas características lexicais, diferentemente da reflexiva *strictu sensu*. Seria necessário averiguar se em húngaro ocorre nominalizações com reflexivas *strictu sensu*, como em *presentear-se*, em português. Se isso ocorrer, seria um indício forte de que a reflexivização é mesmo lexical naquela língua. Por outro lado, se não ocorrer nominalização de verbos que formam reflexivas *strictu sensu*, será um caso de se investigar a diferença entre média e reflexiva *strictu sensu*. Como

vimos, é essa a crítica que Doron e Rappaport (2009) fazem ao trabalho de Reinhart e Siloni (2005): as últimas agrupam reflexivas *strictu sensu* e médias sob o mesmo rótulo de “reflexivas”, mas é necessário distingui-las, no que concerne à oposição léxico/sintaxe. Além disso, as afirmações das autoras são exemplificadas com poucos dados, o que nos impede, por exemplo, de identificar a classe verbal que está sofrendo um processo, de saber se o fenômeno em questão é uma média ou uma reflexiva *strictu sensu* etc.

A quinta evidência que vamos discutir também foi apontada por Reinhart e Siloni (2005) e também se vale de uma comparação tipológica entre línguas que realizam a reflexivização no léxico e línguas que a realizam na sintaxe. As autoras afirmam que apenas línguas em que o fenômeno é sintático podem reflexivizar verbos com argumentos dativos. Comparem-se os exemplos do português (língua sintática) com o exemplo do hebraico (língua lexical), oferecido pelas autoras:

(17) Bruno se deu um presente / se mandou uma carta.

(18) *Dan hištale’ax mixtav
Dan mandou(REFL) uma carta

Para Reinhart e Siloni, o porquê do contraste tipológico acima é o fato de que as línguas lexicais são mais restritas na reflexivização, que incide apenas sobre verbos com argumentos agente e tema. Já nas línguas sintáticas, a reflexivização ocorre mais indiscriminadamente, podendo, inclusive, incidir sobre um argumento alvo (dativo).

Essa evidência seria, então, um reforço da terceira evidência que listamos (produtividade da reflexivização em línguas sintáticas). Porém, apontamos alguns problemas com relação a esse diagnóstico. Em primeiro lugar, o inglês, que é classificado pelas autoras como uma língua de reflexivização lexical, pode reflexivizar argumentos dativos, usando a anáfora *self*:

(19) John gave himself a present/ sent himself a letter.

Para as autoras, as construções com anáforas *self* não são exemplos de reflexivização lexical em inglês, mas de composições sintáticas. Ora, se o inglês e o português são intertraduzíveis com relação à reflexivização de dativos, os processos parecem ser os mesmos em ambas as línguas. A

reflexivização de argumentos dativos parece ser um caso de reflexiva *strictu sensu*, tanto em português quanto em inglês. Assim, esse fenômeno não parece ser um diagnóstico confiável para decidir se a língua tem reflexivização no léxico ou na sintaxe. Além disso, propomos, neste trabalho, que o conteúdo dos papéis temáticos não restringe a reflexivização em português, generalização que estendemos às demais línguas, como hipótese. O fato de o hebraico não reflexivizar argumentos dativos não deve ser uma restrição ao tipo de papel temático dos argumentos envolvidos na reflexivização, como propõem Reinhart e Siloni. As autoras afirmam que apenas verbos com argumentos agente e tema aceitam serem reflexivizados nas línguas lexicais, mas será verdade? Por exemplo, não haveria em hebraico reflexivização de verbos psicológicos estativos (com papéis que não são agente e tema), como no exemplo do português *João se ama*? Mais uma vez, a escassez de dados não nos permite confiar nas afirmações das autoras. Então, devido ao fato de o diagnóstico não prever a identificação do inglês como uma língua de reflexivização lexical (o que é tido como verdade pelas próprias autoras) e de a reflexivização em geral não parecer ser restrita pelo conteúdo dos papéis temáticos, descartamos a reflexivização de dativos como evidência para um caráter sintático da reflexivização em português.

Porém, vamos nos ater a esse fenômeno no português, aprofundando a sua observação, de modo a propor outra evidência do caráter sintático da reflexivização nessa língua. Para começar a discussão, observe-se que apenas verbos que têm argumentos dativos lexicais aceitam a reflexivização. Por exemplo, *dar* e *mandar* acarretam um alvo dentre seus participantes, além da fonte e do tema, mas não é o caso de *vencer*, por exemplo, que não acarreta um alvo logicamente, e que, por isso, não aceita a reflexivização do argumento (na verdade, um adjunto) preposicionado:

- (20) a. Bruno deu um presente para Anita.
b. Bruno se deu um presente.
- (21) a. Bruno venceu a corrida para Anita.
b. *Bruno se venceu a corrida.

O fato de a reflexivização só incidir sobre um alvo lexical (um argumento dativo do verbo), e não sobre um alvo que é um adjunto na sentença, poderia ser usado no sentido oposto ao de Reinhart

e Siloni, ou seja, como argumentação para demonstrar um caráter lexical da reflexivização em português. Porém, o que interfere aqui não se relaciona com a reflexivização em si, mas com a distribuição dos pronomes em português. Veja-se que o pronome oblíquo *lhe* também não pode cliticizar um argumento alvo que não seja o dativo lexical:

- (22) a. Bruno deu um presente para Anita.
b. Bruno *lhe* deu um presente.
- (23) a. Bruno venceu a corrida para Anita
b. *Bruno *lhe* venceu a corrida.

Observe-se, ainda, que mesmo quando um PP alvo não pode ser cliticizado com *se*, como em (24a), ele pode, por outro lado, ser reflexivizado com uma expressão reflexiva como *si mesmo*, como em (24b). Paralelamente, quando um PP alvo não pode ser cliticizado com *lhe*, como em (25a), ele aceita, obviamente, a pronominalização com um pronome tônico como *ela*, como em (25b):

- (24) a. *Bruno *se* venceu a corrida.
b. Bruno venceu a corrida para *si mesmo*.
- (25) a. *Bruno *lhe* venceu a corrida.
b. Bruno venceu a corrida para *ela*.

O que parece diferenciar *se* de *si mesmo* é simplesmente o fato de *se* ser um pronome clítico (com funcionamento idêntico aos clíticos pronominais no português), enquanto que *si mesmo* é um pronome tônico. Ou seja, ambos são anáforas que se compõem na sintaxe com um verbo e outros argumentos para formar sentenças reflexivas, porém, obedecem a princípios diferentes com relação à sua colocação, de acordo com a sua tonicidade. O funcionamento de *se* espelha o dos clíticos pronominais acusativos e oblíquos e o funcionamento de *si mesmo/ele mesmo* espelha o dos pronomes tônicos no português. Enfim, o que confere a má-formação da sentença em (24a) não é uma impossibilidade de reflexivizar, mas de cliticizar.

Importante atentar para a sentença em (24b): trata-se da reflexivização de um argumento que não é do verbo (um adjunto). A impossibilidade da reflexivização com *se* nesse

tipo de sentença, como explicamos acima, ocorre devido a restrições que regem o funcionamento dos clíticos. A depender do contexto sintagmático, é permitido usar apenas o pronome átono (*se, lhe, o, a, me*) ou apenas o tônico (*si mesmo/ele mesmo, ele, ela, mim*). O que restringe a ocorrência da anáfora átona (*se*) é o que restringe a ocorrência dos pronomes átonos do português – regras de colocação que não têm a ver com a reflexivização –, mas ainda assim se pode afirmar que no português é possível reflexivizar um argumento não-verbal, como na sentença em (24b). Com isso, reforçamos a primeira das evidências discutidas anteriormente: a reflexivização incide até sobre argumentos não-verbais, que só podem se compor com o verbo na sintaxe. Isso é uma evidência contundente para se perceber a reflexivização como uma composição sintática, e não uma derivação lexical.

Reunimos até agora três evidências do caráter sintático da reflexivização. A primeira é o fato de que a reflexivização pode incidir sobre argumentos não-verbais. Isso fica evidente nos contextos de ECM em que há reflexivização, como em *João se acha bonito*, e também ocorre em casos como em *Bruno venceu a corrida para si mesmo*, como argumentamos acima. Em ambos os casos, trata-se de reflexivizar um argumento não-verbal, o que só pode ocorrer no nível da sintaxe, e não do léxico. A segunda evidência para o caráter sintático da reflexivização em português é o fato de a interpretação reflexiva depender de certas propriedades semânticas do NP que preenche a posição de sujeito, ou seja, depender de uma determinada composição sintática, e não apenas de traços lexicais do verbo. A terceira evidência é a produtividade da reflexivização em meio às classes verbais do português, o que se relaciona com o fato de as operações sintáticas serem cegas à semântica dos itens, diferentemente das operações lexicais. Essas três evidências foram propostas nos trabalhos de Marantz (1984), Kaufmann (2007) e Reinhart e Siloni (2005), respectivamente. Desse último trabalho, discutimos outras duas evidências apresentadas pelas autoras, a da nominalização de reflexivas e a da reflexivização de dativos, que não pareceram ser diagnósticos confiáveis para se determinar um caráter lexical ou sintático da reflexivização.

Há ainda uma última intuição interessante no trabalho de Reinhart e Siloni (2005), que podemos usar como uma quarta evidência do caráter sintático da reflexivização. Trata-se de uma afirmação das autoras acerca das operações gramaticais: se uma operação elimina, adiciona ou modifica um papel temático, deve se tratar de uma operação lexical. Como vimos, a reflexivização é uma alteração apenas no valor denotativo dos argumentos e não interfere no conteúdo do seu papel temático, tampouco suprime ou aumenta o número de argumentos. Como

não há alteração no conteúdo nem no número de papéis, suspeita-se que a reflexivização não é lexical como, por exemplo, a incoativização, que de fato suprime um dos papéis (na nossa linguagem, apaga todo o subevento causador, eliminando também o argumento agente). A reflexivização opera apenas sobre propriedades denotativas dos argumentos, o que, num modelo gerativista de gramática, é uma questão que diz respeito à forma lógica, que ocupa nessa teoria um lugar “após” a sintaxe propriamente dita. Para além da forma lógica, vamos chamar esse lugar de “módulo semântico interpretativo”, ou simplesmente “semântica interpretativa”. Vamos propor que é na semântica interpretativa que a interpretação reflexiva é atribuída a uma sentença.

Vale dizer que por meio de uma linguagem por decomposição semântica de predicados se consegue perceber a reflexivização como algo que altera apenas a denotação dos argumentos, e não os seus papéis temáticos. Em uma abordagem da representação lexical por grades temáticas, por exemplo, a reflexivização tem de ser encarada como uma alteração nos papéis, como mostramos no capítulo 1. Por exemplo, no próprio trabalho discutido acima, de Reinhart e Siloni (2005), a reflexivização é entendida como uma fusão (“bundling”) de dois papéis diferentes da estrutura argumental do verbo. Porém, vejamos como essa proposta é problemática. As autoras, partindo de um trabalho anterior de Reinhart (2002), definem papel temático como conjunto de traços. Elas propõem os traços [c] e [m], que abreviam o que elas chamam de “*cause change*” (propriedade de ser capaz de causar uma mudança) e “*mental state relevant*” (propriedade de ser ciente ou animado, pelo que se pode entender do texto das autoras) respectivamente. O agente, então, é definido como [+c, +m], o tema, como [-c, -m], o experienciador, [-c, +m] e o instrumento, [+c, -m]. Ora, a fusão de agente e tema na reflexivização de um verbo como *cortar*, por exemplo, teria como resultado o papel [+c, +m, -c, -m], o que logicamente é igual a zero e linguisticamente parece incorreto. A reflexivização não parece ser uma fusão de papéis, principalmente se se entende que papel temático seja um conjunto de traços (como traços idênticos de valores opostos podem se fundir sem se anular?). Os papéis temáticos, na verdade, parecem permanecer “intactos” na reflexivização, porém, são atribuídos, na interpretação da sentença, a um mesmo participante. A decomposição de predicados nos permite demonstrar que pode haver dois argumentos distintos, porém, com mesmo valor denotativo. Uma coisa é o seu papel temático e outra é o seu valor denotativo. Essa separação de tipos diferentes de informações semânticas na representação de um verbo não é possível ser feita em um modelo por grades temáticas.

Em resumo, usamos do trabalho de Reinhart e Siloni (2005) a intuição sobre as operações gramaticais como uma quarta evidência do caráter sintático da reflexivização. Porém, contra as autoras, argumentamos que a reflexivização não deve ser analisada em termos de papéis temáticos, pois teríamos de assumir uma alteração no conteúdo dos papéis, o que violaria a própria intuição inicial (alterações nos papéis temáticos é indício de operação lexical).

A quinta e última evidência de que a reflexivização é uma composição na sintaxe será proposta originalmente neste trabalho, e diz respeito à decausativização que ocorre na interpretação média. Vimos que, quando há movimento no significado de um verbo, a reflexivização ocorre concomitantemente a uma decausativização. O movimento pode estar contido na própria representação do verbo, por meio do metapredicado MOVE, ou pode ser uma informação apenas inferida (acarretada) a partir da composição dos metapredicados BECOME e IN na representação lexical. Vimos que, quando há dois subeventos em que um mesmo indivíduo age e se move, então se infere que esse movimento parte de um motor interno, ou seja, que a ação e o movimento são concomitantes temporalmente, ocorrendo em um só corpo, e conceptualizados como uma só eventualidade. Verbos que contêm movimento, então, quando reflexivizados (quando o indivíduo que age é o mesmo que se move), sofrem decausativização, ou seja, passam de uma relação de sequencialidade a uma relação de simultaneidade entre seus dois subeventos.

O que é importante frisar aqui é que a decausativização, sensível a um movimento na semântica do verbo, ocorre mesmo quando esse movimento é uma inferência que se faz a partir do sentido verbal, e não apenas quando ele é parte da estrutura argumental (representado pelo metapredicado MOVE). Ou seja, se há uma inferência de movimento num evento reflexivo, então esse evento é interpretado não-causativamente. Seria estranho que uma inferência fosse o traço semântico que determina a aplicação de uma regra que se dá no léxico.

Para deixar mais claro o porquê dessa estranheza, imaginemos aplicar a nossa concepção do léxico em um sistema computacional. Pensemos que nesse sistema haverá dados e regras que operam sobre esses dados. Os dados serão os itens lexicais, que contêm em sua entrada lexical determinadas informações não-redundantes (imprevisíveis). Uma dessas informações, no caso dos verbos, é a estrutura argumental em forma de decomposição semântica de predicados. A incoativização é uma operação que pode ser programada nesse sistema. Para ensinar ao computador essa regra lexical, poderíamos dar o seguinte comando (em linhas gerais): “identifique se o item é um verbo e se há a subestrutura [Y BECOME <STATE>] na sua estrutura

argumental. Se sim, apague as estruturas restantes.” Essa regra tomaria um verbo transitivo de mudança de estado e o tornaria intransitivo. Ou seja, um modelo computacional do léxico em que as decomposições semânticas de predicados são estruturas argumentais dá conta de abarcar a incoativização, prevendo a sua ocorrência dentre os verbos de mudança de estado. Agora, pensemos na reflexivização. A regra lexical da reflexivização poderia ser o seguinte comando: “identifique se o item é um verbo e se tem dois argumentos de valor denotativo diferente. Se sim, iguale o seu valor”. Até aqui não haveria dificuldade em aplicar a operação em um sistema computacional. Porém, pensando na média, em que há uma decausativização sensível ao movimento, teríamos que adicionar outras instruções ao comando, algo como: “identifique se o item é um verbo e se tem dois argumentos de valor denotativo diferente. Se sim, iguale o seu valor. Se houver o metapredicado MOVE e o metapredicado CAUSE, troque CAUSE por &.” Essa regra conseguiria prever a decausativização que ocorre na reflexivização dos verbos que têm o metapredicado MOVE, mas e com os verbos em que o movimento é apenas inferido (em um acarretamento)? Como poderíamos ensinar o computador a fazer uma inferência? Isso não é possível, e deveríamos, em vez disso, explicitar, em termos das informações contidas na entrada lexical, todos os contextos em que se infere um movimento, por exemplo, quando há BECOME e IN. Enfim, o fato de a decausativização ser determinada por uma inferência complicaria a proposta computacional da reflexivização como uma regra lexical.

Se, no modelo gramatical que adotamos, separamos semântica lexical de semântica interpretativa, seria mais natural alocar a inferência do movimento, à qual a decausativização é sensível, na semântica interpretativa. Vamos assumir que a semântica lexical é onde estão estocadas e listadas as representações (trata-se de uma listagem organizada, pois os itens agrupam-se conforme suas propriedades em comum, como ocorre com as classes verbais). Se existem regras no léxico, trata-se de regras de caráter computacional, ou seja, que leem (em outras palavras, são sensíveis a) apenas o que está explicitamente representado. A incoativização se encaixa bem nessa proposta de léxico. Já na semântica interpretativa, assumimos que existem outros tipos de processos que determinam uma interpretação, como a lógica e o raciocínio, que regem as inferências (também é na semântica interpretativa que se dá a interface com o conhecimento de mundo, que permite outro tipo de inferência, a inferência pragmática). A média, ou reflexiva não-causativa, por se valer de uma inferência para que seja interpretada dessa

maneira, se encaixa bem nessa proposta de uma semântica interpretativa posterior à derivação ou composição sintática.

O fato de a decausativização (que ocorre concomitantemente à reflexivização em certos verbos) ser sensível a uma inferência (o movimento) e não apenas a um metapredicado (MOVE) é, para nós, a quinta e última evidência de que reflexivização é a interpretação dada a uma determinada composição sintática, e não uma regra ou operação lexical. Passemos agora à explicitação da nossa proposta para a reflexivização, dentro do modelo de gramática que assumimos. Antes, porém, vamos tratar da hipótese

4.4 A reflexivização em um modelo “tradicional” de gramática

Tendo nos perguntado que lugar, em um modelo gramatical, toma a representação do que chamamos inicialmente de “forma reflexiva de um verbo” e exposto evidências para uma abordagem sintática da reflexivização, vamos, a seguir, explicitar a maneira com que a reflexivização se encaixa no modelo gramatical que assumimos. Como dissemos, esse modelo se refere basicamente ao clássico modelo de Chomsky (1981). Ele consiste em: um léxico, onde estão estocadas as estruturas argumentais, que representamos por meio das decomposições semânticas de predicados, e onde se aplicam algumas regras de derivação (computacionais); uma sintaxe, que compõe os itens lexicais enumerados; e dois módulos interpretativos, o fonológico e o semântico, este último, onde se aplicam mecanismos interpretativos, como as inferências. É também onde se dá a interface com o conhecimento de mundo e os sistemas perceptuais, que contribuem nos aspectos pragmáticos da interpretação.

Façamos uma breve observação epistemológica. É importante ressaltar que assumimos essa estrutura da gramática como um modelo teórico de fato. Ou seja, não se trata de descrever a realidade mental/cognitiva da estrutura linguística como ela é, mas de construir um esquema da realidade dentro de certos limites. Um exemplo de limitação nesse modelo de gramática é o eixo do tempo. Na estruturação dos módulos, tratamos o léxico como “anterior” à sintaxe, que por sua vez é “anterior” à semântica interpretativa. Essa noção temporal, no entanto, é uma maneira de encaixar as ideias no modelo, e não implica que estamos afirmando ser essa a realidade mental da gramática. Obviamente, há um compromisso com a realidade, pois se pretende que o modelo sirva para descrevê-la e que se aproxime dela, porém, é preciso que se

atente para o fato de que se trata mesmo de um modelo da realidade e não da própria realidade. Valendo-nos de termos epistemológicos, assumimos neste trabalho uma perspectiva instrumentalista e não uma perspectiva realista da ciência.

Vamos assumir que *se* (assim como *si mesmo* e *ele mesmo*) é um item que é marcado lexicalmente como anáfora e é enumerado desde o léxico para uma derivação sintática, juntamente com um verbo e os sintagmas (na verdade, itens que se organizam em sintagmas) que preencherão as posições de argumentos ou adjuntos. A exata estruturação de uma sentença reflexiva em português e se a sintaxe toma a forma de um modelo X-barra ou Bare Phrase Structure (ou ainda outra) não vão nos interessar aqui. Com relação à sintaxe, não vamos dizer novidades. O clítico *se* se comporta como qualquer clítico pronominal do português e *si mesmo* e *ele mesmo* se comportam como qualquer pronome argumental, exceto pelo fato de serem esses itens marcados lexicalmente como anáforas e, portanto, estarem sujeitos a certas restrições quanto à sua posição em uma estrutura sintática. As restrições sintáticas que se aplicam especialmente às anáforas vêm sendo mostradas desde Chomsky (1981) e discutidas intensamente na literatura linguística. O que é importante aqui é pensarmos que as anáforas apresentam certo comportamento específico na sintaxe e que isso é necessário para que sejam interpretadas como tal. Ou seja, é a partir da composição sintática de um verbo com seus argumentos e com uma anáfora que se confere uma interpretação reflexiva a uma sentença. Na nossa proposta, então, a interpretação reflexiva é uma interpretação de uma sentença, e não de um verbo.

Outra explicação que vamos dispensar é a do detalhamento do algoritmo de interpretação de uma sentença reflexiva, mas vamos descrever em palavras como se atribui uma interpretação reflexiva a duas composições sintáticas: uma com um verbo de mudança de estado (*sujar*), que forma uma reflexiva *strictu sensu*, e outra com um verbo de mudança de lugar (*hospitalizar*), que forma uma média. Também vamos usar palavras para descrever a maneira com que sentenças reflexivas com verbos das classes de *preocupar*, *acompanhar* e *assaltar* não são interpretadas corretamente.

Tomemos a sentença *João se sujou*, que é ambígua. Como vimos, *se* pode ser um marcador não-argumental de uma operação lexical – a incoativização – ou uma anáfora pronominal. Em cada tipo de ocorrência, haverá uma derivação sintática diferente. No caso da anáfora *se*, há princípios de ligação anafórica envolvidos na derivação, de forma que *se* seja

identificado como uma anáfora quando a sentença é interpretada. No módulo interpretativo, então, a identificação de *se* como uma anáfora se soma ao fato de o argumento *João* ser um indivíduo animado (não uma eventualidade) e, levando em conta a semântica lexical do verbo *sujar* (representada por $[[X \text{ (ACT)}] \text{ CAUSE } [Y \text{ BECOME } \langle \text{SUJO} \rangle]]$), será atribuído um valor reflexivo à sentença. A interpretação reflexiva dessa sentença significa uma identificação do valor denotativo dos dois argumentos verbais e de uma indexação desses argumentos identificados à denotação de *João*. Sendo o verbo o núcleo semântico da sentença, podemos representá-la tomando o sentido do verbo como os alicerces da representação. O que chamamos anteriormente de “forma reflexiva de um verbo” não será mais tomada como a representação de um verbo, mas a representação (da interpretação) de uma sentença. No entanto, nem todos os aspectos semânticos da sentença serão representados. Privilegiamos na representação o sentido verbal e a sua interação com os argumentos que o saturam (interação que gera o sentido da reflexividade). Dentre os traços de sentido negligenciados na representação, estão: tempo, aspecto e os traços inerentes do argumento-sujeito (número, gênero, animacidade). Nessa nova perspectiva, vamos fazer as seguintes adaptações na estrutura reflexivizada de *sujar*, entendendo-a agora como a representação de uma sentença reflexiva com o verbo *sujar* (*João se sujou*):

(26) $s: [[X \text{ ACT}] \text{ CAUSE } [X \text{ BECOME } \langle \text{SUJO} \rangle]]$; X = João

Veja que trocamos *v* por *s*, já que assumimos agora que a reflexiva é uma sentença e não um verbo. ACT é notado sem parênteses, obviamente, pois na sentença real há um agente, e não a possibilidade (ou opcionalidade) de um agente; e o argumento X, que se repete na estrutura, é identificado com o referente João. Leia-se a representação acima: na interpretação da sentença *s*, X age e isso causa X ficar sujo e X é João²⁸.

²⁸ Vale reafirmar que a representação da sentença que propomos é parcial, ou seja, nem tudo o que está dito na sentença *João se sujou* está representado na estrutura em (26). Nossas representações abarcam as questões que envolvem a decomposição em primitivos do sentido dos verbos, as relações predicativas entre os primitivos e seus argumentos e algumas informações temáticas e denotativas dos argumentos, mas exclui outras noções presentes nas teorias semânticas formalistas, como a denotação do evento no mundo. As estruturas que propomos são, no entanto, compatíveis com as formalizações e notações mais comuns às teorias semânticas referenciais; seria necessário adicionar informações e fazer alguns ajustes. Isso tornaria as estruturas semelhantes às de Dowty (1979) e às de Wunderlich (2009), que usam o cálculo lambda. Não perseguiremos esse caminho neste trabalho, mas podemos esboçar, apenas para exemplificar a compatibilidade da decomposição de predicados com uma semântica referencial, uma estrutura baseada na que propusemos em (26), na linguagem do cálculo lambda:

$\lambda x. \lambda e. [\text{CAUSE } ([\text{ACT } (x)]) ([\text{BECOME } (\langle \text{SUJO} \rangle (x))])] (e)$

Pensemos agora como se daria a interpretação de uma sentença média, como *João se hospitalizou*. A numeração e a derivação sintática ocorrem da mesma maneira que as da sentença reflexiva causativa acima descrita (*João se sujou*): *se* é selecionado como uma anáfora pronominal e composto com o verbo e argumentos na sintaxe obedecendo a princípios de ligação. A interpretação da sentença leva em conta o caráter de anáfora do clítico *se*, a semântica lexical do verbo *hospitalizar* (representada por $[[X \text{ ACT}] \text{ CAUSE } [Y \text{ BECOME } [\text{IN } \langle \text{HOSPITAL} \rangle]]]$) e as propriedades inerentes ao argumento *João*, atribuindo um valor reflexivo à sentença (ou seja, igualando o valor denotativo das duas variáveis e indexando-as à denotação de *João*). Vimos, porém, que ocorre também decausativização nesse tipo de sentença. Isso significa, no modelo que estamos propondo, que, devido ao acarretamento do movimento, a sentença será interpretada não-causativamente, ou seja, os dois subeventos na semântica do verbo serão entendidos como ocorrendo simultaneamente, e não sequencialmente. Um evento no qual um X animado age e se move é relacionado à ideia de um motor interno a X. Assim, as eventualidades de agir e se mover são interpretadas como concomitantes, ocorrendo em um mesmo corpo. Essa interpretação da sentença reflexiva *João se hospitalizou* pode ser representada em uma estrutura de decomposição de predicados como em (27) abaixo:

(27) $s: [[X \text{ ACT}] \& [X \text{ BECOME } [\text{IN } \langle \text{HOSPITAL} \rangle]]]$; X = João

Mais uma vez, alteramos o *status* da representação apresentada nos capítulos anteriores: em vez de representar o verbo *hospitalizar* reflexivizado, ela representa uma sentença reflexiva com o verbo *hospitalizar*, tomando o sentido do verbo como os alicerces da representação. Essa estrutura pode ser lida da seguinte maneira: na interpretação da sentença *s*, X age e concomitantemente X fica no hospital e X é João.

A decausativização é, então, uma interpretação (e não uma regra no léxico). Trata-se do terceiro passo na cadeia de inferências que ocorre na interpretação da sentença reflexiva acima: primeiro, infere-se um movimento, devido à composição de BECOME e IN; em seguida, a inferência do movimento, somada ao fato de a sentença ser reflexiva, faz com que se infira um motor interno desse movimento; por fim, os subeventos de agir e mover são interpretados como concomitantes. Vale observar que, no módulo interpretativo, os processos interpretativos (as inferências e outros mecanismos lógicos) parecem ocorrer de maneira prolífera, se repetindo, se

intercruzando, ocorrendo ora simultaneamente, ora em cadeia, diferentemente do que ocorre no léxico e na sintaxe, em que os processos são mais rígidos e ordenados. A separação da gramática em módulos, nesse modelo que adotamos, abarca de maneira elegante a natureza diversificada dos processos linguísticos – as regras lexicais parecem ter uma natureza diferente das composições sintáticas e ambas diferem dos mecanismos interpretativos.

A decausativização na reflexivização de verbos de movimento, como descrita acima, pode reforçar a hipótese de Kaufman (1995), endossada por Wunderlich (1997, 2009), segundo a qual a qualidade da conjunção contida nos eventos complexos é dada por inferências, não se tratando de um primitivo semântico-lexical. De fato, vimos que se uma conjunção não-causativa de concomitância ocorre a partir de uma cadeia de inferências (movimento reflexivo > motor interno > simultaneidade de agir e mover), então ela é uma interpretação e não um primitivo lexical. Para Kaufman (1995), a própria noção de causa resulta de inferências tiradas da relação entre os tipos de eventualidades envolvidas, levando a uma interpretação de sequencialidade e não de simultaneidade. Retomando um exemplo oferecido por Wunderlich (1997), se há um subevento que é um processo (por exemplo, o do verbo *drink* (*beber*)) e outro subevento que é uma mudança de estado (como a do verbo *empty* (*esvaziar*)), a relação entre eles (em uma construção resultativa típica do inglês, como *to drink empty*) só pode ser a de uma sequencialidade. Nas palavras do autor, “já que a transição expressa por BECOME não pode ser contemporânea com um processo expresso por um predicado como *drink*, uma conjunção [como *drink empty*] tem de ser interpretada causalmente” (p. 36).

Vimos no capítulo 2 que, para Goldberg (2010), existem outras possibilidades de relação temporal entre subeventos, como a sobreposição parcial (apenas parte de um subevento ocorre simultaneamente ao outro). Isso endossaria a hipótese de Kaufman/Wunderlich de serem as conjunções determinadas na interpretação das sentenças, pois se é verdade que existem outras conjunções que não a causa e a simultaneidade total, teríamos que dispor de vários símbolos, por exemplo, para representar: a conjunção de concomitância total, a de 10% de concomitância, a de 50% de concomitância etc. Enfim, podemos pensar que não há primitivos como CAUSE e & no léxico e que é apenas no módulo interpretativo que a conjunção entre dois subeventos ganha uma interpretação de sequencialidade causada ou de simultaneidade. Isso não nos impede de representar cada interpretação com símbolos diferentes, já que a decomposição de predicados é

uma representação, uma linguagem. Porém, será necessário se atentar para o fato de que CAUSE e & não são primitivos lexicais, mas interpretações de certas derivações.

Explicamos em palavras a maneira como as interpretações reflexiva *strictu sensu* e média são atribuídas às sentenças *João se sujou* e *João se hospitalizou*, respectivamente, no modelo gramatical que adotamos. No que concerne à representação na linguagem da decomposição de predicados, reformulamos as estruturas das formas reflexivizadas dos verbos *sujar* e *hospitalizar*, de modo que representassem sentenças, e não verbos. Aventamos também a possibilidade de as conjunções serem diferenciadas apenas interpretativamente e não lexicalmente. Resta localizar em nossa proposta as restrições e as más formações da reflexivização de verbos como *preocupar*, *acompanhar* e *assaltar*, que vimos no capítulo anterior.

Vamos propor que uma sentença construída com o verbo *preocupar* e uma anáfora (como *Bruno se preocupa*) não pode receber uma interpretação reflexiva. Isso porque a interpretação leva em conta a interação entre a anáfora, o argumento-sujeito e a semântica lexical do verbo *preocupar* (representada por [[X] CAUSE [Y BECOME <PREOCUPADO>]]). A semântica lexical do verbo, como vimos, traz a informação de que um de seus argumentos deve ser interpretado como uma eventualidade, ainda que o NP que o preenche seja animado. Ou seja, mesmo que o NP sujeito contenha os traços necessários para a interpretação reflexiva (animacidade), a semântica lexical do verbo impõe que o ente denotado seja interpretado como uma eventualidade, e não como um indivíduo. A reflexivização parece exigir que os argumentos correferentes sejam da mesma natureza, ou seja, parece inconcebível um evento reflexivo em que uma eventualidade incide sobre um indivíduo. A interpretação reflexiva é atribuída apenas quando um indivíduo incide sobre um indivíduo, tendo ambos o mesmo valor denotativo. Assim, ainda que se possa, na sintaxe, derivar uma sentença reflexiva com um verbo da classe de *preocupar*, a interpretação reflexiva não poderá ser atribuída. Ou seja, *#João se preocupou* (em que *se* é uma anáfora) e *#João preocupou ele mesmo* não são sentenças agramaticais, mas anômalas.

Da mesma maneira, será gramatical uma derivação sintática que forme uma sentença reflexiva com um verbo da classe de *acompanhar*, como em *#Bruno se acompanhou/acompanhou ele mesmo até a porta*. Porém, dadas as informações semântico-lexicais desse verbo (representadas pela estrutura [[X ACT<MANNER>] & [X MOVE PATH] & [Y MOVE PATH]]),

uma composição com uma anáfora resultaria em uma interpretação duplamente reflexiva, pois o verbo já traz, desde o léxico, uma ideia de reflexividade (o mesmo X que age se move). Assim sendo, a sentença reflexiva de um verbo da classe de *acompanhar* é anômala, mas não agramatical. Se o verbo contém um sentido reflexivo já em sua semântica lexical, não há porque compô-lo em uma sentença reflexiva. Vimos, no capítulo 3, que essa restrição pode também ser explicada por bloqueio lexical. Ou seja, a derivação de uma sentença reflexiva com *acompanhar* é barrada pela existência de uma forma que já contém a ideia de reflexividade lexicalmente (é a própria forma básica do verbo *acompanhar*).

Com relação aos verbos da classe de *assaltar*, ocorre também uma restrição apenas à interpretação reflexiva, pois sintaticamente uma sentença como #*João se assaltou* ou #*João assaltou ele mesmo* é gramatical. Não é possível atribuir uma interpretação reflexiva a um verbo que exige que os seus argumentos tenham valores denotativos distintos. Essa exigência do verbo, como vimos, ocorre porque o argumento interno é idiossincrático, ou seja, pertencente à raiz verbal, e não à estrutura semântica. A representação semântico-lexical desse verbo é [X ACT <ASSALTO Y>], em que Y é argumento da raiz <ASSALTO>. Se o argumento interno pertence à raiz, ele não pode ser alterado na interpretação (a reflexivização impõe uma alteração no valor denotativo). Em outras palavras, a diferença de valor denotativo entre os argumentos de *assaltar* é algo constante ou idiossincrático nesse verbo, por isso há uma estranheza na interpretação de uma sentença reflexiva construída com ele.

Em resumo, na nossa proposta para a reflexivização dentro de um modelo gramatical “tradicional”, *se* e *si mesmo/ele mesmo* são pronomes anafóricos, marcados assim desde o léxico. A anáfora é enumerada para uma derivação juntamente com um verbo e argumentos e tem de obedecer a algumas restrições na sintaxe para que seja interpretada corretamente. A interpretação reflexiva deve levar em conta a interação entre: a semântica lexical do verbo principal, as propriedades inerentes do NP que ocupa a posição de argumento-sujeito e o caráter anafórico de *se* (ou *si mesmo/ele mesmo*). A interpretação média, que é uma versão não-causativa da reflexivização, decorre de inferências em sentenças formadas com verbos que contêm ou acarretam movimento. Já em verbos de afetação, como *barbear* e *vestir*, que são lexicalmente não-causativos, ocorre de forma direta, sem a mediação das inferências. Também localizamos nessa proposta as restrições à reflexivização que apontamos nos capítulos anteriores. Propusemos que se trata de casos de anomalia, ou seja, de problemas interpretativos, e não de

agramaticalidades ou problemas estruturais. Se *se* (ou *si mesmo/ele mesmo*) é um argumento e o verbo é transitivo, e se a composição desses elementos obedece aos princípios de ligação, a sintaxe não tem nada a dizer sobre a má-formação, que só pode ser explicada na interpretação.

4.4.1 Um problema para a proposta: características lexicais da média

Nossa proposta visou alocar as generalizações desenvolvidas no capítulo anterior em um modelo tradicional de gramática. Nesse modelo, há um léxico, uma sintaxe e uma semântica interpretativa em níveis separados. Ou seja, separa-se semântica lexical de semântica interpretativa. Assumimos que as regras, operações ou derivações lexicais são sensíveis ao que realmente está representado lexicalmente, como na incoativização, uma operação que é totalmente restrita pela semântica lexical do verbo – se ele contém a subestrutura [Y BECOME <STATE>], pode ser incoativizado. A reflexiva *strictu sensu* e a média, bem como as restrições à reflexivização, são, por outro lado, interpretações de sentenças, que decorrem da interação de outros traços semânticos além dos que estão representados lexicalmente no verbo (como os traços do NP sujeito e, no caso de algumas médias, a inferência do movimento).

Há, no entanto, um problema nessa proposta. Trata-se de algumas evidências (ou melhor, contraevidências) de que a média pode ser lexical (fruto de uma operação lexical: um verbo), e não sintática (fruto de uma composição sintática: uma sentença).

A primeira evidência de que a média parece ser lexical é de cunho tipológico. Como mostra o vasto levantamento tipológico de Kemmer (1993), as línguas do mundo diferenciam médias²⁹ de reflexivas *strictu sensu* no que concerne à oposição léxico/sintaxe. Há línguas que distinguem reflexiva *strictu sensu* de média por meio da oposição marca *versus* ausência de marca. O inglês é um exemplo desse tipo de língua. A reflexiva *strictu sensu* em inglês é construída com uma anáfora argumental, enquanto que a média não recebe nenhuma marca. Veja abaixo traduções de médias e reflexivas *strictu sensu* do português para o inglês:

- (28) a. Bruno se sentou / se pendurou na árvore / se barbeou.

²⁹ Como já dissemos algumas vezes neste trabalho, a autora inclui no que chama de “média” casos de incoativas, que, para nós, são frutos de outro processo – verdadeiramente lexical. Quando mencionarmos a proposta de Kemmer (1993), estamos observando apenas o que para nós é chamado de “média” (reflexivas não-causativas em verbos de movimento e de afetação), excluindo-se as incoativas e outras.

- b. He sit / hung on a tree / shaved³⁰.
- (29) a. João se machucou / se acorrentou / se ajudou.
b. He hurt himself / chained himself / helped himself.

Ora, se a sentença não recebe nenhuma marca e ainda assim carrega um sentido de reflexividade, como nos exemplos em (28b), é porque o verbo médio já é construído assim no léxico.

Há outras línguas que usam marcas tanto para a reflexiva *strictu sensu* quanto para a média. Porém, essas marcas têm naturezas diferentes. É o caso do russo, que marca a reflexiva com o pronome *sebjja* e a média com o afixo *-sja*, indicando que se trata de uma composição sintática no primeiro caso e de uma derivação lexical no segundo. Veja os exemplos de Kemmer (1993):

- (30) Viktor neavidit **sebjja**
Viktor odeia ele.mesmo
'Viktor se odeia'
- (31) Já kazdyj den' moju-**sja**
Eu todo dia lavo-me
'Eu me lavo todos os dias'

Ainda que as marcas se assemelhem fonologicamente, a sua natureza indica que parecem ser frutos de processos em lugares diferentes na gramática. Para Kemmer, a semelhança fonológica se explica no fato de uma marca ser fruto de um processo de gramaticalização da outra.

Por fim, há línguas, como o português e as línguas românicas, que não diferenciam a marca da reflexiva *strictu sensu* da marca média – em ambos os tipos de sentença, usa-se o *se*. Para Kemmer (1993), no entanto, seguindo a lógica das outras línguas, deve tratar-se de coisas diferentes. A peculiaridade das línguas românicas seria o fato de as marcas média e reflexiva coincidirem em forma, como em uma homofonia, apesar de se diferenciarem em função. É essa a hipótese de Doron e Rappaport (2009), para quem o *se* das médias (que eles chamam de

³⁰ Com verbos da classe de *shave*, também é possível construir uma sentença reflexiva com anáfora, como em *John shaved himself*. Há uma intuição, conforme Kemmer (1993), de que esse seria um caso de ênfase, como para distinguir um participante de outro (*John didn't shave Peter, he shaved himself*). Em um contexto de não-ênfase, a forma sem marca é preferível, segundo a autora.

“naturally reflexive”) é um afixo que marca uma derivação no léxico e o *se* das reflexivas *strictu sensu* (construção que eles chamam de “anaphoric binding”) é uma anáfora argumental.

No PB, podemos perceber uma evidência ainda mais forte de um caráter lexical da média. Trata-se do seguinte contraste: em alguns dialetos, como o mineiro, ocorre apagamento do clítico *se* com manutenção do sentido da sentença. Porém, nesses dialetos, apenas uma média permitiria manter seu sentido intacto com o apagamento do *se*, nunca uma reflexiva *strictu sensu*:

(32) Bruno (se) sentou / (se) dependurou na árvore / (se) barbeou.

(33) João *(se) machucou³¹ / *(se) anestesiou / *(se) presenteou.

O *se* de verbos incoativos, por ser apenas uma marca de uma operação lexical, sem *status* de argumento, pode ser apagado sem perda de sentido. Não seria esse o caso de uma composição reflexiva *strictu sensu* com *se*, em que o clítico *se* é um pronome argumental que determina a interpretação final da sentença como reflexiva, como em (33) acima. Se o *se* das médias pode ser apagado com manutenção da ideia de reflexividade, como em (32), é porque essa marca não determina o sentido reflexivo da sentença. Assim, suspeita-se que se trata de um marcador não-argumental, fruto de operação lexical, como o *se* das incoativas.

Mostramos, acima, evidências de um caráter lexical dos verbos reflexivos “médios”: a) uma comparação tipológica, que mostra que em várias línguas a média é lexical, em oposição à reflexiva *strictu sensu*, sintática; e b) dados de um dialeto do PB em que a queda de *se* só ocorre com manutenção de sentido no caso das médias, e nunca das reflexivas *strictu sensu*. Assumir a média como sendo uma derivação lexical poderia ser um problema para a nossa proposta de um modelo interpretativo para a reflexivização. Teríamos que assumir que há não só uma composição sintática que é interpretada reflexivamente (a reflexiva *strictu sensu*), como também uma operação ou regra lexical que deriva um verbo reflexivo médio a partir de um verbo transitivo. Isso significa que os processos de identificação do valor denotativo das variáveis e de decausativização ocorreriam também no léxico, contra toda a argumentação anterior de que esses são processos interpretativos (algumas vezes, inclusive, decorrentes de inferências). Vamos, a seguir, sugerir uma solução para esse problema.

³¹ Veja que é possível uma sentença como *Bruno machucou*, porém, apenas no sentido incoativo, não no reflexivo. Ou seja, o *se* de reflexivas não pode ser apagado com manutenção do sentido.

4.4.2 Possível solução: lexicalização de médias

A fim de sugerir uma solução para o problema apontado acima, pensemos: em que sentido se pode entender a média como sendo lexical? Podemos pensar em uma regra ou operação no léxico que deriva um verbo reflexivo/médio (com duas variáveis de mesmo valor e sem relação de CAUSE entre os subeventos) a partir de um verbo transitivo “básico” (com variáveis de valores diferentes). Porém, não é esse o único sentido em que algo pode ser chamado de “lexical”. Podemos também pensar que o verbo médio é uma entrada lexical autônoma, sem propor para isso uma operação lexical, que deriva esse verbo de outro.

Nesse sentido, podemos lançar mão da hipótese de uma lexicalização da média. Nessa hipótese, a média lexical seria originalmente uma composição sintática entre verbo e pronome, a qual se lexicaliza, ou seja, passa a ser armazenada no léxico, como um verbo inerentemente pronominal. A existência de verbos pronominais (como *queixar-se* e *arrepender-se*, que não têm uma contraparte transitiva e por isso são registrados assim no léxico, com o pronome *se* inerente) corrobora a possibilidade de se lexicalizar uma composição de verbo mais pronome. Diferentemente da regra lexical, que se aplicaria em todos os casos de média, a lexicalização ocorreria apenas em alguns casos, ou seja, nem todas as classes verbais que formam médias e nem todos os verbos de uma mesma classe verbal seriam lexicalizados na forma média. Os demais casos de médias seriam mesmo composições sintáticas interpretadas reflexivamente, como na proposta desenvolvida anteriormente. A observação dos dados corrobora essa hipótese: nem todos os verbos que formam médias aceitam apagamento do *se* com manutenção do sentido de reflexividade, no dialeto mineiro. Por exemplo, *barbear* e *limpar* são da mesma classe (a dos verbos de afetação) e formam médias (reflexivas não-causativas), mas apenas *barbear* aceita ter o *se* apagado sem perda de sentido:

(34) João barbeou.

(35) ??João limpou.

Já os verbos de movimento não parecem aceitar de maneira alguma a queda do *se* com manutenção do sentido reflexivo, como em (36) abaixo. Dentre os verbos de mudança que

acarretam movimento, temos sentenças estranhas com verbos de mudança de locação sem o *se*, como em (37), e sentenças boas com verbos de mudança de estado com locativo sem o *se*, como em (38):

- (36) #João lançou na piscina / jogou contra a parede / arremessou na grama.
- (37) ?João hospitalizou / encarcerou / enclausurou.
- (38) João escondeu atrás do sofá / dependurou na árvore / enfiou debaixo da cama.

As características lexicais da média (que diagnosticamos pela possibilidade de apagamento do *se*), então, ocorrem apenas em alguns casos. Não é como nas incoativas, que exibem o comportamento acima com qualquer verbo da classe dos verbos de mudança de estado. No levantamento de Cançado, Godoy e Amaral (em prep.) dos verbos de mudança de estado, no qual são descritos cerca de 500 verbos, todos parecem aceitar ter o *se* apagado sem perda de sentido, na forma incoativa, em dialeto mineiro:

- (39) O vaso quebrou / sujou / trincou / encheu / esvaziou / achatou / danificou / derreteu / deformou.

Se há de fato lexicalização de algumas construções médias, gerando verbos médios como entradas lexicais independentes, resta nos perguntarmos o porquê. Na busca de uma resposta, vamos tecer uma hipótese. Propomos que os verbos que exibem traços lexicais na forma média são os que mais frequentemente são usados com uma ideia de reflexividade. Se ocorre lexicalização de verbos muito frequentemente usados em reflexivas, então explica-se que nem todas as classes de verbos que formam médias e nem todos os verbos de uma mesma classe serão lexicalizados na forma média, pois nem todos os casos são frequentes. Por exemplo, o ato de barbear parece ser algo que é frequentemente feito em si mesmo. Assim, uma sentença reflexiva/média com o verbo *barbear*, devido à sua frequência, é reanalisada como uma entrada lexical independente – um verbo cuja forma é V+*se*, como um verbo pronominal. Se o clítico é parte do item lexical, ele perde o seu caráter de anáfora pronominal e, por isso, pode ser apagado. Os verbos pronominais (que são formas atestadamente lexicalizadas com o *se* inerente), como

queixar-se e *arrepender-se*, por exemplo, aceitam a queda do clítico *se* em dialeto mineiro, mantendo-se o mesmo sentido:

(40) João (se) queixou.

(41) João (se) arrependeu (do que fez).

Essa hipótese se relaciona com os trabalhos de Kemmer (1993) e Doron e Rappaport (2009), os quais, como vimos, propõem uma determinação semântico-cognitiva para a média. Doron e Rappaport, por exemplo, propõem que há ações que são “naturalmente” reflexivas (seria o caso de *barbear-se*) e por isso os verbos que as descrevem seriam marcados assim no léxico³². Diferentemente das autoras, propomos que há uma determinação cultural para que uma média seja lexical, e não semântico-cognitiva. Não há nada no sentido do verbo *barbear* que determine que ele seja essencialmente (lexicalmente) reflexivo, mas a ação reflexiva de se *barbear* é culturalmente frequente, assim como deve ser a expressão dessa ação (a forma reflexiva de *barbear*). Essa frequência de uso é que levaria a uma lexicalização do verbo reflexivizado. Em uma cultura diferente, por exemplo, essa mesma ação pode ser rarissimamente exercida sobre si mesmo, e a forma reflexiva de *barbear*, ainda que possa ser gramatical, deve ser igualmente rara, o que não desencadearia a sua lexicalização.

Com essa sugestão de solução para os contraexemplos expostos na seção anterior, propomos, enfim, manter a proposta de que a reflexivização é um processo interpretativo atribuído a uma sentença, tanto para os casos de reflexiva *strictu sensu* quanto para os de média. Porém, adicionamos à proposta a possibilidade de lexicalização de formas verbais médias, a partir da frequência de uso de sentenças reflexivas com tais verbos. Obviamente, essa hipótese só pode ser confirmada em um estudo quantitativo, em que se avaliem dados de fala real.

³² Na verdade, as autoras propõem, como vimos, uma operação lexical de reflexivização, que derivaria esses verbos a partir de verbos transitivos, retomando as ideias de Reinhart e Reuland (1993). No entanto, essa operação seria, a nosso ver, um problema na argumentação de que há uma determinação semântico-cognitiva para o caráter lexical da média, pois, se assim fosse, ela deveria ser armazenada no léxico como uma entrada lexical, e não derivada a partir de uma operação. Ou seja, na perspectiva de uma operação, a média não pode ser “natural”.

4.5 Notas sobre o sincretismo do *se*

Tendo em vista que este capítulo é uma discussão sobre aspectos gramaticais da reflexivização, tecemos a seguir uma breve discussão sobre o *se*, porque, além de ser uma anáfora que realiza a reflexivização na sintaxe, é um elemento multifuncional, que tem recebido muita atenção na literatura. Objetivamos aqui sugerir como essa partícula, em suas várias outras funções (além da função anafórica), pode se acomodar no modelo gramatical que adotamos.

Existem na literatura várias propostas de unificação das múltiplas funções da partícula *se* românica em uma mesma função geral. Alguns autores que advogam por tal ideia são Chierchia (2004), Grimshaw (1982), Dobrovie-Sorin (2006) e Kaufmann (2007). Vejamos uma listagem, baseados na literatura (como o trabalho de NUNES, 1995), das várias ocorrências de *se* no português:

- (42) O galho se quebrou.
- (43) O grego se traduz facilmente.
- (44) João se ama.
- (45) João e Maria se amam.
- (46) João se levantou.
- (47) Vendem-se ovos.
- (48) Em BH se vê muitos fuscas.
- (49) João se riu (ao recordar aquela ocasião).

Vimos que em uma sentença incoativa, como em (42), *se* é uma marca de uma operação lexical e não tem valor argumental, podendo, inclusive, ser apagado em certos dialetos do PB (vide exemplos em (39)). Na verdade, podemos dizer que temos não uma sentença incoativa, mas um verbo incoativo. A sentença em (43) pode ser chamada de “medial” conforme Chagas de Souza (1999) e Ciríaco (2011). Semelhantemente à incoativa, segundo os autores, o clítico *se* não tem *status* de argumento, marcando justamente uma alteração na estrutura argumental do verbo (o apagamento ou ofuscamento do agente ou do subevento causador).

Na reflexiva (*strictu sensu*) e na recíproca, como em (44) e (45), *se* já não marca uma operação no léxico, mas é um item lexical (um argumento) que se compõe na sintaxe com o

verbo para formar uma sentença de sentido reflexivo ou recíproco, como propusemos anteriormente.

O *se* médio, como na sentença em (46), como propusemos, se encaixa na proposta sintática/interpretativa da reflexivização. O clítico seria um item lexical, um pronome anafórico enumerado para a derivação, como nas reflexivas *strictu sensu* e recíprocas. Vimos, porém, que existem evidências para uma análise lexical da média, e, seguindo a nossa própria sugestão de uma lexicalização de alguns casos de média, *se* seria nesses casos uma marca inerente ao verbo em sua entrada lexical. Sendo uma partícula inerente, e não uma anáfora, *se* pode ser apagado em certos dialetos do PB. É o que ocorre com os chamados “verbos pronominais” ou “pseudopronominais”, como *queixar-se* e *arrepender-se*, que são verbos que não têm uma contraparte transitiva (pelo menos sincronicamente), ou seja, só podem ser encarados como lexicalmente pronominais.

Na passiva sintética, como em (47), e na indeterminada, como em (48), *se* não é nem marca de operação lexical, como na incoativa, nem um item argumental composto na sintaxe com o verbo, como na reflexiva/recíproca. A estrutura argumental do verbo permanece inalterada na passiva e na indeterminada – não há apagamento de argumentos ou subeventos (como na incoativa), tampouco alteração no valor das variáveis (como na reflexiva/recíproca). Por exemplo, se a representação da entrada lexical de *vender* for simplificada para $[V(x,y)]$, em que V representa o sentido do verbo (sem ser decomposto em predicados) e X e Y representam seus argumentos, a representação da sentença passivizada com esse mesmo verbo pode ter como estrutura central a mesma fórmula $[V(x,y)]$, em que V é o sentido do verbo e X e Y seus argumentos. Comparando-se a representação lexical do verbo com a representação da sentença passiva ou indeterminada com o mesmo verbo, o que se pode ter como diferença, em termos de sentido, é uma alteração no foco, no caso da passiva, e no tipo de quantificação que liga uma variável, no caso da indeterminada (há uma ideia de genericidade, que talvez possa ser representada pela ligação da variável x por um quantificador de genericidade, em forma lógica). Não esboçaremos essas representações aqui, mas vale reafirmar que na interpretação dessas sentenças não há alteração nos elementos pertencentes ao sentido verbal (à estrutura argumental), apenas em aspectos mais pragmáticos do sentido.

Se o *se* passivo marca uma alteração ou propriedade pragmática (a mudança do foco), não se pode dizer nem que seja um afixo lexical, nem um item lexical enumerado, mas algo que

surge na sintaxe para marcar uma alteração estrutural que visa dar certo tipo de efeito informacional à sentença. Na indeterminada, talvez se possa oferecer um tratamento similar ao dado à reflexiva: uma composição na sintaxe que recebe a sua interpretação num módulo semântico interpretativo. Para isso, teríamos que postular que o *se* indeterminado é também um item lexical enumerado para a derivação sintática, e é justamente essa a proposta de Dobrovie-Sorin (2006), em linhas gerais. Porém, não é nosso objetivo adentrar essa discussão aqui.

Por fim, temos o *se* enfático, como em (49), que parece ser um elemento que apenas adiciona algum efeito semântico-pragmático à sentença. Ou seja, deve se tratar de um elemento listado no léxico como um marcador informacional, sem qualquer função gramatical como reduzir argumentos ou identificar variáveis.

Decorre, portanto, dessa breve descrição dos tipos de *se* no PB, que esse elemento ocorre em vários lugares da gramática. Ele pode ser um marcador de operações lexicais, um item lexical autônomo, anafórico ou não, uma marca sintática qualquer com uma função pragmática, ou ainda uma partícula inerente ao verbo. Essa proposta vai contra propostas na literatura em que se tenta unificar todas as ocorrências de *se* em um mesmo módulo gramatical. Para Grimshaw (1982), *se* é sempre um marcador de operações lexicais e as operações é que variam; para Kaufmann (2007), *se* é sempre um marcador de voz média (nos seus termos, *se* sempre marca demissão do agente) e é a interpretação que varia, após as composições sintáticas. Apesar de termos proposto um modelo interpretativo para as reflexivas, condizente com Kaufmann (2007), discordamos que toda ocorrência do *se* varie apenas na interpretação da sentença. Para entendermos o *se* de maneira geral, estamos mais próximos da proposta de Doron e Rappaport (2009), que assumem o sincretismo funcional dessa partícula.

No entanto, é possível encontrar um traço comum em toda ocorrência de *se* (com exceção do *se* enfático), o que é algo previsível em um processo de polissemia, por exemplo, em que o significado ganha ou perde traços, fica mais abstrato, porém mantém algo constante. O que há em comum em toda ocorrência do *se* é a diminuição de um participante com relação à estrutura argumental básica do verbo. Porém, essa diminuição ocorre de formas diferentes, e não como na proposta de Kaufmann, por exemplo, em que sempre há demissão do agente quando ocorre *se*. No caso da incoativa e da medial, um participante é mesmo apagado da estrutura argumental original por um processo lexical; no caso da reflexiva, da média e da recíproca, o número de participantes é reduzido apenas no sentido da denotação; e no caso da passiva e da

impessoal, um participante só não é explicitamente expresso na sintaxe, mas ainda é interpretado. Assumimos, assim, que o *se* é uma partícula sincrética em português.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que apresentamos nesta tese tomou, como objeto de estudo, o fenômeno da reflexivização em PB, observado do ponto de vista semântico e gramatical. Foram elaboradas quatro questões gerais acerca desse objeto de estudo, as quais foram investigadas por meio de um estudo empírico sobre o léxico verbal do PB, relatado no capítulo 3, e usando como hipótese de pesquisa a pertinência da linguagem semântica da decomposição de predicados, de que tratamos no capítulo 2. Abaixo, fazemos um resumo dos resultados dessa pesquisa, presentes nos capítulos 3 e 4, sem, no entanto, retomar as descrições, argumentações e discussões da literatura de que nos valem para atingi-los. Apresentamos os resultados como respostas a cada uma das quatro questões centrais que nortearam esta pesquisa.

A primeira questão que norteou este trabalho é a da definição semântica do conceito de reflexividade, que aparece de maneira problemática na literatura. Definimos a reflexividade como sendo uma atribuição de duas funções semânticas a um mesmo participante em uma determinada eventualidade. No entanto, não nos valem do conteúdo dos papéis temáticos, o que parece ser o motivo principal para o problema das definições na literatura. Usamos, como linguagem semântica, a decomposição de predicados, que permite representar tipos diferentes de informações em uma mesma estrutura. Assim, foi possível representar que a reflexivização identifica o valor denotativo de dois argumentos sem, no entanto, alterar a relação que os argumentos estabelecem com a eventualidade que saturam, ou seja, o seu papel temático. Desse modo, nos termos da decomposição de predicados, podemos dizer que a reflexividade ocorre sempre que houver dois argumentos com o mesmo valor denotativo em uma estrutura semântica.

A segunda questão é a da diferença entre o que chamamos de “reflexiva *strictu sensu*”, de casos como *João se presenteou*, e “média”, de casos como *João se sentou na cadeira*, o que também aparece de maneira problemática na literatura, devido tanto ao problema menor de nomenclatura, quanto ao problema mais sério da imprecisão das definições e diferenciações propostas. Mostramos, por meio da linguagem da decomposição semântica de predicados, que, tanto na reflexiva quanto na média, há reflexividade, ou seja, há um participante desempenhando duas funções no evento descrito pelo verbo (o que é representado por dois argumentos com

mesmo valor denotativo). Porém, a diferença entre os dois fenômenos é explicada por meio da diferença entre tipos de conjunções (relações entre subeventos). Enquanto a reflexiva *strictu sensu* apresenta uma relação de causa entre os dois subeventos que compõem o evento reflexivo maior, a média apresenta uma relação de concomitância ou sobreposição temporal entre os seus dois subeventos. Assim, por meio da linguagem da decomposição de predicados, mostramos que a reflexiva *strictu sensu* é uma reflexiva causativa e que o que se chamou de média é uma reflexiva não-causativa.

A terceira questão é a das restrições e dos determinantes da reflexivização e da formação de médias (reflexivas não-causativas). Vimos que as restrições específicas da reflexivização são exigências relativas aos argumentos de um verbo: é necessário que o verbo seja transitivo (tenha dois argumentos) e que seus argumentos possam denotar indivíduos animados. Assim, qualquer verbo cujos argumentos estiverem de acordo com tais restrições poderá ser reflexivizado. A reflexivização, portanto, não é restringida por uma classe verbal; verbos pertencentes a inúmeras classes do PB podem ser reflexivizados. Porém, vimos que verbos de algumas classes, quando reflexivizados, formam uma sentença anômala. A explicação proposta para esses casos foi que a reflexivização viola algum princípio de estruturação do significado verbal. Assim, não se trata de restrições específicas à reflexivização, mas de restrições à composição do significado verbal. Na nossa amostragem de verbos do PB, vimos que isso ocorre com uma subclasse de verbos de movimento deslocado – a classe de *acompanhar* – e com a classe dos verbos eventivos, como *assaltar*. No primeiro caso, a reflexivização (como em *#João se acompanhou*) geraria dois subeventos idênticos na semântica do verbo (o mesmo participante realizando a mesma ação, duas vezes, em um mesmo trecho em uma linha do tempo), uma redundância que não parece ser permitida na conceptualização de um evento. No segundo caso (como em *#João se assaltou*), a reflexivização alteraria (o valor denotativo de) um argumento idiossincrático, que não pode ser alterado, justamente por pertencer à raiz do verbo, cujo significado deve permanecer constante em processos gramaticais.

Vimos que a média (reflexiva não-causativa) ocorre como resultado da reflexivização de um verbo que já é não-causativo em sua forma “básica” (como *barbear*) ou como resultado da reflexivização de um verbo que tem uma ideia de movimento em seu sentido (como *sentar*). No primeiro caso, a formação de média é uma decorrência natural do sentido do verbo e, no segundo caso, há uma decausativização no verbo que, na forma básica, é causativo. Propusemos que a

decausativização ocorre devido a uma relação entre a reflexividade e o movimento dos seres animados. O movimento dos seres animados é uma ação que é em situações normais desencadeada por um motor interno ao corpo dos seres. Assim, a ação e o movimento são eventualidades concomitantes, ocorrendo em um só corpo. Por isso, a reflexivização de verbos de movimento resulta em sentenças com interpretação média (não-causativa). Esse resultado pode, inclusive, servir à proposta de uma previsão: todo verbo com um argumento locativo (e que, por isso, acarreta a ideia do movimento de um participante) que sofrer reflexivização, vai resultar em uma sentença de interpretação média, não-causativa. Por exemplo, o verbo *esfregar*, que é um verbo de atividade, parece acarretar um argumento locativo, necessário para saturar seu sentido (quem esfrega, esfrega alguma coisa em algum lugar). Assim, mesmo sem propor a representação da classe verbal de *esfregar*, podemos perceber que uma sentença reflexiva como *João se esfregou na árvore* tem uma interpretação não-causativa (ou “média”). A composição com o advérbio *quase* (*João quase se esfregou na árvore*) resulta em uma sentença não-ambígua, o que demonstra que a eventualidade descrita pelo verbo *esfregar* é concebida como um só subevento, e não dois subeventos distintos temporalmente, como quando há uma causa.

A quarta e última questão central deste trabalho diz respeito à maneira como a reflexivização ocorre de um ponto de vista gramatical. Propusemos que a reflexivização é uma composição sintática entre o verbo e uma anáfora, e não uma operação lexical. A ideia de reflexividade é, então, uma interpretação depreendida a partir de uma sentença formada na sintaxe. Assim, tanto a reflexiva *strictu sensu* quanto a média, quanto a decausativização que ocorre na formação de algumas médias (com verbos que expressam movimento) são interpretações dadas a composições sintáticas. Dessa maneira, as representações de formas verbais reflexivas (que fizemos por meio da linguagem da decomposição de predicados) devem ser, na verdade, encaradas como representações de interpretações de sentenças.

Além de propor soluções e respostas para os quatro problemas centrais levantados acerca da reflexivização, podemos apontar outras duas contribuições deste trabalho, de maneira geral: a contribuição para a descrição do léxico verbal do PB e a contribuição para o desenvolvimento da linguagem da decomposição semântica de predicados. No primeiro caso, apontamos, exemplificamos e representamos classes verbais do PB que ainda não tinham sido descritas por meio da decomposição de predicados. No segundo caso, propusemos estruturas originais para representar algumas classes verbais, desenvolvemos a explicação e a aplicação de

diversos metapredicados na representação do significado verbal e sentencial, aplicamos e testamos alguns dos princípios, propostos na literatura, que regem a estrutura de decomposição de predicados (como os princípios de lexicalização), exploramos a ideia de argumento da raiz e desenvolvemos ideias sobre os diferentes tipos de conjunções entre os subeventos. As conjunções de causa e de concomitância têm uma dimensão temporal, na qual a primeira significa sequencialidade entre subeventos e a segunda, sobreposição de subeventos. Assim, podemos opor causa e concomitância lexical por meio da distinção dois corpos *versus* um corpo. Propusemos que, mesmo em uma situação de reflexividade (um mesmo participante para dois subeventos), se há causa, há dois corpos, pois há dois momentos diferentes em uma linha do tempo.

Apontamos, agora, as principais questões deixadas em aberto neste trabalho. Os verbos de mudança de estado estritamente causativos, como *preocupar*, carecem de uma reformulação na sua representação, de modo que haja um paralelismo com as demais estruturas causativas, nas quais o argumento X satura um determinado metapredicado. A ideia de verbos com argumentos da raiz, como os da classe de *assaltar*, também deve receber mais atenção em estudos futuros, a partir de um levantamento maior desse tipo de ocorrência no léxico verbal do PB. Outro tema que também deve ser explorado é o do *linking* entre as estruturas argumentais semânticas propostas para as classes verbais (representadas por meio de estruturas de decomposição de predicados) e a sintaxe. Com relação às generalizações semânticas, restou explorar a relação entre subeventos concomitantes quando a sentença não é reflexiva, por exemplo, na forma “básica” de verbos de afetação (como em *João maquiou Maria*). Se aqui não se trata de duas ações ocorridas em um mesmo corpo, que relação há entre a ação de João e a afetação de Maria, além da relação de sobreposição temporal? Seria também útil avaliar se é mesmo (ou puramente) o traço da animacidade que um NP deve conter para que componha uma sentença reflexiva. No que diz respeito à proposta gramatical para a reflexivização, faltou tratar da derivação sintática de uma sentença reflexiva, ou seja, não propusemos neste trabalho uma representação sintática para uma sentença reflexiva. Como foi feito na discussão sobre a gramática, seria importante observar as (inúmeras) propostas na literatura, a fim de identificar que tipo de análise sintática parece mais adequada. Por fim, é necessário testar a hipótese da lexicalização de médias, observando questões relativas ao uso da língua, para que se possa confirmar a pertinência da explicação proposta para o caráter aparentemente lexical de algumas médias.

Encerramos este texto retomando a ideia da epígrafe que lhe serviu de abertura. De acordo com a citação de C. S. Peirce, é sempre possível traduzir um signo por meio de outro signo que explicita mais aquele significado em questão. Esta tese toma essa ideia como uma hipótese epistemológica de fundo. A decomposição semântica de predicados é encarada como uma linguagem que traduz de maneira mais explícita o significado linguístico. Na verdade, o estudo da semântica é uma busca por uma linguagem que traduza o significado de maneira explícita. Isso pode ser feito, inclusive, com a própria língua, porém correndo-se o risco de essa metalinguagem ser por vezes vaga e tautológica. Outras teorias se utilizam de outras linguagens, como alguns grafismos são usados muitas vezes em teorias de filiação funcionalista ou cognitivista. Entendemos que para cada tipo de significado há uma linguagem que o traduza, explicita ou represente melhor. Para traduzir as informações relevantes dos itens lexicais, a decomposição de predicados parece uma linguagem adequada. Podemos ainda ampliar essa hipótese de que há uma linguagem mais adequada para representar, traduzir ou explicitar cada tipo de informação. A linguística, de maneira geral, consiste essencialmente em representar ou traduzir algum aspecto da língua (não só aspectos do significado) por meio de uma linguagem. Por exemplo, a sintaxe gerativa propõe explicitar os aspectos sintáticos estruturais (como a hierarquia, a recursividade etc) por meio das árvores sintáticas, que constituem, desse modo, uma linguagem, adequada para traduzir informações sobre a sintaxe. Assim é que nosso trabalho objetivou não só contribuir para a compreensão do PB, enquanto língua natural a ser estudada, como também contribuir para a linguística, de maneira geral, ao corroborar a proposta de uma linguagem que parece ser uma maneira adequada de se fazer semântica lexical.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. Os verbos de modo de movimento do português brasileiro. *ReVeLe*, v. 3, p. 2011.
- ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
- BORBA, F.S. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 1990.
- BURZIO, L. *Italian syntax: a government-binding approach*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- CAMACHO, R. G. Em defesa da categoria de voz média no português. *DELTA*, v. 19, n.1, p. 91-122, 2003.
- CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- CANÇADO, M. *Verbos Psicológicos: A Relevância dos Papéis Temáticos Vistos sob a Ótica de uma Semântica Representacional*. Tese (Doutorado em Linguística) – Unicamp, Campinas, 1995.
- CANÇADO, M. Propriedades semânticas e posições argumentais. *DELTA*, v. 21, n. 1, p. 23-56, 2005.
- CANÇADO, M. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. 2 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CANÇADO, M. Argumentos: complementos e adjuntos. *Alfa*, v. 53, n. 1, p 35-59, 2009.
- CANÇADO, M. Verbal alternations in Brazilian Portuguese: a lexical semantic approach. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, v. 3, n. 1, p. 77-111, 2010.
- CANÇADO, M.; AMARAL, L. Representação lexical dos verbos incoativos do PB. *Revista da ABRALIN*, v. 9, n. 2, p. 123-147, jul./dez. 2010. Revista publicada em 2011.
- CANÇADO, M.; GODOY, L. Semantic Representation and Argument Structure. In: FRANÇA, A. I.; MAIA, M. (Orgs.) *Papers in Psycholinguistics - Proceedings of the First International Psycholinguistics Congress*. Rio de Janeiro: Imprinta, 2010. p. 1-8.
- CANÇADO, M.; GODOY, L. Relacionando estruturas semântico-lexical e sintático-lexical. In: NAVES, R. R.; SALLES, H. M. M. L. (Org.) *Estudos Formais da Gramática das Línguas Naturais*. Goiânia: Cãnone Editoração, 2011. p. 199-216.

- CANÇADO, M.; GODOY, L. Representação Lexical de Classes Verbais do PB. *ALFA*, v. 56, n. 1, no prelo.
- CANÇADO, M.; GODOY, L.; AMARAL, L. *Catálogo de verbos do PB – parte I (Verbos de Mudança)*. Em prep.
- CANÇADO, M.; FRANCHI, C. Exceptional Binding with Psych-Verbs? *Linguistic Inquiry*, v. 30, n. 1, p. 33-143, 1999.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- CHAGAS DE SOUZA, P. *A alternância causativa no português do Brasil: defaults num léxico gerativo*. Tese (Doutorado em Linguística) – USP, São Paulo, 1999.
- CHIERCHIA, G. A semantics for unaccusatives and its syntactic consequences. In: ALEXIADOU, A. *et al.* (Eds.) *The unaccusativity puzzle*. New York: Oxford University Press, 2004. p.22-59.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham: Blaisdell, 1970.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CIRÍACO, L. *A hipótese do contínuo entre o léxico e a gramática e as construções incoativa, medial e passiva do PB*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2011.
- CIRÍACO, L.; CANÇADO, M. A alternância causativo-ergativa no português brasileiro. *Matraga*, v. 16, n. 24, p. 216-231, 2009.
- CLARK, E. V.; CLARK, H. H. When nouns surface as verbs. *Language*, v. 55, p. 767-811, 1979.
- CORRÊA, R. *Verbos de Trajetória: uma análise sintático/semântica*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2005.
- CORRÊA, R.; CANÇADO, M. Verbos de trajetória no PB: uma descrição sintático-semântica. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, p. 1-25, 2006.
- CROFT, W. *Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- CROFT, W. Event structure in argument linking. In: BUTT, M.; GEUDER, W. (Eds.) *The projection of arguments: lexical and compositional factors*. Stanford: CSLI Publications, 1998. p. 1-43.

DOBROVIE-SORIN, C. The SE-anaphor and its role in argument realization. In: EVAREART, M.; van RIEMSDIJK, H. (Eds.) *The Blackwell companion to syntax*. Oxford: Blackwell, 2006. v. 4, p. 118-177.

DORON, E.; RAPPAPORT-HOVAV, M. A unified approach to reflexivization in Semitic and Romance. In: BENDJABALLAH, S. *et al.* (Orgs.) *Brill's Annual of Afroasiatic Languages and Linguistics 1*. Leiden: Brill, 2009. p. 75–105.

DOWTY, D. *Word Meaning and Montague Grammar*. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

FALTZ, L. *Reflexivization: A study in universal grammar*. Doctoral dissertation. University of California, Berkeley, 1977.

FODOR, J. Three reasons for not deriving 'kill' from 'cause to die'. *Linguistic Inquiry*, v. 1, p. 429-438, 1970.

GOLDBERG, A. Verbs, Constructions, and Semantic Frames. In: RAPPAPORT, M.; DORON, E.; SICHEL, I. *Lexical semantics, syntax, and event structure*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 39-58.

GRIMSHAW, J. On the lexical representation of romance reflexive clitics. In: BRESNAM, J. (Ed.) *The mental representation of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1982. p. 87-148.

GRIMSHAW, J. *Words and Structure*. Stanford: CSLI Publications/University of Chicago Press, 2005.

HALE, K.; KEYSER, S. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. In: HALE, K.; KEYSER, S. *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-109.

HALE, K.; KEYSER, S. *Prolegomenon to a theory of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 2002.

HARLEY, H. The bipartite structure of verbs cross-linguistically. In: CRISTÓFARO-SILVA, T.; MELLO, H. (Orgs.) *Conferências do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 45-84.

ILARI, R. *et al.* Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, A.; BASÍLIO, M. (Orgs.) *Gramática do português falado* Campinas: Unicamp, 1996. v.4.

JACKENDOFF, R. Mme. Tussaud meets the binding theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 10, p. 1-31, 1992.

JACKENDOFF, R. *Semantics and Cognition*. Cambridge: MIT Press, 1983.

JACKENDOFF, R. *Semantic structures*. Cambridge: MIT Press, 1990.

- KAUFMANN, I. What is an (im)possible verb? Restrictions on Semantic Form and their consequences for argument structure. *Folia Linguistica*, v. 29, p. 67-103, 1995.
- KAUFMANN, I. Middle voice. *Lingua*, v. 117, p. 1677–1714, 2007.
- KAYNE, R. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.
- KEMMER, S. *The middle voice*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.
- KLAIMAN, M. H. *Grammatical voice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- KOONTZ-GARBODEN, A.; BEAVERS, J. Is there a manner/result complementarity in verbal roots? In: ROOTS – WORD FORMATION FROM THE PERSPECTIVE OF ‘CORE LEXICAL ELEMENTS’, University of Stuttgart. *Proceedings...*, 2009.
- LAKOFF, G. *Irregularity in Syntax*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.
- LARSON, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, v. 19, p. 335-392, 1988.
- LEVIN, B. *English verb classes and alternations – a preliminary investigation*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- LEVIN, B. Objecthood: An Event Structure Perspective. *Proceedings of CLS 35, volume 1: The Main Session*, Chicago Linguistic Society, University of Chicago, Chicago, p. 223-247, 1999.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. *Argument Realization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. Lexical Conceptual Structure. In: von HEUSINGER, K. *et al.* (Eds.) *Semantics: An International Handbook of Natural Language Meaning I*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011. p. 418-438.
- LEWIS, D. *Counterfactuals*. Cambridge: Harvard University Press, 1973.
- LYONS, J. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- MARANTZ, A. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- MASLOVA, E. Reflexive encoding of reciprocity: cross-linguistics and language internal variation. In: KÖNIG, E.; GAST, V. (Eds.) *Reciprocals and reflexives: cross-linguistics and theoretical explorations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.
- MCCAWLEY, J. The role of semantics in a grammar. In: BACH, E.; HARMS, R. (Eds.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1968. p. 124-169.

- MIOTO, C. *et al. Manual de Sintaxe*. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.
- MORGAN, J. L. On Arguing about semantics. *Papers in linguistics*, v.1, p. 49-70, 1969.
- NUNES, J. Ainda o famigerado SE. *DELTA*, v. 11, n. 2, p. 201-240, 1995.
- PARSONS, T. Events in the Semantics of English: a study in subatomic semantics. *Current Studies in Linguistic Series*, v. 19. Cambridge: MIT Press, 1990.
- PESETSKY, D. M. *Zero Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- PINKER, S. *Learnability and Cognition: The acquisition of argument structure*. Cambridge: MIT Press, 1989.
- PUSTEJOVSKY, J. *The Generative Lexicon*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- PYLKKANEN, L. *Introducing Arguments*. Linguistic Inquiry Monograph Forty-Nine. Cambridge: MIT Press, 2008.
- RAPPAPORT, M.; LEVIN, B. Building Verb Meanings. In: BUTT, M.; GEUDER, W. *The projection of arguments: Lexical and syntactic constraints*. Stanford: CSLI Publications, 1998a. p. 97-134.
- RAPPAPORT, M.; LEVIN, B. Morphology and Lexical Semantics. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. *Handbook of Morphology*. Oxford: Blackwell, 1998b. p. 248-271.
- RAPPAPORT-HOVAV, M.; LEVIN, B. Reflections on Manner/Result Complementarity. In: DORON, E. *et al.* (Eds.) *Syntax, lexical semantics, and event structure*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 21-38.
- REINHART, T. The theta system: an overview. *Theoretical Linguistics*, v. 28, p. 229-290, 2002.
- REINHART, T.; REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*, v. 24, n. 4, p. 657-720, 1993.
- REINHART, T.; SILONI, T. The lexicon-syntax parameter: reflexivization and other arity operations. *Linguistic Inquiry*, v. 63, n. 3, p. 389-436, 2005.
- RIBEIRO, P. N.; MENUZZI, S. M. A representação léxico-semântica dos verbos de causação interna. In: IX Encontro do CELSUL, 2010, Palhoça. *Caderno de Programação e Resumos...* p. 231-231.
- ROSS, J. R. Adjectives as noun phrases. In: REIBEL, D.; SCHANE, S. *Modern studies in English*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.

VAN VALIN, R. D. Jr.; LAPOLLA, R. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VAN VALIN, R. D. Jr. *Exploring the Syntax-Semantics Interface*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VENDLER, Z. *The matter of mind*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

WUNDERLICH, D. Cause and the structure of verbs. *Linguistic Inquiry*, v. 28, n. 1, p. 27-68, 1997.

WUNDERLICH, D. Lexical Decomposition. In: HINZEN, W. *et al.* (Eds.) *The Oxford handbook of compositionality*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

APÊNDICE

***Corpus* de sentenças com verbos das classes analisadas (apenas verbos transitivos que aceitam argumentos animados)**

Verbos de mudança

Verbos de mudança de estado

Verbos de mudança de estado agentivo/causativos

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] CAUSE [X BECOME <STATE>]]

1. Adriana acalmou Ricardo.
Adriana se acalmou.
2. O namorado alegrou a menina.
O namorado se alegrou.
3. O treinador animou os atletas.
O treinador se animou.
4. A professora aquietou os alunos.
A professora se aquietou.
5. João arranhou Maria.
João se arranhou.
6. O palhaço assustou o menino.
O palhaço se assustou.
7. O esteticista bronzeou Maria.
O esteticista se bronzeou.
8. O herói cegou o vilão.
O herói se cegou.
9. O vilão congelou o herói.
O vilão se congelou.
10. A menina consolou a amiga.
A menina se consolou.
11. O vilão contaminou o herói.
O vilão se contaminou.
12. João contundiu Maria.
João se contundiu.
13. O médico curou a mulher.
O médico se curou.
14. O vilão deformou a vítima.
O vilão se deformou.
15. A criança descabelou a mãe.
A criança se descabelou.
16. João embebedou Maria.
João se embebedou.

17. Adriana embriagou Ricardo.
Adriana se embriagou.
18. A maquiadora malvada enfeiou a noiva.
A maquiadora se enfeiou.
19. João esquentou/ aqueceu Maria.
João se esquentou/ aqueceu.
20. João feriu Maria.
João se feriu.
21. O contra-regra iluminou os atores.
O contra-regra se iluminou.
22. O ortopedista imobilizou o ferido.
O ortopedista se imobilizou.
23. A enfermeira imunizou os pacientes.
A enfermeira se imunizou.
24. O vilão intoxicou os convidados da festa.
O vilão se intoxicou.
25. O esteticista jovializou Maria.
O esteticista se jovializou.
26. João machucou Maria.
João se machucou.
27. João molhou Maria.
João se molhou.
28. O ilusionista paralisou a assistente.
O ilusionista se paralisou.
29. João queimou Maria.
João se queimou.
30. João secou Maria.
João se secou.
31. João sujou Maria.
João se sujou (com uma caneta esferográfica).

Verbos de mudança de estado estritamente causativos

$v_{\text{básico}}$: [[X] CAUSE [Y BECOME <STATE>]]

$s_{\text{reflexiva}}$: #[[X] CAUSE [X BECOME <STATE>]]

1. O músico abalou a fã.
A fã se abalou.
2. A mulher faladeira aborreceu o rapaz.
O rapaz se aborreceu.
3. O namorado ciumento cansou a garota.
A garota se cansou.
4. O marido chateou a esposa.
A esposa se chateou.
5. A mulher chocou a família do namorado.
A família do namorado se chocou.
6. O rapaz embriagado afligiu a mãe.
A mãe se afligiu.
7. O músico decepcionou a fã.
A fã se decepcionou.
8. O alunou desanimou o professor.

- O professor se desanimou.
9. O músico emocionou a fã.
A fã se emocionou.
 10. O músico encantou a plateia.
A plateia se encantou.
 11. O homem nu enojou a garota.
A garota se enojou.
 12. O rapaz entediou a mulher.
A mulher se entediou.
 13. O namorado entristeceu a menina.
A menina se entristeceu.
 14. A mãe envergonhou a filha.
A filha se envergonhou.
 15. A mulher escandalizou a família.
A família se escandalizou.
 16. O rapaz incomodou Maria.
Maria se incomodou.
 17. Maria magoou João.
João se magoou.
 18. João preocupou Maria.
Maria se preocupou.
 19. A mulher surpreendeu o marido.
O marido se surpreendeu.

Verbos de mudança de estado com locativo

$v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [<STATE> [IN Z]]]]

$s_{\text{reflexiva}}$: [[X ACT] & [X BECOME [<STATE> [IN Z]]]]

1. Bruno acomodou Anita na cama.
Bruno se acomodou na cama.
2. Bruno aconchegou Anita no sofá.
Bruno se aconchegou no sofá.
3. Bruno afastou Anita da tomada.
Bruno se afastou da tomada.
4. O vilão afundou o herói na lama.
O vilão se afundou na lama.
5. Ana ajeitou a filha no assento.
Ana se ajeitou no assento.
6. O treinador apoiou o ginasta na corda.
O treinador se apoiou na corda.
7. O professor aproximou o aluno da piscina.
O professor se aproximou da piscina.
8. O vilão atolou a gorda na areia.
O vilão se atolou na areia.
9. Bruno deitou Anita na cama.
Bruno se deitou na cama.
10. A professora de dança desencostou a menina da parede.
A professora se desencostou da parede.
11. O herói despreendeu a mocinha das correntes.
O herói se despreendeu das correntes.

12. A secretária encaixou a cliente no horário de almoço.
A secretária se encaixou no horário de almoço.
13. João encostou Maria na parede.
João se encostou na parede.
14. Maria escondeu o amante no armário.
Maria se escondeu no armário.
15. Ricardo firmou Adriana no chão.
Ricardo se firmou no chão.
16. A agente de viagens hospedou Maria num hotel de luxo.
Maria se hospedou num hotel de luxo.
17. O sacerdote imergiu o rapaz no rio.
O sacerdote se imergiu no rio.
18. Bruno levantou Anita do berço.
Bruno se levantou do berço.
19. O treinador pendurou o ginasta na trave.
O treinador se pendurou na trave.
20. O coreógrafo posicionou a bailarina no centro do palco.
O coreógrafo se posicionou no centro do palco.
21. João prendeu Maria no assento.
João se prendeu no assento.
22. Ana sentou o filho na cadeira.
Ana se sentou na cadeira.
23. O anfitrião situou o convidado no salão de festas.
O anfitrião se situou no salão de festas.
24. Bruno soltou Anita do cinto de segurança.
Bruno se soltou do cinto de segurança.
25. O mágico trancafiou a assistente na caixa.
O mágico se trancafiou na caixa.
26. João trancou Maria em casa.
João se trancou em casa.

Verbos de mudança de estado sem raiz (analíticos)

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME Z]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] CAUSE [X BECOME Z]]

1. João tornou Maria infeliz.
Maria se tornou infeliz.
2. João fez Maria feliz.
João se fez feliz.

Verbos de mudança de posse

Verbos de mudança de posse tipo *locatum*

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]]

1. O mágico acorrentou a assistente.
O mágico se acorrentou.
2. O pai agasalhou a filha.
O pai se agasalhou.

3. Maria algemou o amante.
Maria se algemou.
4. Marlon amanteigou Maria.
Marlon se amanteigou.
5. O médico anestesiou a paciente.
O médico se anestesiou.
6. O vilão armou seus comparsas.
O vilão se armou.
7. A mãe calçou a menina.
A mãe se calçou.
8. O sargento camuflou o soldado.
O sargento se camuflou.
9. O sacerdote coroou a rainha.
O sacerdote se coroou.
10. O amigo do noivo embrulhou a *stripper* (para presente).
A *stripper* se embrulhou (para presente).
11. O fisioterapeuta enfaixou o paciente.
O fisioterapeuta se enfaixou.
12. O médico engessou o acidentado.
O médico se engessou.
13. A mulher engratou o marido.
O marido se engratou.
14. O esteticista enlameou a mulher.
O esteticista se enlameou.
15. Bruno ensaboou Anita.
Bruno se ensaboou.
16. O treinador ensebou o fisiculturista.
O fisiculturista se ensebou.
17. A namorada espumou o rapaz.
A namorada se espumou.
18. O general fardou a tropa.
O general se fardou.
19. A amiga mascarou a mulher (para o carnaval).
A mulher se mascarou (para o carnaval).
20. O treinador oleou o nadador.
O nadador se oleou.
21. A maquiadora perfumou a noiva.
A maquiadora se perfumou.
22. O professor uniformizou o time.
O professor se uniformizou.

Verbos de mudança de posse tipo benefactivos

$v_{\text{básico}}$: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH <THING>]]]

$s_{\text{reflexiva}}$: [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH <THING>]]]

1. O sacerdote abençoou a mulher.
O sacerdote se abençoou.
2. João ajudou Maria.
João se ajudou.
3. O padre alentou a viúva.

- O padre se alentou.
4. Maria alimentou a filha.
Maria se alimentou.
 5. A mulher caridosa amparou o doente.
A mulher se amparou.
 6. O político apoiou os professores.
O político se apoiou.
 7. O jornalista assessorou o secretário.
O jornalista se assessorou.
 8. O chefe beneficiou Maria.
O chefe se beneficiou.
 9. O presidente condecorou o soldado.
O presidente se condecorou.
 10. A mulher educou a filha (sozinha).
A mulher se educou (sozinha).
 11. O diretor empossou o novo funcionário.
O diretor se empossou.
 12. O marido estimulou a mulher (a cantar).
O marido se estimulou (a cantar).
 13. O empresário financiou o músico.
O empresário se financiou.
 14. O empresário fomentou o sobrinho pesquisador.
O empresário se fomentou.
 15. O diretor gratificou o funcionário.
O diretor se gratificou.
 16. O diretor indenizou o ex-funcionário.
O diretor se indenizou.
 17. O guardinha multou o rapaz.
O guardinha se multou.
 18. O empresário patrocinou a cantora.
O empresário se patrocinou.
 19. O juiz penalizou o jogador.
O juiz se penalizou.
 20. O diretor premiou o aluno.
O diretor se premiou.
 21. João presenteou a namorada.
João se presenteou.
 22. A família prestigiou a jovem cantora.
A família se prestigiou.
 23. O milionário recompensou os políticos (pela ajuda).
O milionário se recompensou.
 24. O bombeiro socorreu a mulher.
O bombeiro se socorreu.
 25. O marido sustentou a mulher (por anos).
O marido se sustentou.

Verbo de mudança de posse sem raiz (analítico)

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [WITH Z]]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] CAUSE [X BECOME [WITH Z]]]

1. João proveu a filha de dinheiro.
João se proveu de dinheiro.

Verbos de mudança de locação

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN <PLACE>]]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] & [X BECOME [IN <PLACE>]]]

1. O médico acamou o menino.
O médico de acamou.
2. O namorado ciumento aprisionou Maria.
O namorado ciumento se aprisionou.
3. O mágico encaixotou a assistente.
O mágico se encaixotou.
4. O vilão encarcerou a mocinha.
O vilão se encarcerou.
5. João enclausurou a namorada.
João se enclausurou.
6. O ilusionista encovou a assistente.
O ilusionista se encovou.
7. O mágico engaiolou a assistente.
O mágico se engaiolou.
8. O mágico enjaulou a assistente.
O mágico se enjaulou.
9. O bandido ensacou a vítima.
O bandido se ensacou.
10. O mágico enterrou a assistente.
O mágico se enterrou.
11. A enfermeira estufou o bebê.
A enfermeira se estufou.
12. O homem hospitalizou a mãe.
O homem se hospitalizou.
13. O mágico sepultou a assistente.
O mágico se sepultou.

Verbos de mudança de locação sem raiz (analíticos)

*v*_{básico}: [[X ACT] CAUSE [Y BECOME [IN Z]]]

*s*_{reflexiva}: [[X ACT] & [X BECOME [IN Z]]]

1. O coreógrafo colocou a bailarina no centro da sala.
O coreógrafo se colocou no centro da sala.
2. A professora pôs os alunos na fila.
A professora se pôs na fila.

Verbos de movimento deslocado

Verbos tipo *lançar*

*V*_{transitivo}: [[X ACT<*MANNER*>] CAUSE [Y MOVE [PATH Z]]]

*S*_{reflexiva}: [[X ACT<*MANNER*>] CAUSE [X MOVE [PATH Z]]] ou
[[X ACT<*MANNER*>] & [X MOVE [PATH Z]]]

1. O herói arrancou a mulher da areia movediça.
O herói se arrancou da areia movediça.
2. O super-herói arremessou o vilão no ar.
O super-herói se arremessou no ar.
3. O professor encaminhou a aluna à sala.
O professor se encaminhou à sala.
4. O treinador enfiou o jogador dentro da sauna.
O jogador se enfiou dentro da sauna.
5. O governo exilou o músico em Londres.
O músico se exilou em Londres.
6. O mestre inseriu Maria no grupo.
Maria se inseriu no grupo.
7. João jogou a namorada na cama.
João se jogou na cama.
8. O menino lançou a amiguinha na piscina.
O menino se lançou na piscina.
9. A mulher meteu o amante dentro do armário.
O amante se meteu dentro do armário.
10. O bombeiro retirou o suicida do alto do prédio.
O suicida se retirou do alto do prédio.
11. O cientista teletransportou o homem para Marte.
O cientista se teletransportou para Marte.
12. O treinador transferiu o jogador para outra posição.
O jogador se transferiu para outra posição.

Verbos tipo *acompanhar*

*V*_{básico}: [[X ACT<*MANNER*>] & [X MOVE [PATH Z]] & [Y MOVE [PATH Z]]]

*S*_{reflexiva}: #[[X ACT<*MANNER*>] & [X MOVE PATH Z] & [X MOVE PATH Z]]

1. João acompanhou Maria até a porta.
#João se acompanhou até a porta.
2. A avó apanhou a neta na escola.
#A neta se apanhou na escola.
3. O taxista buscou o turista no aeroporto.
#O turista se buscou no aeroporto.
4. João carregou a esposa até a entrada da casa.
#João se carregou até a entrada da casa.
5. O motorista conduziu Maria até o trabalho.
#O motorista se conduziu até o trabalho.
6. O taxista deixou o turista na porta do hotel.
#O taxista se deixou na porta do hotel.
7. João empurrou o cadeirante até a saída.
#O cadeirante se empurrou até a saída.

8. A polícia escoltou a atriz até o hotel.
#A polícia se escoltou até o hotel.
9. João guiou o turista até o hotel.
#O turista se guiou até o hotel.
10. Maria levou as filhas na escola.
#Maria se levou na escola.
11. O bombeiro puxou a donzela para fora da casa esfumaçada.
#O bombeiro se puxou para fora da casa.
12. O detetive seguiu Maria até o bar.
#O detetive se seguiu até o bar.
13. O taxista transportou o turista até o hotel.
#O taxista se transportou até o hotel.
14. O taxista trouxe Maria até aqui.
#O taxista se trouxe até aqui.

Verbos de modo de afetação

*v*_{básico}: [[X ACT] & [AFFECT<*MANNER*> Y]]

*S*_{reflexiva}: [[X ACT] & [AFFECT<*MANNER*> X]]

1. O maquiador arrumou a noiva.
O maquiador se arrumou.
2. A ama banhou o herói.
A ama se banhou.
3. João barbeou seu pai.
João se barbeou.
4. A enfermeira coçou o acidentado enfaixado.
A enfermeira se coçou.
5. A esteticista depilou Maria.
A esteticista se depilou.
6. João despiu a namorada.
João se despiu.
7. O anestesista drogou a paciente.
O anestesista se drogou.
8. A amiga enfeitou a noiva.
A amiga se enfeitou.
9. A enfermeira enxaguou o bebê.
A enfermeira se enxaguou.
10. A babá enxugou a neném.
A babá se enxugou.
11. A ama lavou a rainha.
A ama se lavou.
12. A mãe limpou o bebê.
A mãe se limpou.
13. Maria maquiou a amiga.
Maria se maquiou.
14. O cirurgião operou Maria.
O cirurgião se operou.
15. A babá penteou a neném.
A babá se penteou.
16. O carnavalesco pintou a mulata (de dourado).

- O carnavalesco se pintou (de dourado).
17. A mãe vestiu a neném.
A mãe se vestiu.

Verbos eventivos

*v*_{básico}: [X DO <EVENT Y>]

*s*_{reflexiva}: #[X DO <EVENT X>]

1. A atriz adotou uma menina.
#A atriz se adotou.
2. O traficante aliciou o jovem.
#O traficante se aliciou.
3. A mulher apedejou o marido.
#A mulher se apedejou.
4. O rapaz assaltou Maria.
#O rapaz se assaltou.
5. O vilão assassinou a moça.
#O vilão se assassinou.
6. O vilão atacou o herói.
#O vilão se atacou.
7. O motorista atropelou a mulher.
#O motorista se atropelou.
8. A polícia capturou o bandido.
#A polícia se capturou.
9. O senhor comprou um escravo.
#O senhor se comprou.
10. João derrotou Maria.
#João se derrotou.
11. O homem estuprou a mulher.
#O homem se estuprou.
12. O mágico hipnotizou o rapaz.
#O mágico se hipnotizou.
13. O povo linchou o governante.
#O povo se linchou.
14. O farsante plagiou o artista.
#O farsante se plagiou.
15. O vilão raptou a donzela.
#O vilão se raptou.
16. Os bombeiros resgataram o menino.
#Os bombeiros se resgataram.
17. O rapaz roubou a moça.
#O rapaz se roubou.
18. O bandido sequestrou o empresário.
#O bandido se sequestrou.
19. O empresário subornou o político.
#O empresário se subornou.
20. O jagunço tocaiou o Zé.
#O jagunço se tocaiou.
21. O homem traiu a mulher.
#O homem se traiu.

22. A mulher ultrapassou o homem no carro da frente.
#A mulher se ultrapassou.
23. Maria visitou o amigo.
#Maria se visitou.